

45-AD

*Ho. C. de Barros
off.
E. Barros
S. Paulo 1883*

PUBLICAÇÕES
DO
CLUB VINTE DE SEPTEMBRO

II
HISTORIA POPULAR DO RIO GRANDE

LIVRARIA BRAZILEIRA
DE
TANCREDO DE BARROS PAIVA
132, Rua do Lavradio, 132

Annúncia ás Terças-feiras
no "Jornal do Commercio"



981
M539

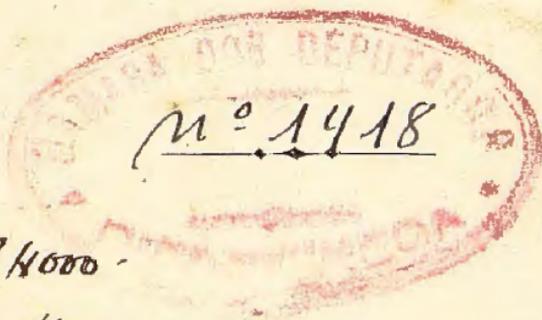
RIO GRANDE

177

HISTORIA POPULAR
DO
RIO GRANDE

POR

ALCIDES LIMA



*Custou 8000 -
Ab.*

RIO DE JANEIRO

TYP. DE G. LEUZINGER & FILHOS, RUA DO OUVIDOR 31

1882

NS. 100226

ERA

Dep. 18-5A-36

O club VINTE DE SEPTEMBRO, composto dos estudantes republicanos riograndenses da faculdade juridica de São Paulo, mandou imprimir esta obra para commemorar a immortal revolução do Rio Grande do Sul no seu 47.º anniversario, 20 de setembro de 1882.



Esta historia do Rio Grande do Sul abrange unicamente o periodo que vai do descobrimento do Rio Grande á Revolução de 1835. Chamei-a de *Historia Popular* para que o leitor apprehendesse desde o titulo, qual o espirito com que ella foi escripta. Não é propriamente uma historia scientifica, ampla e profundamente estudada, como devem ser os trabalhos desse genero, que se destinam a derramar sobre o passado das sociedades a luz vivificante das leis historicas. O auctor intenta unicamente apresentar aos seus comprovincianos, em uma apreciação resumida e synthetica, o conjuncto da elaboração social e a concatenação dos elementos que predispuzeram o Rio Grande do Sul a desligar-se do Imperio brasileiro, proclamando-se Estado Independente sob a fórma de governo republicano. Nesse sen-

tido a *Historia Popular* não é mais do que uma introdução necessaria á *Historia da Republica Rio Grandense*. Ambos os trabalhos são fructos de uma mesma aspiração: *commemorar a immortal Revolução de 35*. O *Club Vinte de Setembro* que as mandou executar deixou aos seus auctores plena autonomia no modo de escrevel-as e de apreciar os factos. Cumpre-me dar a esse mesmo Club, que tão elevadamente comprehende os seus deveres sociaes, as explicações, que de algum modo esclarecem e motivam as imperfeições deste trabalho que o mesmo *Club* confiou-me.

Duas foram as difficuldades principaes com que luctou o auctor desta obra. A primeira foi a falta de documentos originaes; a segunda a exiguidade do tempo em que ella teve de apparecer.

Não tendo podido consultar as fontes que me deveriam ministrar os elementos deste trabalho, eu recorri principalmente aos *Annaes da Provincia de S. Pedro*, de José Feliciano Fernandes Pinheiro, que é a unica obra em que vem colleccionados á guisa de historia os factos relativos á provincia do Rio Grande. A obra de Fernandes Pinheiro, apezar de servir-me de muito auxilio na elucidação de grande nu-

mero de factos, não fez desaparecer entretanto a falta de documentos. Ella continuou a ser sensivel para muitos successos de que os *Annaes* não tratam e nem sequer indicam. Os *Annaes* encerram apreciações muito judiciosas, e contêm factos perfeitamente indicados e expostos com clareza. Podemos confiar em tudo que la vem mencionado. Mas, quantas lacunas não apparecem nessa obra! quantos assumptos importantissimos não deixou José Feliciano completamente ignorados! Para avaliar a deficiencia de semelhantes *Annaes* basta notar que foram escriptos ha sessenta e tres annos, e que quasi se occupam unicamente de narrar factos militares e politicos.

Desejando escrever uma historia que fornecesse ao povo, em synthese, a marcha que elle tem levado na conquista da civilisação, vi-me muitas vezes forçado a desamparar os *Annaes* de José Feliciano e a procurar em outros auctores as bases para as minhas apreciações. No fim deste volume encontrar-se-ha a lista das obras que consultei e que me forneceram muitos dados e informações preciosas. E' porêm facil de notar que nenhuma dessas obras suppre perfeitamente ou nullifica a falta dos documentos originaes. A segunda causa

de imperfeição deste livro é a escassez do tempo, que teve o auctor para concluil-o. Devendo a publicação effectuar-se a vinte de setembro impreterivelmente, o auctor teve apenas um anno para, no meio das suas preocupações academicas, estudar, coordenar e escrever o volume todo. Nasceram dahi o pouco desenvolvimento de certos capitulos, o dogmatismo de certas asserções e a ausencia de certos factos que o auctor teve a intenção de estudar e que o não fez pelo motivo ja indicado.

Entretanto apezar desses defeitos a *Historia Popular* encerra muitas indicações necessarias, muitas explanações e observações proprias do auctor, que, sem querer encomial-as, considera-as uteis á educação civica dos seus comprovincianos.

HISTORIA POPULAR
DO
RIO GRANDE

I

A COLONIA DO SACRAMENTO

Apezar da Colonia do Sacramento não fazer hoje parte do Rio Grande do Sul, julgamo-nos, comtudo, obrigados a tratar da sua triste historia, visto como o seu passado prende-se de algum modo ao passado rio-grandense.

A justiça ou injustiça do estabelecimento dessa colonia portugueza na vizinhança das possessões hespanholas, não nos preoccupa; pois que, na epoca da sua fundação, o direito era de tal modo illudido e violentado, que a maior parte dos actos politicos de então eram determinados quasi exclusivamente pela confiança da força ou pela consciencia da fraquesa.

A fundação de um estabelecimento regular, como a Colonia, na margem septentrional do Prata significava que os portuguezes reputavam-se legitimos senhores daquellas paragens, e que consideravam o rio da Prata como divisa natural ao sul dos seus dominios americanos. Mas, a incuria com que; desde o descobrimento do Brazil, os portuguezes trataram toda a parte do paiz ao sul de Paranaguá, fizera com que os hespanhoes estabelecidos no Prata e no Paraguay se julgassem tambem possuidores das terras ao norte do estuario do grande rio. Dahi a repulsão com que foi recebida a Colonia.

Vejamos o gráo em que ia a colonização hespanhola pelo Prata e Paraguay quando os portuguezes se lembraram de fundar a Colonia do Sacramento.

Dizem certos historiadores que antes dos hespanhoes se estabelecerem no Prata haviam ja os portuguezes visitado esse rio bem como o interior do paiz por elle percorrido e pelo Paraguay. Mas, os portuguezes não fundaram ahi estabelecimentos convenientes, de modo que quando posteriormente os hespanhoes subiram os rios indicados so encontraram selvagens. Facil lhes foi tomar posse das terras viajadas e

nellas se estabelecer. Vinte ou vinte e um annos depois de Solis penetrar o rio da Prata e de ser morto nelle, ja os hespanhoes fundavam cidades na margem meridional desse rio e nas do Paraguay. Assumpção teve começos em 1536, Buenos-Aires fôra fundada nesse mesmo anno, e reedificada em 1580. Além destas duas capitaes existiam muitas outras cidades hespanholas como Outiveras, Ciudad Real, Santa Cruz de la Sierra, Santa Fé, Villa Rica, Xeres, Conceição da Boa Esperança, Corrientes e mais quarenta colonias. Havia aldeamentos regulares de indios, cultura das terras, colheitas abundantes, commercio florescente. Ja a famosa companhia jesuitica tinha-se apoderado dos animos selvagens e os havia disposto a soffrerem pacientemente o jugo religioso que mais tarde foi-lhes tão funesto.

Não era so do Prata e do Paraguay que os hespanhoes desfructavam como antigos possuidores. Haviam tambem fundado, por intermedio dos jesuitas, diversas povoações na bacia do Uruguay. Tinham mesmo transposto este rio e fundado em territorios actualmente riograndenses, povoações missioneiras, que então constavam apenas das missões de S. Nicolau, S. Luiz e S. Miguel. Ainda que não tenhamos dados sufficientes

para avaliar a população hespanhola sul-platina na epoca da fundação da Colonia, devemos suppô-la não muito diminuta, principalmente se considerarmos os progressos rapidos e o desenvolvimento sempre continuo que tiveram as missões. Os portuguezes nunca se oppuzeram seriamente a este desdobramento da população hespanhola. Somente os paulistas faziam de vez em quando excursões aggressivas pelo interior do paiz, chegavam aos aldeamentos missioneiros, e dahi levavam para as suas fazendas de S. Paulo os indios que podiam aprisionar. Foram elles os assoladores de Ciudad Real, Ciudad de Xerez, da provincia de Guayrá e do Paraguay.

Tal era o estado das povoações hespanholas quando os portuguezes determinaram fundar a Colonia do Sacramento. Essa população ganhava terreno acceleradamente, domesticava e aldeava os indigenas, e estendia-se ja ao longo do Prata, Paraguay e Uruguay. Os territorios do Rio Grande do Sul e os de Santa Catharina estavam destinados ao jugo das missões jesuiticas hespanholas. A Companhia julgava-se com direito a tão vasta porção do territorio portuguez. Essas duas provincias foram salvas da acção jesuitica pela audacia e valentia dos aventureiros

paulistas, que eram nessa época o terror vivo de todas as missões e de todos os aldeamentos indígenas.

Foi nessas circumstancias que Portugal determinou fundar definitivamente no rio da Prata um estabelecimento que attestasse ali o seu dominio sobre aquelles territorios. Obrava assim a côrte daquelle paiz julgando exercitar um direito. Os trabalhos da creação da Colonia foram confiados a D. Manoel Lobo, que trazia ordem de fundal-a no lugar que julgasse mais conveniente. D. Manoel subio o rio da Prata, e, em frente á ilha de S. Gabriel, na margem septentrional do rio, assentou em principios de janeiro de 1680, os alicerces das fortificações e dos povoados, que receberam o nome de Colonia do Sacramento. A sua população compunha-se das tropas que a defendiam, de colonos vindos de Portugal, de indigentes e criminosos sahidos do Rio de Janeiro, de operarios e commerciantes procedentes da capitania de S. Vicente.

Por esse tempo era governador de Buenos-Aires D. José Garro que, apenas soube da chegada dos portuguezes, mandou-lhes saber o direito com que vinham occupar um territorio que pertencia á Hespanha. D. Manoel respondeu-lhe que occupava-o

por ordem do seu monarcha e que aquelle territorio pertencia á demarcação portugueza e não á hespanhola. Conhecendo por esse modo as intenções possessorias do portuguez, o governador hespanhol deu-se pressa em decidir o pleito pela força, em vez de affectal-o á decisão do seu monarcha. Reuniu a maior força que poude, fez descer guaranys das reduções jesuiticas, e atacou a Colonia vencendo-a a 7 de agosto do mesmo anno em que fôra fundada. A Colonia foi arrasada, o governador Lobo, que jazia enfermo numa cama, foi feito prisioneiro e remettido para Buenos-Aires, onde falleceu. Conta-se que na defeza da Colonia combateram os portuguezes, menores em numero, com grande intrepidez; e que muitas mulheres luctaram ao lado de seus maridos. Entre ellas é apontada D. Joanna, esposa do capitão Manoel Galvão, que vendo-o morrer combatendo, combateu morrendo ao seu lado.

A noticia do arrasamento da Colonia parece ter produzido grande alarme na côrte portugueza, pois que o rei hespanhol Carlos II enviou, logo depois de conhecidos os successos da America, á Lisboa o duque de Giovenazzo a tratar amigavelmente com o rei portuguez a respeito da tomada da

Colonia. Resultou dessas negociações o Tratado Provisional de 7 de maio de 1681. Nesse tratado garante-se a Portugal a restituição da Colonia, a reedificação das fortalezas e a entrega dos prisioneiros. A Colonia voltou de novo ao dominio portuguez em 1683 sob o commando de Duarte Teixeira Chaves. A questão *juris* relativa á sua posse ficou indecisa, porque os commissarios encarregados da sua elucidação não puderam chegar a um accôrdo.

Depois de reconstruida por Duarte Teixeira Chaves foi ella entregue ao governo de Sebastião Xavier da Veiga Cabral. Durante vinte annos prosperou a Colonia, augmentou a sua população consideravelmente, e tomou grande incremento o seu commercio pela influencia da sua posição e do seu porto, que era nesse tempo paragem obrigada aos navios que subiam e desciam o Paraná. A vida da população colonial não era entretanto livre de sobresaltos. Continuamente appareciam discordias entre os portuguezes e os castelhanos. A propria posição dos portuguezes fornecia elementos para accusações nem sempre justas e provadas, mas constantemente renovadas por parte dos hespanhoes. A Colonia tinha á sua frente Buenos-Aires e pela retaguarda as missões

jesuiticas pertencentes á Hespanha. Entre as missões e a Colonia viviam os indios ainda não subjugados. Apertada entre visinhos que lhe disputavam a posse do territorio, era natural que a Colonia supportasse não so ataques e violencias impunes como que as repellisse conforme a favorecesse o acaso. Os padres missionarios do Uruguay não se cançavam de representar ao governador de Buenos-Aires contra suppostas ou verdadeiras allianças de portuguezes e selvagens contra as reduções castelhanas. Buenos-Aires por sua vez queixava-se á côrte hespanhola de latrocinios e assassinatos commettidos pelos sacramentenses. Nessa vida de recriminações incessantes apenas houve uma tregoa quando espalhou-se a falsa noticia de que os dinamarquezes pretendiam estabelecer-se no Prata. Acalmaram-se então as inimizades. Os despeitos de ambas as populações fundiram-se e transformaram-se na mutua necessidade de defeza. Ambas concordaram em fortificar a paragem de Montevideu para o caso de uma imprevista aggressão. Antes, porém, desta passagem alliança produzir as consequencias esperadas, sobreveiu na Europa a guerra conhecida na Historia pelo nome de Successão da Hespanha. Nessa guerra Portugal

alliado á Inglaterra, á Austria e á Hollanda entrava contra a França e a Hespanha pelo tratado de 16 de maio de 1703. Em consequencia da alliança portugueza, o governador de Buenos-Aires, D. Alonso Valdez, recebeu ordens da Hespanha para tomar a Colonia do Sacramento. Effectivamente no anno seguinte, Valdez sitiou-a, e teve o prazer de vê-la abandonada por Sebastião da Veiga depois de uma heroica defeza de seis mezes e meio. A Colonia foi abandonada em virtude de avisos recebidos do Rio, os quaes ordenavam a evacuação da praça.

Terminada a guerra da Successão, e abertas as negociações diplomaticas, foi assignado na cidade hollandeza de Utrecht o tratado de 6 de fevereiro de 1715, em virtude do qual a Hespanha cedeu a Portugal o territorio ao norte do Prata, e com elle a Colonia do Sacramento. A entrega da Colonia effectuou-se em principios de 1716. Tinha sido nomeado para tomar posse della o governador de Santos, Manoel Gomes Barbosa. A Hespanha não fazia, porém, uma entrega leal, pois que, nessa mesma occasião, ordenava ao governador de Buenos-Aires que occupasse o porto de Montevideu. Essa ordem não foi executada, porque os por-

tuguezes tiveram conhecimento della, e apresaram-se em occupar a paragem montevidéana. A empreza foi confiada a Manoel de Freitas da Fonseca que levantou uma fortaleza no porto de Montevideu em dezembro de 1723. Mas, foi logo esse porto abandonado, porque o governador de Buenos-Aires D. Bruno Mauricio Zabala preparava-se para forçal-o com numero consideravel de tropas. Assim viram-se os portuguezes constrangidos a conservar naquelle territorio unicamente a Colonia do Sacramento. Novo assedio soffreu a Colonia em 1735 por parte do governador D. Miguel Salcedo. Os sitiados obrigaram D. Miguel a levantar o cêrcó a 6 de janeiro de 1736. Nesse mesmo anno uma esquadilha portugueza sob o commando de José da Silva Paes tenta a conquista de Montevideu; mas, encontrando ahi forças superiores ás suas, volta sem nada ter conseguido.

A estas luctas veio pôr termo o armisticio assignado em Pariz a 16 de março de 1737, em virtude do qual interromperam-se as hostilidades até ajuste definitivo.

Cessaram as hostilidades temporariamente, pois que a Colonia pela sua posição estava destinada naturalmente a ser um pomo de discordia, como tão propriamente

a qualificam todos os historiadores. Desde ja podia-se considerar a Colonia perdida para sempre. A occupação de Montevideu pelos hespanhoes, interceptando ou tornando difficeis as communicações portuguezas com a Colonia, foi de uma tactica feliz e fecunda em resultados favoraveis aos hespanhoes. Evidentemente Portugal ia perdendo terreno. De nada lhe servia ja agora uma colonia collocada no centro de territorios inimigos, sujeitos á prompta invasão e a correrias constantes. E' provavel que considerações semelhantes actuassem no animo do illustre Gomes Freire de Andrada, então governador do Rio de Janeiro, quando ordenou a José da Silva Paes que occupasse o Rio Grande.

II

A OCCUPAÇÃO DO RIO GRANDE

A occupação do Rio Grande pelo brigadeiro José da Silva Paes teve logar no anno de 1737. Antes porê m dessa data ja tinham sido seus campos e territorio visitados, convenientemente apossados pelos portuguezes e principalmente pelos paulistas que os atravessavam constantemente. Os hespanhoes não se haviam tambem descuidado de reconhecê-los. As suas vistas de dominio alcançavam a extrema meridional de S. Catharina, como provam os signaes possessorios que la foram encontrados pelos primeiros exploradores.

Historiemos os factos que precederam a occupação de José da Silva Paes. O primeiro acto do governo portuguez tendente a explorar e povoar o territorio que hoje propriamente se chama Rio Grande do Sul alcança o anno de 1715. Foi nesse anno que

Francisco de Brito Peixoto, capitão-mór da villa da Laguna, recebeu ordem do Rio de Janeiro para « ir examinar e abrir caminho para o Rio Grande, e dali para as campanhas de Buenos-Ayres, ver o estado em que se achava a nova Colonia do Sacramento, e dar-lhe de tudo noticia. » Francisco de Brito Peixoto mandou pessoas de sua familia e moradores da Laguna a explorações das terras desconhecidas. Percorreram estes exploradores grandes extensões de campos despovoados e apenas atravessados por selvagens. Estiveram em Maldonado, Montevideu e Colonia do Sacramento. De la voltaram conhecedores daquellas paragens e das estradas que as atravessam. Succederam-se diversas expedições, mas nem todas voltavam incolumes. Por vezes eram aprisionadas pelos selvagens, e viam-se forçadas a abrir caminho a poder de luctas encarniçadas. Essas viagens de aventureiros e exploradores, que se prolongaram durante mais de 20 annos, não eram feitas com o animo de fundar estabelecimentos no paiz e povoal-o. Os exploradores contentavam-se apenas com atravessar os campos, tomar conhecimento *de visu* do paiz deshabitado e arrebanhar o gado que ali vivia sem dono. Tudo facilitava e tornava até agradável

essas explorações dos nossos antepassados. Havia estradas naturaes, para todos os pontos a que a phantasia quizesse conduzir o viajante. Além dos innumerous rios e lagôas navegaveis que irrigam a provincia, encontravam os exploradores no proprio solo e nas cochilhas facilidades extremas para as viagens e transporte. O unico meio de locomoção de que se serviam, o cavallo, podia ser governado em qualquer direcção. As maiores distancias eram vencidas sem grande esforço. O obstaculo que de algum modo entorpecêra ao principio a actividade e sequencia desses passeios pelos campos rio-grandenses foi a serra geral, que entra na provincia pelo norte e toma a direcção oeste. Por essa serra foi porêm logo aberta pelos paulistas uma estrada que tornou-se depois o escoadouro constante dos gados do Rio Grande para as capitancias de S. Catharina, Paraná e S. Paulo.

Entretanto apezar das visitas contínuas dos paulistas, o paiz não se povoava regularmente. A metropole permanecia a respeito do Rio Grande na mesma ignorancia em que estava a respeito do Prata antes da fundação da Colonia. Os descobrimentos dos paulistas, as suas viagens e explorações não mereciam da metropole a attenção e o

conveniente cuidado que todas as nações naquella epoca sabiam prestar aos esforços de seus filhos. As grandes riquezas que existiam no Rio Grande, não so em terras fertilissimas e florestas fecundas em soberbas madeiras de construcção, como ainda na enorme quantidade de animaes proprios para a alimentação e para a locomoção, toda essa fonte uberrima de fortuna era abandonada aos selvagens e aos hespanhoes das missões. Os paulistas foram os primeiros que reconheceram e utilisaram-se desses mananciaes inexgotaveis. Foram tambem os primeiros a fundar estancias e moradas no Rio Grande. Conta-se que um delles chamado Cosme-Velho fixára residencia em Viamão. Para que a metropole se resolvesse a povoar o Rio Grande foi necessario que ainda os paulistas tornassem patentes as usurpações que do territorio portuguez iam pouco a pouco tentando os missionarios hespanhoes. Em suas excurções os paulistas encontraram indios fugitivos das missões que narraram as conquistas feitas pelos padres e descreveram as suas povoações fundadas em terras portuguezas do Rio Grande. Foi então que a metropole tentou seriamente colonizal-o mandando para a Laguna o mestre de campo general David Marques Pereira com fim de

habilitar-se de pessoal e de vaqueanos que o guiassem e o secundassem na projectada colonização. Ali porém encontrou o mestre de campo informações pouco lisongeiras á sua empreza. Eis os termos em que a camara da Laguna se expressava a respeito do Rio Grande: «... não ha quem queira ir para o dito Rio Grande, nem pessoas com posses que possamos nomeiar para principiar a povoação nelle, porque todos os moradores são muito pobres e vivem miseravelmente de suas pescarias em ranchos de palha, e o Rio Grande de S. Pedro se não pôde povoar sem S. M. mandar casaes, e mandarem-lhe assistir o primeiro anno com sustento por conta de sua real Fazenda, e tambem mandar officiaes de pedreiros, telheiros, carpinteiros e ferreiros erigirem a dita povoação e fórma de defensa para ella, para que os castelhanos e gentios que ha naquellas partes não venham invadil-os e os matem, como costumam fazer aos que encontram na campanha, e primeiro que tudo para a dita povoação se effectuar com acerto, deve S. M. sendo servido, mandar facilitar a barra com embarcações por conta da real Fazenda, com pessoa capaz que busque a melhor entrada no banco que se acha fóra da barra uma legua de distancia e que faça.

as marcas para as embarcações entrar seguramente, porque naquella barra andaram tres embarcações seis mezes, na occasião em que Antonio Villela, do Rio de Janeiro, a queria povoar e por varias vezes commeteram a barra e nunca poderam entrar por lhe faltarem as marcas e hoje tem as mesmas difficuldades daquelles tempos, por não poder entrar mais de uma lancha na occasião, como todos os moradores desta povoação temos noticia, e sem a barra estar facilitada não se poderá com facilidade erigir a dita povoação, porque por terra é muito difficiloso o transporte, por serem desta villa aquellas partes, mais de cento e vinte legoas, e ter passagem de varios rios caudalosos....»

Ao passo que o governo da metropole encontrava tão serias difficuldades em fundar estabelecimentos no Rio Grande, os aventureiros paulistas continuavam em suas excursões ousadas. Os descendentes dos destruidores de Guayrá e das missões do Paraguay não se arrefeciam na empreza que a si mesmos haviam marcado. Montados a cavallo, cobertos pelo ponche largo e abrigador, de espada ao lado e carabina á frente, animados pela sêde insaciavel das minas auríferas ou pela necessidade da acquisição de braços para as suas lavouras, elles

penetravam os desertos, rasgavam estradas pelas florestas, traçavam o curso e a navegação aos rios, afugentavam do solo brazílico os intruzos castelhanos e não raro destruíam aldeamentos inteiros no intuito de conservarem o territorio patrio completamente livre da occupação estrangeira. A elles e não á metropole portugueza devem os riograndenses as primeiras noticias e descrições da nossa provincia, as suas primeiras picadas abertas a machado e as suas primeiras estradas corridas e aplainadas a pé de caipira ousado ou a casco de bestas mal domadas. A metropole havia abandonado o Rio Grande a ponto de ficar o seu territorio quasi todo marcado e assinalado por divizas e signaes possessorios dos hespanhoes. Nos campos da Vaccaria haviam elles levantado uma pezada cruz de pedra na baze da qual lia-se esta significativa inscripção: *Viva El-Rei de Castella, Senhor destas campanhas!* Os paulistas encarregaram-se de pôr abaixo, de aniquilar esses ephemeros titulos de posse, substituindo-os por outros mais honrosos á nação portugueza. O intrepido sertanejo paulista Manoel Dias da Silva fez levantar ao lado da cruz castelhana cahida um grosso padrão de madeira em que foram gravadas estas palavras: « *Viva o muito*

alto e poderoso Rei de Portugal D. João V, Senhor destes desertos da Vaccaria. » Tinha isto logar em 1735. Havia portanto vinte annos que o Rio Grande era continuamente vizitado e explorado por aventureiros, que o percorriam por todos os lados, mas não fundavam povoações nem cultivavam o solo. Foi so então que os governadores da metropole, despertados pelos descobrimentos dos paulistas, e apprehensivos pelo futuro da Colonia que dia a dia tornava-se mais duvidoso, reconheceram a necessidade de tomar militarmente posse do littoral e da campanha do Rio Grande.

Ja vimos que José da Silva Paes, tendo voltado de Montevideu sem poder conquistá-lo, recebêra ordens de Gomes Freire de Andrada, governador do Rio de Janeiro, para fundar no Rio Grande um presidio militar. Effectivamente no dia 19 de fevereiro de 1737 desembarcou o brigadeiro Paes ao sul da barra, tomou posse della e começou a fundar uma povoação, que foi mais tarde transferida para o local em que hoje está situada a cidade do Rio Grande. Póde-se dizer que a provincia do Rio Grande teve origem nesse presidio militar composto de duzentos soldados, porque delle foi que mais tarde partiram os diversos nucleos

que povoaram o seu interior. A população do presidio era em geral composta de soldados das capitancias do Brazil, principalmente de Minas Geraes, e de povoadores avulsos que voluntariamente se engajaram na expedição. Não era portanto o fundamento de uma colonia, o alicerce de uma cidade que se começava no Rio Grande; era sim a baze de uma cazerna que estava fundando o brigadeiro Paes. Não havia engajamento official de colonos, nem regular distribuição de terras, de instrumentos aratorios ou de sementes para o cultivo do solo. O primeiro cuidado do brigadeiro Paes foi fortificar a nascente povoação espalhando os seus habitantes em guardas avançadas pela campanha. De modo que ao vicio intrinseco do nascente povo, isto é, á sua qualidade militar ajuntava-se a imprevidencia do commandante disseminando a pequena população pela vasta área do littoral do Rio Grande. Em vez de tornar compacta a população de modo a facilitar as communições e a animar a necessaria permuta dos interesses iniciaes, elle a dividia em lotes mingoados e fatalmente atrophaveis. Por mal apreciada necessidade de defeza o brigadeiro Paes foi levado a repartir os seus soldados em tres grupos militares. O primeiro foi

para o arroio Chuy, onde abrigou-se a um forte que denominou-se Jesus, Maria, José; o segundo afastou-se meia legua pelo paiz a dentro e acampou num lugar onde foi levantado o forte de S. Anna; o terceiro estacionou ao sul da lagôa Mirim e construiu outro forte denominado S. Miguel. Todos esses fortes ficavam no territorio, que hoje pertence ao Estado Oriental. Por muito tempo o presidio do Rio Grande foi considerado apenas como uma guarda de fronteira, uma sentinella reservada a previnir a entrada dos hespanhoes no paiz. Nesse sentido elle tinha de luctar com duas sortes de inimigos: os hespanhoes e os indios. Ambos, porém, conservavam-se retrahidos. Os hespanhoes tinham a attenção fixa na Colonia; e os indios ja reduzidos no numero não ousavam atacar abertamente os portuguezes. Além disso, as grandes missões jesuiticas do Uruguay continham em aldeamentos regulares quasi toda a população indigena do Rio Grande. Era raro apparecerem no littoral bandos de indios hostís. De modo que o presidio podia perfeitamente desenvolver-se sob a influencia benefica de um estado pacifico. E esse desenvolvimento podia ser tanto mais activado, quanto é certo que o meio physico em que elle operava

era extremamente benigno e saudavel. Além da exuberancia das terras, das facilidades das communicações e da doçura do clima, o paiz trasbordava de animaes necessarios ao consumo diario, pondo desse modo a alimentação carnivora ao alcance de todos os habitantes sem grande esforço de procura.

Mas, a imprevidencia humana, ou antes a incapacidade governamental alliada á ambição de dominio, tem sempre occasião de manifestar-se. Na occupação do Rio Grande dous factos destacam-se logo em opposição diametral. De um lado a coincidencia feliz da raça povoadora com as qualidades phisicas do local; do outro lado a intervenção ignorante do poder encarregado de dirigir a acção do individuo sobre o solo. A' favoravel qualidade de ser o presidio composto de homens nascidos no Brazil e ja adaptados ás influencias do seu meio, oppunha-se a cega intervenção autoritaria imprimindo nesse primitivo grupo de povoadores a exclusiva qualidade militar; ás inapreciaveis condições civilisadoras do clima e do solo oppunha-se a incapacidade insciente do primeiro commandante repartindo os elementos da povoação que devêra permanecer indivisa. Emfim, a esta serie de desacêrtos e de erros

veiu reunir-se a desenfreada cobiça da metropole, que deixou os soldados do presidio sem sôlido, sem fardamento e sem munições durante quatro tristissimos annos. A situação do presidio aggravada pelo calote da metropole, tornava-se de dia a dia mais insofrível á soldadesca aquartellada. Por fim as vexações, as injustiças, a pessima administração do commandante e sobretudo a libertinagem dos superiores promoveram a revolta da guarnição, relaxando e rompendo os vinculos que a prendiam á autoridade militar. Mas, a satisfação das justas reclamações acalmou e suffocou a nascente anarchia e tornou a congraçar todos na mesma solidariedade de outr'ora.

Neste estado de tranquillidade e de paz com os hespanhoes e com os selvagens viveu o presidio uma vida estacionaria e monotona. O regimen militar trazia os soldados ajoujados á tarimba, donde não lhes era permitido distanciar sem cahirem na pena de deserção. Por mais de quinze annos a metropole abandonou-os aos proprios recursos. As praias baixas da costa e os perigos da entrada da barra tornavam rarissimas as chegadas de embarcações ao presidio. De modo que a sua vida era a de um isolamento quasi completo. Nestas circumstancias

a população entregava-se exclusivamente a divertimentos, á cultura de legumes e cereaes para o consumo domestico. As suas relações com o interior do paiz limitavam-se ao arrebanhamento do gado e de cavallos, que naquelle tempo custavam unicamente o trabalho de apanhal-os.

A este primitivo nucleo de população veio aggregar-se outro mais numeroso e mais favoravel ao desenvolvimento das riquezas naturaes do paiz. Referimo-nos ao grupo de colonos açorianos e madeirenses que pelos annos de 1740 vieram colonizar o Rio Grande.

O presidio foi successivamente governado pelo brigadeiro José da Silva Paes, pelo mestre de campo André Ribeiro Coutinho, pelo coronel Diogo Ozorio Cardoso e pelo tenente-coronel Paschoal de Azevedo.

O MUNDO FÍSICO

Sob esta denominação de mundo físico
 vamos entender conjuntamente todas as
 coisas, no sentido do termo geral de mundo,
 de todas as coisas que existem no
 universo. Não se trata aqui de influências
 que o mundo físico tem sobre o mundo
 no desenvolvimento da população, nos seus
 costumes, na produção e distribuição de
 riqueza e no modo de viver da
 humanidade. Os hábitos, as ideias, as
 maneiras de viver, as instituições, a con-
 dição de vida, a influência da ciência e
 conjuntamente as condições materiais
 de um país, e o desenvolvimento geral
 a industrial dos indivíduos de um país, são
 essas coisas físicas, que são, em
 tempo, também, causas de outras coisas.
 Essas coisas físicas, portanto, influençam
 também as coisas morais, as ideias, as
 instituições, as maneiras de viver, as

III

O MEIO PHYSICO

Sob esta denominação de meio physico vamos expender considerações relativas ao solo, ao clima, ao aspecto geral do paiz e ás producções naturaes do territorio rio-grandense. Ninguem hoje ignora a influencia que o meio physico tem sempre exercido no desenvolvimento da população, nos seus costumes, na producção e distribuição da riqueza e até na marcha e direcção das idéas. Na historia de todos os povos encontra-se uma ligação intima entre a constituição do solo, a influencia do clima, a composição organica dos productos alimenticios de um lado, e o desenvolvimento moral e industrial dos individuos de outro lado. Essas causas physicas, que em todos os tempos têm sido o germen de varias civilisações, actuaram poderosamente na modificação dos habitos dos europeus que

povoaram o Rio Grande, e no desenvolvimento da prosperidade actual daquella provincia.

Olhando a influencia do meio physico como um facto indiscutivel e aceitavel, deixamos de parte a sua comprovação historica e demonstração scientifica, para unicamente encaral-a em relação ao Rio Grande de um modo geral e comprehensivo. Neste capitulo apesentamos simplesmente a monographia do meio, deixando a demonstração da sua influencia sobre o desenvolvimento social, para os capitulos em que tratarmos da colonização.

O Rio Grande do Sul é a mais meridional das provincias brazileiras. O seu territorio comprehende-se entre o rio Mampituba ($29^{\circ} 17' S.$) e o arroio Chuy ($33^{\circ} 45' 3'' S.$), e entre o Oceano Atlantico ($6^{\circ} 50' 29''$ long. O. do Rio) e o rio Uruguay ($13^{\circ} 43' 4''$ a O. do Rio). O seu comprimento é de 105 leguas, de 126 a sua largura, e de 8.925 leguas quadradas a sua superficie. Elle confina com as provincias de S. Catharina e Paraná ao norte, com a Republica Argentina ao norte e a oeste, com a Republica Oriental a oeste e ao sul, e com o Atlantico a leste. E' separada das provincias brazileiras pelos rios

Mampituba, Pelotas e Uruguay; e do Estado Oriental por diversos rios, arroios, cochilhas, serros e lagôas determinadas nos tratados de 15 de maio de 1852.

Toda essa extensa região é dividida em duas partes distintas, denominadas parte alta e parte baixa da provincia. Ao norte, que é a parte alta, attinge o terreno elevações variaveis entre 300 e 1500 pés. Na parte baixa desce até 28 pollegadas. Ao norte tem a natureza o aspecto dos paizes equinoxiaes. Abundam as mattas impenetra-veis, onde se escondem as mais afamadas madeiras de construcção. A Serra Geral, estendendo as suas variadas e caprichosas ramificações, torna o terreno mais escabroso e enrugado. Na parte baixa, isto é, na parte do sul da provincia, dominam as ondulações suaves do solo, que se distende em cochilhas cobertas de vastissimos campos. Em ambas as partes a irrigação estabelece-se admiravelmente por duas bacias hydrographicas longamente navegaveis. A primeira é a bacia do Uruguay, a segunda é a das lagôas. Entre essas duas bacias prolonga-se de norte a sul a Cochilha Grande, que atravessa a Serra Geral, e estabelece uma perfeita linha de separação entre as aguas das duas bacias. Da bacia occidental é franca-

mente navegavel o rio Uruguay, e da oriental o são quasi todos os rios e muito principalmente as duas sédes da bacia, a lagôa dos Patos e a Mirim. Entre as lagôas Mirim, Mangueira e dos Patos de um lado, e o Oceano do outro estende-se uma longa facha de terreno arenoso que se rompe ao sul da lagôa dos Patos para escoar as agoas da bacia oriental, continuando pelo sul do paiz com a mesma constituição arenosa e baixa.

Deste rapido esbôço do solo riograndense inferimos o seguinte aspecto geral, no qual insistimos para mais tarde explicar, com o seu concurso e com o do clima, o character da população e o desenvolvimento da sua riqueza. O aspecto geral apresenta-se sob tres variedades mais salientes. A primeira formada pela parte alta, abundante em florestas; a segunda caracterisada pela extensão e desenvolvimento dos campos, que cobrem as rapidas ondulações de que é formado o solo; a terceira apresenta-se formada por grandes mares interiores ladeados de terrenos arenosos.

O outro phenomeno a considerar no meio physico é o clima, que influe poderosamente sobre o solo na germinação dos productos indigenas ou aclimatados. O clima

do Rio Grande é geralmente temperado e benigno, recebe quasi em iguaes quantidades o calor e o frio; o ar é puro e notavelmente sadio. As duas estações do anno são radicalmente pronunciadas. No verão, que começa geralmente em dezembro e vai até fevereiro, o calor não cede em nada aos calores das provincias do norte. Torna-se a atmosphera abafada, ardente e afflictiva. No inverno, que abrange os mezes de junho a agosto, o frio faz-se sentir sem piedade. As chuvas cahem continuamente, o ar congela-se, as noites gíam, e vulgarmente o sol que se levanta pela manhã vem surprehender toda a vegetação graminea dos campos envôlta nos brancos lençóes das crystallisações nocturnas. E' o inverno a epoca do vento terrível, o minuano, que vem dos Andes e bate a provincia na exacta direcção de oeste, assobiando em agudos intermittentes. « Enquanto sopra o minuano, o céu fica limpo, o sol claro, mas a athmosphera é picante, como no norte da Europa num dia de bello gelo. » E' tambem o inverno a epoca do pampeiro, o vento gaúcho, que vem das pampas da Republica Argentina. Estes dois ventos, que sopram com uma rapidez e violencia admiraveis, influem poderosamente na salubridade do clima. Nós

examinaremos no correr deste trabalho essa influencia tão peculiar a esses dois phenomenos atmosphericos. Entre as estações calorosa e fria do verão e do inverno interpõem-se as temperadas e deliciosas da primavera e do outono. Ambas apparecem como transições suaves dos estados atmosphericos descriptos, e preparam o organismo humano para a passagem gradual das temperaturas rigorosas. A primavera, que principia em setembro e vai até novembro, communica ao organismo as primeiras ondulações desse calor morno e brando tão favoravel á regularidade das funções digestivas e á circulação do sangue na constituição animal. A natureza em redor recebe toda a influencia benigna dos primeiros raios que o sol mais verticalmente despede, e começa então a agitar-se como renascendo dos tristes dias de inverno. Gradualmente a primavera transporta a natureza batida do minvano, extravasada pelas enchentes, e resequida pelas geadas, á temperatura abafada, fervente do estio. E, quando os ultimos raios abrazadores do sol de janeiro e fevereiro attingem á suprema intensidade de calor, rachando os campos, e angustiado a respiração, apparece o outono amansando-lhes o rigor; e, saturando a natureza da sua tem-

peratura humida e resfriada, predispõe-na a supportar de novo os dias tristonhos e enxarcados de junho. Nas portas do inverno, antes de começar o frigido concôrto das geadas, dos ventos e das chuvas, apparece o periodo encantador e acariciante, tão conhecido na provincia pelo sympathico nome de *verânico* de maio. Nesse curto período de benignidade climatologica, os dias recuperam o calor perdido, o sol torna-se brilhante e apparece no horizonte continuamente, a vegetação toma um impulso imprevisto, as chuvas cessam, a vida toda recebe o influxo mysterioso do bem estar da natureza. Em breve porêm expira a tregoa do rigoroso inverno, a estação reentra na marcha primitiva, e o *verânico* de maio com os seus dias suaves e alegres desfeitos como uma illusão pelas golphadas vibrantes do minuano, perde-se nas longas noites hibernosas, como um oasis assaltado pelas areias da solidão e sepultado sob o peso dellas.

Examinados o solo e o clima, resta conhecer o outro agente physico, que resulta da combinação dos dois primeiros, e que com elles influe na direcção da vida social. Referimo-nos aos elementos da nutrição animal, e aos objectos que de qualquer modo tornam-se fontes de riqueza satisfazendo exigencias

humanas. E' evidente que so trataremos aqui dos productos que o solo fornecia na epoca em que chegaram os primeiros europeus, deixando para investigações posteriores aquelles que mais tarde produziu o solo provocado pela industria e habilidade dos colonos. No Rio Grande os productos da natureza variavam de conformidade com as diversas qualidades do solo, ja apresentadas, e as variedades ja indicadas do clima. Não é possível mencional-os todos, e, por isso, apenas indicaremos os que mais tarde tiveram uma influencia decisiva nos destinos da provincia. Desde ja, porém, cumpre notar que o Rio Grande não offerecia aos primeiros povoadores essa abundancia sem rival de fructos silvestres que nas outras provincias encontraram os descobridores. No Rio Grande, exceptuando as magnificas madeiras de construcção e os hervaes da sua parte alta, todos os outros productos que entretêm a alimentação humana requeriam o esforço intelligente do homem. Existiam todos na fertilidade do solo, mas era necessario cultival-os para colhel-os. A fertilidade das terras era sim admiravelmente favoravel a toda e qualquer exploração industrial. Havia além disso no Rio Grande uma fonte exuberante de riqueza, que jazia abando-

nada no paiz ou parcamente utilizada e que entretanto não era indigena riograndense nem brazileira. Queremo-nos referir aos animaes bovino, cavallar e muar, que os paulistas encontraram nas cochilhas riograndenses e que mais tarde, explorados pela actividade dos filhos da provincia, tornaram-se a baze da sua existencia e a fonte do seu principal commercio. Não sabemos ao certo quando foram esses animaes introduzidos no Rio Grande. E' provavel que se concentrassem ahi fugidos da capitania de S. Vicente ao principio, e mais tarde, das missões jesuiticas da margem esquerda do Uruguay. O que é porêm certo é que os primeiros paulistas que atravessaram as dezertas campanhas do Rio Grande encontraram-nas cobertas de gado bravo. Não é muito racional que esse gado tenha espontaneamente vindo das populações hespanholas do Prata e Paraguay, porque, sem duvida, o Paraná e Uruguay ser-lhes-hiam obstaculos insuperaveis. Mais tarde veremos a transformação dos costumes europeus operar-se em grande parte pelo impulso natural que a industria pastoril imprimiu na população.

Temos até aqui indicado summariamente, como convêm á natureza deste trabalho, o aspecto physico do paiz, o solo e

clima. Podemos agora syntheticamente concluir que os agentes physicos do Rio Grande são altamente favoraveis ao florescer de uma população, rica, culta e independente. Tudo nesse bello paiz induz o homem a agricultural o solo com proveito, a amar a liberdade sem peias, a desprezar os temores sobrenaturaes, a confiar unicamente nos seus proprios recursos, a ser generoso, hospitaleiro, forte e robusto. As vastas campinas convidam o homem a percorrel-as sem obstaculos, livremente. Os rios que por ellas serpenteiam, em vez de se constituirem em obstaculos á viação, desafiam a vadeal-os e portanto a subjugal-os. Acostumado a dirigir-se a todos os angulos do paiz com a mesma facilidade e presteza, o homem nascido no Rio Grande imagina-se um soberano insubordinado. Aqui não ha os portentos physicos que, inculcando o terror no espirito humano, desenvolvem as faculdades da imaginação e as sobreexcitam. As mais altas serras têm apenas setecentos metros de altura, e em vez de estereis e ingratas, offerecem a mais exuberante fertilidade. Os rios não têm as grandes dimensões e a vertiginosa impetuosidade das volumosas torrentes caudaes. Não ha os animaes que desesperam as populações. Não ha tremores de terra,

não ha volcões, nem inundações espantosas, nem tão pouco sêccas continuas e devastadoras. Todos os phenomenos maravilhosos da natureza, que despertaram os primitivos temores religiosos e coadjuvam ainda o desenvolvimento das superstições, são absolutamente extranhos ao Rio Grande. Livre desses excitantes permanentes da imaginação e do sentimento, a natureza do Rio Grande favorece o exercicio das faculdades do raciocinio e da reflexão. A harmonia, a concomittancia dos agentes physicos é pois completa para fazer do homem nessa provincia um baluarte contra a tyrannia e contra as explorações dos ambiciosos.

Main body of faint, illegible text in the upper section.

On the subject of...

Main body of faint, illegible text in the lower section.

IV

OS SELVAGENS

Na porção do territorio brasileiro cujo clima e posição geographica acabámos de esboçar, viviam diversas familias e tribus selvagens, ramificações mais ou menos accentuadas do grande tronco guaranítico. Os hespanhoes e os aventureiros paulistas, muito antes dos portuguezes, tinham-se posto em contacto com ellas; ora attrahindo-as a uma servidão inevitavel, ora exterminando-as á ponta de espada ou á bala de artilheria. As luctas que esses selvagens sustentaram por longo tempo contra os descobridores provam bem o valor de que eram dotados. Os portuguezes os encontraram já dizimados, mas ainda valentes e zelosos de sua independencia. O meio em que esses selvagens viviam havia-lhes imprimido nos hábitos e nos modos de vida um certo cunho original, distincto das tribus brasileiras, e

mais aproximado das que povoavam as margens do Uruguay, Paraná e Paraguay. No fundo, porém, o character do selvagem riograndense permanecia quasi identico ao dos selvagens do Brazil.

Analysando diversas tribus que existiam no Rio Grande ao tempo da conquista, depara-se immediatamente no seu character certas qualidades e inclinações não muito vulgares ao commum dos selvagens. Duas qualidades moraes, principalmente, os caracterizam e os distinguem das outras tribus brazileiras. Essas duas qualidades são a independencia pessoal e a irreligiosidade. Não subordinavam a sua actividade á prepotencia alguma. O seu espirito desempedido dos embaraços de qualquer dependencia voluntaria ou forçada, imprimia livremente aos seus actos um movimento todo pessoal. A sua acção dependia unicamente da sua vontade; a qual, determinando-se pelas suggestões de uma natureza exigente, era sempre energica, prompta, activa. Nenhuma especie de ligação autoritaria os unia aos companheiros de arranchamento. Não existia cacique nessas tribus, onde a igualdade colhia a todos nos seus laços niveladores. Apenas nos momentos criticos de uma guerra e nos instantes supremos do ataque escolhiam

aquelle que os devia guiar na pejeja. Então, postos de cócaras, nessa posição tão peculiar ainda hoje aos homens da campanha, elles formavam as suas assembléas deliberativas, discursavam sobre o modo de fazer a guerra, e elegiam o companheiro que devia ser obedecido na occasião do combate. Terminado, porém, o conflicto, volvia o chefe recente ao antigo posto desautorizado que a todos competia. Levavam esses indios o sentimento de paridade social até á communiidade da familia. Nella os filhos agiam independentes dos paes; não se curvavam nem á autoridade do chefe familiar. Taes sentimentos tão extremados da liberdade individual e do aplanamento social não podem ser senão o producto de influencias mesologicas e ethnicas de difficil apreciação. Deviam ter influido no modo de vida original de semelhantes barbaros a natureza do paiz que habitavam, o genero de alimentação que consumiam e a conformidade organica que receberam por hereditariedade. Mas, não cabe neste trabalho popular, a analyse detida dessas influencias.

A outra qualidade moral que destacámos do selvagem que habitava o Rio Grande é a irreligiosidade. Elles não sentiam essa necessidade tão apregoada de uma existencia

sobrenatural para explicar a criação do mundo. Limitavam-se a encaral-o na estúpida contemplação das suas faculdades inferiores. Azara, que privou com elles, não lhes reconheceu esse temor religioso, que o christianismo imputa inherente á toda a humanidade. E, se Alcide d'Orbigny inscrevese contra a opinião de Azara, é unicamente firmado em supposições altamente contestáveis. Os factos que levaram d'Orbigny a attribuir ideas religiosas a esses selvagens foram unicamente o lucto e a junção das armas e objectos domesticos ao corpo do finado. Esses factos tanto auctoriasam a hypothese favoravel á religião como a contraria a ella. O selvagem que deseja ser enterrado com suas armas manifesta talvez nesse acto o sentimento affavel que liga todo o homem aos objectos que lhe são uteis. Não podemos attribuir-lhe por esse simples facto a crença na immortalidade da alma ou na existencia de um deus; porque então seriamos levados pela paridade de facto a dar idéas religiosas ao atheu e ao incredulo que depositam no tumulo do amigo um ramo de cypreste ou um ramalhete de saudades. A unica conclusão séria que se póde extrahir de semelhantes factos é a que os relaciona á sensibilidade e á affabilidade humanas.

Analysados os indios, nas suas qualidades originaes, que os ligam aos selvagens do Prata e do Uruguay, cumpre-nos estudal-os nos seus caracteres communs. A natureza formára nesses indios um typo de força e de valentia. O seu primeiro aspecto era tristonho e taciturno. Parecia sempre travada no cerebro delles uma lucta tremenda entre o amor da liberdade e a idéa presaga de perdê-la. O conjuncto dominante dos seus traços era na generalidade serio, inflexivel, duro, feroz. A vel-o adivinhava-se logo a tempera irreconciliavel e intransigente do seu valor. — Assentava a individualidade do selvagem do Rio Grande numa construcção ossea massiça, pesada, revestida de uma musculatura abundante, rija, velada por uma cutis moreno-escura. A cabeça grossa e ampla desapparecia debaixo da cabelleira longa, formada de fios compridos, negros e grossos. A face larga arredondava-se e bojava na saliência das maçãs do rosto. Os olhos exercitados a abranger vastos horizontes eram entretanto pequenos, negros e arqueados. Os dentes bellos e regulares duravam sempre. Os membros bem desenvolvidos terminavam em mãos e pés pequenos. — A esses caracteres phisicos correspondiam qualidades moraes de identico valor. Eram os indios

bravos, ferozes, indomaveis, corajosos, amigos da liberdade e essencialmente guerreiros. Os Charrúas, aos quaes mais especialmente se applicam estas observações, preferiram sempre morrer a deixarem-se dominar pelas forças dos hespanhoes e pela astucia dos missionarios. Foram elles os ferozes assassinos de João Dias Solis.

Os costumes desses selvagens eram proporcionados ás qualidades indicadas do corpo e do espirito. Não tinham morada fixa. A natureza do solo facilitava-lhes as viagens longas, as migrações, o estado emfim de permanente vagabundagem. — Alimentavam-se unicamente da caça, e para apanhal-a faziam exercicios continuos de perseverança e agilidade. A carne humana não tinha para elles o attractivo saboroso em que se deleitavam as tribus anthropophagas. Perguntados pelo prazer que sentiam em comer seus semelhantes, elles sempre manifestaram estranheza horrorizada por tal pergunta. Mostraram ignorar sempre que a carne humana pudesse servir de alimento ou de satisfação ao paladar. — A alimentação venatoria desses selvagens modificou-se quasi completamente com a chegada dos europeus. O gado introduzido no continente pelos portuguezes e hespanhoes, e multipli-

cado de um modo espantoso pela potencia nutritiva das pastagens, tornou-se a alimentação predilecta desses selvagens. — A habitação que os abrigava era a mais leve, a mais portatil possível. Derivava directamente a sua construção das exigencias de uma vida nomada e vagabunda. Ordinariamente era fabricada de ramos verdes com as extremidades fincadas no chão, formando diversos arcos um atraz dos outros. Sobre estes arcos estendiam um couro de boi e completavam com elle o palacête gaúcho. — Montavam a cavallo dextra e promptamente. Não usavam arreios de especie alguma, andavam sempre em pêlo, a galope ou á toda a brida. Governavam o animal unicamente pela rédea. Não eram porêm estranhos ao manejo e utilidade do freio; mas, so. usavam delle quando obtinham-no dos hespanhoes ou dos portuguezes em troca de vaccas ou de cavallos. — Quando combatiam, deixavam sempre livres os seus instinctos mais ferozes e exterminadores. Não tinham por habito dar quartel aos inimigos, nem delles recebel-o. Quando se empenhavam no combate sabiam por experiencia e por impulso organico que a morte era o risco menor que a cada um poderia caber. Costumavam antes da peleja

collocar bombeiros ou espiões no alto das cochilhas. Estes bombeiros a cavallo, ageitavam-se de tal modo sobre o animal, que ao longe tornavam-se invisíveis; e, quem os visse á distancia, se não tivesse a perspicacia indiana, tomal-os-hia por cavallos pastando na tropilha. Chegado o momento da peleja, voavam de rédea solta sobre o inimigo e fazendo grande alarido matavam a todos que podiam. As armas de fogo não os intimidavam. Entre a primeira e a segunda descarga medeiava o tempo necessario para o exterminio do inimigo. Não havia entre elles a distribuição de prezas. Todos os objectos apreçados pertenciam exclusivamente aos despojadores.

Eram esses os caracteres physicos, as qualidades moraes, os habitos e os costumes dessas miseraveis gentes que lustravam errantes e aguerridos os campos do Rio Grande.

Resta-nos agora examinar a curta historia desse povo e estudar a influencia que poderia ter exercido na população o seu cruzamento com a raça conquistadora. Não nos parece que essa mestiçagem tenha-se desenvolvido largamente. O elemento indio, o sangue indigena entra no organismo da sociedade riograndense em dóses minimas,

quasi inapreciaveis. E' o que nós concluimos estudando a historia desses indios.

Ayres do Casal indica-nos cinco nações indias habitando o Rio Grande na epoca do descobrimento. Essas nações eram conhecidas pelos nomes de Charruas, Minuanos, Patos, Tapes e Guaycanans. — De todas ellas eram as dos Charruas e Minuanos as mais bravas e guerreiras. Foi desses indios que herdámos alguns habitos e maneiras de que ainda hoje restam traços na vida rustica das estancias. O territorio por onde erravam os Charruas estendia-se desde a Lagôa dos Patos até o Uruguay. Depois da morte de Solis, os hespanhoes fizeram-lhes uma guerra encarnçada e exterminadora. Elles, porém, obtinham sempre as victorias decisivas. Mas, depois da fundação de Montevideu (1724) a perseguição tornou-se de tal modo constante, que elles viram-se na necessidade de se refugiarem no Rio Grande. Ahi, porém, encontraram ja os portuguezes estabelecidos que os afugentavam, e os hostilisavam do mesmo modo que os hespanhoes. A maior parte desses indios pereceu nessas guerrilhas de campanha, outra parte feita prisioneira foi desterrada para as pampas de Buenos-Aires, e a restante, em pequeno numero,

embrenhou-se foragida pelo interior do paiz. — Os Minuanos habitavam, antes da conquista, as margens occidentaes do Uruguay. Quando os hespanhoes fizeram guerra aos Charruas, os Minuanos atravessaram o Uruguay e alliam-se a estes indios, a quem muito assemelhavam-se nos costumes. Depois da destruição dos seus alliados, os Minuanos permaneceram no Rio Grande e soffreram a sorte dos Charruas. — Os Patos viviam pelo norte do Rio Grande, sobre os rios que desaguam no Guahyba, e sobre as praias do mar. Essa tribu, bem como a dos Guaycanans, que habitavam os campos da Vaccaria, desapareceu completamente. — Das tribus do Rio Grande somente os Tapes deixaram-se vencer pelas predicas fluentes dos jesuitas. Pouco a pouco estes religiosos os foram attrahindo para as missões, de modo que, quando os portuguezes tomaram posse do paiz, os Tapes que viviam na extensa região que vai da Lagôa dos Patos ao Uruguay, achavam-se todos aldeados nas missões orientaes do Uruguay. Nós assistiremos para diante ao aniquilamento desses indios.

V

COLONIZAÇÃO

Ja vimos quando e como occuparam os portuguezes o territorio do Rio Grande e qual o intento que os levava áquellas paragens. O fim unico do primitivo presidio era conservar para a metropole aquellas terras que os hespanhoes ja consideravam pertencentes á Hespanha. Mas, a necessidade crescente de manter e augmentar aquelle presidio, as pretensões cada vez mais notorias dos hespanhoes e a fertilidade das terras obrigaram a metropole portugueza a enviar colonos que se fixassem no solo e o cultivassem. As ilhas dos Açores e da Madeira regorgitavam nessa epoca de habitantes trabalhadores e honrados, que requereram á côrte portugueza passagem para os dominios americanos. A metropole mandou-os transportar para a ilha de S. Catharina e para o presidio do Rio Grande.

Este acto do governo portuguez veiu em parte attenuar a falta commettida na fundação do presidio; porque não era mais uma agglomeração de militares ociosos que cahiam sobre o Rio Grande devorando-lhe o gado e estropiando-lhe a cavallada, era sim uma confederação de familias que vinham lançar no solo riograndense a semente que mais tarde desabrocharia num povo laborioso e industrial. Estes ilheos que vinham procurar no Brazil as condições de uma vida pacifica, mas trabalhosa, formam o fundo da população riograndense, que primeiro começou a dilatar-se pela parte oriental da provincia.

Formando elles a massa da primitiva colonização, necessariamente influiram no conjunto dos usos e costumes da provincia e concorreram com as suas qualidades e sentimentos para a producção do genio riograndense. Por isso vamos delinear os principaes traços desses nossos antepassados.

As ilhas dos Açores ficam entre $36^{\circ} \frac{3}{4}$ e $39^{\circ} \frac{3}{4}$ de latitude norte e 25° e $31^{\circ} \frac{1}{4}$ de longitude occidental, contados de Greenwich. Lançados nestas ilhas a 900 kilometros Q. de Portugal, os primeiros habitantes que vieram daquelle reino, deviam ter logo sentido, pelo isolamento e pela distancia, a

necessidade imperiosa da concentração de todas as suas forças para entrar na decisiva lucta pela vida. Não foi outra a direcção tomada, e, de tal sorte desenvolveu-se o amor ao trabalho e principalmente o amor ao solo natal que, em breve, a população açoriana gozava na metropole do mais favoravel conceito e era procurada de toda a parte do reino como um centro feliz para a emigração. Para logo a constituição organica dos individuos, influenciada pela benignidade do clima e desenvolvida pelos exercicios diarios e constantes da vida agricola e maritima que levavam, tornou-se vigorosa, alta e bem proporcionada. O typo da mulher tomou certas feições amplamente desenvolvidas na direcção da elegancia, da formosura e da magestade combinadas com a robustez da musculatura bem torneada. Alta, desenvolvida, olhos castanhos, faces coradas, cabellos negros e finos, tal é o typo mais commum da açoriana.

Quanto ás qualidades moraes, o povo dos Açores distingue-se pela vivacidade natural do espirito alliada a um character alegre e expansivo. As suas maneiras são extremamente francas e dignas. Os seus sentimentos são pronunciados no sentido da mais ampla generosidade. Nos Açores é cul-

tivado em alto gráo o sentimento da hospitalidade, que em todas as epochas tem sido o padrão por onde se afere a sensibilidade dos povos. Nas predilecções domesticas elles « amam a musica, a dança, as representações theatraes, as reuniões de mascaras, as loucuras do carnaval, as cavalladas, as corridas de touros, que são o delirio da mocidade terceirense, e as festas do Espirito Santo, as mais populares e geraes do archipelago. » O povo é religioso, christão apostolico e romano. Mas, o espirito de tolerancia está intimamente infiltrado em toda a população, de modo que todas as idéas e sentimentos religiosos são supportados em identico gráo de consideração. A vida da classe que soffre as mais rudes privações e entrega-se aos trabalhos mais penosos, e que foi sem duvida a que forneceu maior elemento de emigração para o Rio Grande, é assim referida por um escriptor: « A classe baixa é muito laboriosa, e entrega-se de preferencia á agricultura e á vida do mar. E' a mais frugal do mundo, porque assim lhe permite a doçura do clima; e deixa com facilidade o sólo natal quando este lhe é pouco propicio. Odeia a vida militar, mas no campo de batalha é fiel á disciplina e dá provas de valor. Não é pro-

pensa ao crime, principalmente, no districto da Horta. E' esta classe a depositaria da maior quantidade das tradições da lingua, poesia popular, usos e costumes da mãe-patria. Nota-se nos Açorianos pronunciada tendencia para a posse da propriedade territorial, preferindo a sua aquisição ao emprego dos capitaes em transações d'outra especie embora mais lucrativas. Viver em sua casa, e ter de rendimento alguns moios de trigo, são os dois pontos para que principalmente convergem os esforços de todos que se empregam em trabalho de qualquer genero. »

O caracter publico do povo açoriano é geralmente inclinado ás expansões da liberdade e da independencia. E' notoria a antipathia que dia a dia vai manifestando o archipelago dos Açores pelas instituições compressoras da monarchia portugueza. Observa o autor de quem colhemos estas informações, que o ponto importante em que todas as ilhas açorianas se mostram acordes é a fria indiferença com que olham a mãe-patria, e que de dia para dia se augmenta, em consequencia do isolamento em que vivem, e da execução principalmente do systema tributario. Com esta revolta dos sentimentos açorianos contra instituições ca-

ducas e atrophadoras coincide a affeição especial que esse povo vai dedicando aos Estados Confederados da America do Norte. A historia portugueza recorda diversos feitos heroicós praticados por aquelles habitantes das ilhas em prol do amor patrio e em favor de idéas liberaes. Foi nessas ilhas que refugiou-se a independencia portugueza no seculo dezeseis, antes de cahir sob o jugo da Hespanha. Nellas o Prior do Crato durante tres annos encontrou uma muralha potente contra a ambição de Phillippe 2.^o Foi ainda dessas ilhas que partiu posteriormente o primeiro esforço para firmar no reino portuguez o regimen liberal. Em todas as epochas os açorianos têm feito sentir a sua influencia na marcha progressiva da sociedade portugueza.

Temos concluido o exame das qualidades physicas e moraes que caracterizam os primeiros colonos, que rotearam o solo riograndense. Falta-nos unicamente examinar o modo pelo qual occuparam e laboraram as terras. Os açorianos eram em sua totalidade agricultores, e como taes empregaram-se logo a cultivar as terras concedidas. Não passavam ellas de um quarto de legoa de frente para cada cazal. Seguia-se aqui o systema das propriedades pequenas,

systema que mais tarde foi abandonado ou completamente viciado. A esta distribuição racional das terras accrescentou o governo portuguez a obrigação de ser ella concedida a pequenos lotes de colonos, sessenta cazaes, que deviam dar ás suas propriedades o delineamento de ruas e praças de futuras cidades. A estes colonos concedia o governo varios privilegios e isenções de encargos nos primeiros annos, assim como os assistia gratuitamente com vestimentas, dinheiro, alimentação, ferramentas, etc. A colonização açoriana estendeu-se principalmente pelo littoral da provincia e immediações das lagôas e rios navegaveis.

Mais tarde examinaremos os esforços desses colonos, e a parte obscura que tomaram na producção da riqueza publica.

VI

TENTATIVA DE CONSTITUIÇÃO GEOGRAPHICA

Como ja temos visto, os hespanhoes julgavam-se legitimos possuidores de todo o Rio Grande. Não foi, portanto, com grande satisfação que viram os portuguezes fundando estabelecimentos neste territorio. Chegaram mesmo a accusar o governo portuguez de se ter apoderado do Rio Grande depois de cessadas as hostilidades, e á sombra do armisticio assignado em Pariz a 16 de março de 1737. A accusação era falsa: o presidio do Rio Grande foi fundado em fevereiro de 1737, e a noticia do armisticio so chegou ao Brazil em setembro do mesmo anno. Comtudo essa accusação revela o animo que tinham os hespanhoes em relação ao Rio Grande.

Não era possivel haver paz duradoura entre duas nações que se arrogavam iguaes

direitos sobre um tão vasto e soberbo paiz como o Rio Grande. Elle estava naturalmente destinado a ser theatro de luctas ensanguentadas. Desde a sua occupação pelo brigadeiro Paes, desde o armistício de 16 de março de 1737 o Rio Grande pertencia de facto a Portugal. A Hespanha, apezar de julgar-se senhora desse territorio, tinha comtúdo deixado medrar em paz a povoação portugueza.

Esta, como ja vimos, augmentou rapidamente. A colonização açoriana sempre contínua dava-lhe um impulso consideravel no commercio e nas rendas publicas. Desta affluencia de população na fronteira resultavam muitas duvidas e questões de posse e de jurisdicção politica, por causa da incerteza e da falta de precisão do logar por onde passava a linha divisoria dos dominios das duas nações europeas. Os limites nunca tinham sido legalmente traçados, porque nunca a necessidade delles fôra tão imperiosa como agora. A regularisação de uma linha divisoria apresentou-se á Hespanha e a Portugal como o unico meio de fazer a felicidade das colonias sul-americanas. Dahi nasceu o tratado de 13 de janeiro de 1750 ajustado na cidade de Madrid. Este tratado, que tem sido tão preconisado pelos his-

toriadores portuguezes, apparece na historia do Rio Grande como a primeira tentativa de organisação geographica da capitania. Até então o que constituia propriamente o Rio Grande era a parte maritima. O interior permanecia ainda territorio litigioso. Comtudo, tanto a metropole portugueza como a hespanhola sempre julgaram-se com iguaes direitos á posse de todo o territorio que se estendia desde o Prata até os campos da Vaccaria. Por esse motivo ambas as nações iam fundando estabelecimentos indistinctamente pelas terras que mais lhes convinham. Os hespanhoes tinham estabelecido missões jesuiticas no interior do Rio Grande, e iam conquistando com ellas toda a parte occidental da capitania. Para atalhar semelhante invasão e para resguardar os seus direitos possessorios Portugal fundára a Colonia do Sacramento em frente mesmo á principal povoação hespanhola do Prata. A Hespanha respondeu-lhe destruindo a Colonia e lançando os fundamentos de Montevideu. Portugal batido do Prata e rechacado do Uruguay procura as terras arenosas do Rio Grande como um refugio ás suas esperanças malogradas. Nessa contínua ondulação de pretensões possessorias é evidente que o Rio Grande não tinha ainda um ter-

ritorio legalmente determinado e assignalado pelas duas nações que o disputavam. Até ahí o Rio Grande era considerado coisa commum, da qual ninguem era reputado dono, mas onde todos iam estabelecendo-se pouco a pouco.

Esse estado deploravel em que viviam as populações fronteiras suscitou o tratado de 1750, que parece ter sido pactuado com a mais louvavel intenção. Os altos contractantes mostraam desejos de promover a felicidade e o adiantamento das suas colonias. Ambos procuraram desprender-se de pequenas ambições e de occultos rancores tradicionaes. No proprio tratado elles se exprimem de modo a honrar a diplomacia da peninsula. El, em verdade, quem soubesse que o tratado de 1750 tinha sido firmado com o unico fim de perpetuar e garantir na America a paz, a harmonia e o mutuo accôrdo na permuta dos interesses, não podia deixar de louvar tão nobres sentimentos. Infelizmente, porém, essa aspiração não sahiu nunca do terreno vago das abstracções. O tratado naufragou, como mais tarde naufragaram tantos outros. A linha de limites que elle estabelecia era de demarcação difficilima, porque não seguia o curso de rio algum, nem acompanhava cadêa alguma de mon-

tanhas. Atravessava campos desertos, serpenteava por cochilhas mais ou menos elevadas, e vizava nascentes de arroios e de rios muitas vezes desconhecidos ou duplamente apontados. A linha em seu percurso geral devia partir de Castilhos Grandes, abaixo da lagôa Mirim, procurar as nascentes do Ibicuhy e descer pelas suas aguas até o Uruguay. Nós considerâmos aqui unicamente a parte do tratado que se refere aos limites do Rio Grande com os Estados vizinhos, não nos preocupando com a que regúla e determina os limites das outras fronteiras do Brazil.

Mas, o principal obstaculo á realisação desse tratado não era a intrincada demarcação de limites. Esta podia perfeitamente realisar-se apezar de todas as delongas e incertezas dos commissarios. Grande parte do territorio estava mesmo demarcado; e isto claramente indica que a commissão estava decidida a leval-a até o cabo. Qual foi então essa circumstancia imprevista que veio burlar os planos das duas côrtes e paralyzar completamente uma negociação tão adiantada? O empecilho principal, a morte do tratado jazia no proprio tratado. Basta considerar as condições em que elle foi formulado para logo determinar com precisão a séde da

enfermidade que o annullou. O celebre brasileiro Alexandre de Gusmão, homem d'Estado da côrte portugueza, julgou ter dado prova de elevada capacidade diplomatica fazendo incluir no tratado de 1750 a clausula em virtude da qual a Hespanha cedia a Portugal os *Sete povos das Missões*, recebendo em troca a Colonia de Sacramento. Foi essa clausula, tão exalçada pela diplomacia portugueza, que fez abortar a primeira tentativa de dar uma constituição geographica ao sul do Brazil. Nós veremos, na exposição dos factos que se seguiram ao tratado, o modo por que se produziu a revolta dos povos missioneiros contra semelhante clausula.

A primeira impressão que produziu na America a noticia do tratado de 1750 foi uma impressão dolorosa. Percorreu todas as missões, todas as aldêas indianas, um espirito de angustia ao saber-se que a Hespanha entregava povos hespanhoes ao dominio dos seus principaes inimigos. Os padres ficaram perplexos diante de tão extranha nova, e os indios acostumados a odiar os portuguezes não podiam bem comprehender a força do argumento que os induzia a deixarem suas terras, a abandonarem os seus lares. Em breve os gemidos de todas as tribus revolucionaram os corações dos sacerdotes. De toda

a parte levaram-se representações aos directores da Companhia, ao Supremo Pontifice, ao rei de Hespanha, rogando e implorando a revogação do tratado. Chegaram mesmo a despachar mensageiros a todas as côrtes para que discutissem directamente, influissem pela palavra e pela penna contra a realisação do tratado. Choveram os pamphletos e as memorias; a propaganda contra o tratado teve uma ramificação verdadeiramente astuciosa. Mas, foi tudo inutil, porque os motivos que ditaram o tratado permaneciam inatacados. As duas nações contractantes julgavam ter feito um negocio de lucros fabulosos. A despeito portanto de toda a opposição dos povos da America o tratado foi assignado e sua execução começou imperturbavel.

Os commissarios, que eram Gomes Freire de Andrada por parte de Portugal, e o marquez de Val de Lirios, por parte da Hespanha, começaram a demarcação em 1752 assentando os marcos que para isso tinham vindo da Europa convenientemente preparados. Percorreram sem novidade toda a linha que vai de Castilhos Grandes a S. Tecla; e apezar de todos os padecimentos que haviam soffrido em jornadas de campos desertos, estavam dispostos a seguir avante.

Em S. Tecla, porém, estacionavam os indios arranchados em posição hostil e dispostos a não deixar portuguezes e hespanhoes penetrarem no territorio das Missões. Os indios mostravam-se revoltados não ja contra Portugal somente, mas tambem contra a propria Hespanha, a quem tinham jurado fidelidade. Constou na Europa que a revolta dos indios tinha sido insuflada pelos padres jesuitas. Quando mesmo a influencia dos jesuitas nessa revolta fosse provada, ella não podia ser considerada um crime; ella seria uma consequencia natural da energia com que a natureza sabe reagir quando é violentada. Mas essa revolta não foi motivada pelos conselhos dos jesuitas; ella foi uma suggestão expontanea e abrupta da organização livre e insubordinada daquella raça indigena que, se algumas vezes deixava-se attrahir pelas palavras e acções humanitarias dos padres, sabia tambem fazer-se matar imperturbavelmente em defeza da sua liberdade inapreciavel. Foi para garantir essa liberdade, para subtrahil-a a uma imposição externa, que esses indios impulsionados pelo amor fetichista do solo natal postaram-se no alto das cochilhas como sentinellas da propria liberdade.

O tratado de 1750 não foi so um atten-

tado á liberdade dessas miseraveis tribus, foi tambem uma extorsão a todos os seus direitos. O artigo dezeseis desse tratado mandava que dos povos da margem oriental do Uruguay sahisses os missionarios com os seus moveis e effectos, levando comsigo os indios para os aldear em outras terras de Hespanha, e que os referidos indios poderiam levar tambem os seus bens moveis e semoventes, e as armas, polvora e munições que tivessem, em cuja fórma se entregariam os povos á corôa de Portugal, com todas as suas cazas, igrejas, edificios, e a propriedade e posse do terreno, etc., etc.

Foi em S. Tecla, quando os commissarios preparavam-se para entrar nas missões e dellas expellir os habitantes, foi nesse momento decisivo, que os indios sentiram a enormidade da injustiça de que iam ser victimas. Sublevou-se naquelles espiritos rudes e incultos um tropel de affeições fortes, que ligam o homem ao solo que o viu nascer, á terra que o nutre, aos campos que se desdobram ao redor da choupana, e que avivam no silencio do crepusculo as saudades melancolicas dos felizes tempos da infancia. Ateou-se naquelles corações de uma sensibilidade primitiva a labareda ingenita do antigo valor indomavel. Recupe-

raram esses barbaros a perda desenvoltura e num momento de audacia e de funesta coragem guerreira impelliram-se contra os novos senhores que lhes traziam a escravidão e a morte. Os proprios padres da Companhia foram envolvidos na fatidica sorte dos indios. Elles mesmos collocaram-se finalmente á frente das guerrilhas selvagens decididos a morrer diante do poder que pretendia expolial-os.

A commissão demarcadora em frente de tal resistencia teve de interromper a sua missão. A intrepidez dos indios nullificava desse modo todo o trabalho já realizado. Os dous commissarios anteriormente autorizados por seus respectivos governos declararam guerra aos jesuitas das missões. Começaram então as duas côrtes alliadas essa lucta iniqua e inutil, lucta de destruição, que para sempre devastou as florescentes povoações missioneiras. Passaram-se tres annos em aprestos guerreiros. Durante esse tempo os indios continuaram no mesmo posto de insubordinação e de desobediencia ao tratado. Finalmente os exercitos portuguez e hespanhol reunem-se a 16 de janeiro de 1756 nas cabeceiras do Rio Negro, junto ao lugar que ficou denominado Campo das Mercês, em virtude das promoções militares

que nelle fizera o general portuguez Gomes Freire de Andrada. Os exercitos alliados, que compunham-se de dous mil e quinhentos homens, depois de varias pequenas escaramuças com o inimigo, nas quaes ja haviam morto o valente chefe indio Sepé, encontraram-se com as tropas selvagens, que montavam tambem a dous mil e quinhentos combatentes. Travou-se a peleja a 10 de fevereiro nas cochilhas de Caybaté. A lucta foi porfiadissima, mas por fim os indios foram vencidos, deixando no campo da acção mil e duzentos mortos, inclusive o bravissimo chefe Nicolau Languirú. Esta derrota foi seguida de outra a 10 de maio do mesmo anno na passagem do arroio Churieby. A sorte dos indios ficou decidida nesta ultima refrega.

Mortos os chefes Sepé e Languirú, derrotados em todos os combates, atacados dentro dos seus proprios entrincheiramentos, tendo combatido com raro denodo e com visivel inferioridade de armamento e de sciencia militar, os infelizes habitantes das Missões abandonaram aos vencedores as suas terras, as suas estancias e os seus povoados. As violencias de que eram victimas, e a vergonha da derrota os levaram a destruir pelo fogo o que iam

abandonando pela força. Quando os exercitos alliados penetraram nas aldeias das Missões, grandes linguas de fogo lambiam a amplidão calcinando e devorando as habitações humildes dos selvagens e os templos pomposos dos jesuitas. Desse modo foram successivamente cahindo em poder dos alliados os povos de S. Miguel, S. Lourenço, S. Anjo, S. Nicolau e emfim todo o territorio das Missões jesuiticas do Uruguay Oriental.

Os habitantes vencidos refugiaram-se nas mattas e nas serras, donde surgiam ás vezes em bandos volantes a surprender os vencedores. Mas, apesar de toda a energia desses selvagens, é facil comprehender que lhes era impossivel resistir ás duas nações colligadas. Além da superioridade da tactica e das armas brancas, os europeus tinham a seu favor as peças de artilheria, que foram sem duvida o seu melhor auxiliar nessa campanha. Finalmente abafada a rebellião, massacrado grande numero de indios, aprisionados os padres, ficou o territorio em poder dos alliados, que se acamparam nas povoações de S. João e S. Anjo. Este territorio devia ser reconhecido e demarcado pela commissão de limites para ser entregue ao governo por-

tuguez. Mas onze annos se passaram sem que a commissão podesse chegar a um acôrdo definitivo. Emfim, as côrtes de Portugal e da Hespanha resolveram revogar o tratado de 1750 antes mesmo de terminadas as negociações. Appareceu então o tratado de 12 de fevereiro de 1761, que mandou reviver e observar os tratados anteriores. Ficou portanto sem effeito a primeira negociação, que pretendia fixar os limites territoriaes das colonias sul-americanas. As possessões volveram ao antigo estado, isto é, ao *uti possidetis*. A Colonia do Sacramento passou de novo ao poder dos portuguezes, e as missões jesuiticas continuaram sob o dominio hespanhol.

Este tratado de 1750 e esta guerra das Missões, que custaram ao Estado mais de vinte e seis milhões de cruzados, encarados pelo lado politico não trouxeram resultados favoraveis aos dois povos europeus. Mas, forçoso é reconhecer que o Rio Grande retirou beneficios reaes desses dois factos. O tratado por intermedio das commissões demarcadoras tornou conhecido o interior do paiz, determinou em cartas geographicas a posição e direcção de todos os accidentes physicos do seu solo e desbastou o terreno que mais tarde tinha de ser per-

corrido por outras commissões. A guerra por intermedio das marchas do exercito abriu e aplanou as primeiras estradas da campanha, desenvolveu o commercio pelas necessidades do fornecimento ás tropas e finalmente iniciou o povoamento dos campos criadores mediante dos soldados que pediam baixa e que por lá se estabeleceram.

VII

INVASÃO HESPANHOLA

Depois de revogado o tratado de 1750 ficaram as colonias sul-americanas entregues aos seus antigos odios de raça. Portugal e a Hespanha, envolvidos nas luctas da politica europea, esqueciam-se dos seus subditos da America, que ainda continuavam no mesmo estado de incerteza territorial. Havia cinco annos que durava na Europa a guerra conhecida na Historia pelo nome de *guerra dos sete annos*. Batiam-se a Prussia e a Inglaterra contra a Austria, a França e a Russia. A Hespanha quiz então entrar na lucta, e instigada pelo ministro francez Choiseul concluiu com a França e com o duque de Parma o tratado de 15 de Agosto de 1761 denominado *Pacto de familia*, que tinha por fim destruir o poder maritimo da Inglaterra. Nesta situação Portugal declarou-se a favor dos inglezes, e rompeu em guerra

portanto com a Hespanha. Na America repercutiram naturalmente os odios das familias reinantes europeas, e o lugar em que a guerra se manifestou foi a Colonia do Sacramento, centro portuguez mais proximo ás colonias hespanholas.

O governador de Buenos-Aires, D. Pedro Ceballos, logo que teve participação official da guerra entre o seu paiz e Portugal, reuniu tropas sufficientes e sitiou a Colonia, que contra toda a expectativa rendeu-se de um modo pouco honroso para o seu commandante o brigadeiro Vicente da Silva da Fonseca. O conde de Bobadella, vice-rei do Brazil, punha grande empenho na defeza da Colonia; e, segundo diz o visconde de Porto Seguro, nada faltava ao brigadeiro Vicente da Fonseca para resistir longamente. A noticia da rendição da Colonia foi funesta ao illustre Bobadella, que não podendo soffrel-a falleceu a 1 de janeiro de 1763. Perdida a Colonia ficava livre o campo para a invasão do Rio Grande. Eis porque a quéda da Colonia foi em toda essa guerra a perda mais sensivel.

O Rio Grande não se achava completamente desprevenido. Antes de começarem as hostilidades haviam os portuguezes construido na angustura de Castilhos uma

fortaleza denominada S. Thereza. Era commandada pelo coronel Thomáz Luiz Ozorio. A fortaleza de S. Thereza ficava entre a villa do Rio Grande e Montevideu, no centro da estrada que ligava as duas povoações. Era pois um ponto importante. Nella tinha o coronel Ozorio quatrocentos homens e oito peças de artilheria. Além da fortaleza de S. Thereza existia na fronteira o forte de S. Miguel commandado pelo capitão João Alves Ferreira.

As forças do exercito invasor commandadas por Ceballos eram porêm superiores em numero. Montavam a seis mil homens.

Depois de muita indecisão a respeito da conducta que deveria seguir diante de tal exercito, depois de desertado grande numero de soldados e de desanimados os que restavam na fortaleza, resolveu o coronel Ozorio entregar-se á discrição. Realisou a entrega ás duas horas da madrugada do dia 19 de abril de 1763. A guarnição que constava de cento e trinta praças foi feita prisioneira de guerra, remettida para a Colonia, e de la espalhada pelas terras mais remotas de Buenos-Aires. O coronel Thomaz Luiz Ozorio seguiu a sorte dos seus subalternos; e mais tarde, quando já estava restituido á patria, foi condemnado á morte e

executado por ter abandonado a fortaleza ao seu mando sem exgotar os meios prescriptos pela legislação militar. O forte de S. Miguel seguiu o exemplo do de S. Thezeza, e a sua guarnição teve sorte identica á desta fortaleza. Ficou pois completamente desempedida a fronteira. Os hespanhoes senhores do terreno, sem terem perdido um unico soldado, dirigiram-se resolutamente para a villa do Rio Grande.

A' noticia da aproximação do inimigo os habitantes, justamente apprehensivos pelo destino que os aguardaria se ficassem na villa, trataram de mudar-se para a península em que fica hoje a villa de S. José do Norte. Esta mudança era ja um pouco tardia, houve apenas tempo para a salvação das pessoas, ficando cheias as casas, ruas e praias de objectos esparsos, que tiveram de ser abandonados. Quando a 24 de abril o inimigo chegou, ainda pode ver as canôas e pequenas embarcações que, na direcção do Norte, carregavam familias inermes e atterrorisadas. O commandante hespanhol mandou fazer fogo sobre ellas; e então uma descarga de mosquetaria vôu por sobre as ondas e annunciou com a morte de familias fugitivas a tomada da villa.

No Rio Grande apenas encontraram os

hespanhoes alguns velhos casaes açorianos. Os habitantes fugitivos chegados ao Norte dividiram-se segundo os meios de que dispunham para a fuga. Uns conseguiram sahir pela barra a fóra, e dirigiram-se para o Rio de Janeiro; outros tomaram a pé a direcção da Laguna e de S. Catharina; e, a maior parte, talvez, acompanhou o governador, que foi residir em Viamão. A 12 de maio entrava na villa o general Ceballos com o grosso do exercito, e completava desse modo a primeira invasão inimiga em territorio riograndense. O dia 24 de abril de 1763 é pois o marco originario das successivas invasões que tem soffrido o Rio Grande em prol da integridade do Brazil-colonia e do Brazil-imperio.

Quando Ceballos conquistou o Rio Grande ja havia recebido da Europa ordens para pactuar um armisticio com os portuguezes. Mas, a despeito dessa ordem, mandou perseguil-os mesmo na povoação de S. José do Norte, e ordenou que as familias portuguezas fossem postas a ferros e levadas como colonos para as campanhas do Uruguay e do Prata. So depois de commettidas essas arbitrariedades criminosas é que Ceballos lembrou-se de participar ao governador portuguez as ordens pacificas que recebêra de Madrid. Celebrou-se então entre os vencidos

e os vencedores o armistício de 6 de agosto de 1763, pelo qual cessavam as hostilidades, enquanto não viessem novas instruções da Europa, ficando entretanto o porto do Rio Grande privativo dos hespanhoes. Estavam assim em parte satisfeitas as aspirações hespanholas de dominio politico sobre o territorio do Rio Grande.

O armistício de 6 de agosto tinha sido originado pelo tratado de Pariz de 10 de fevereiro de 1763, que terminou a guerra europea dos *Sete Annos*, e pelo qual a Hespanha compromettera-se a entregar a Portugal, na America, a Colonia do Sacramento com as ilhas adjacentes, e a villa do Rio Grande. A Colonia foi entregue a 1 de janeiro de 1764, mas o Rio Grande e as ilhas não o foram. Ficava desse modo violado o tratado de Pariz. Os hespanhoes para o não cumprirem soccorriam-se da caduca e celebre bulla de Alexandre VI e invocavam a recente conquista do Rio Grande como não comprehendida no tratado. Não podendo os portuguezes obter com boas razões o territorio invadido, determinaram expulsar á força os intrusos do Rio Grande. Foi então que se deu o ataque furtivo de 28 de maio de 1767. Os portuguezes pretenderam tomar a villa de assalto; mas, separados por um

forte neveeiro, e tendo a infelicidade de desembarcarem nos atoleiros da Macéga, foram presentidos e repellidos pela fortaleza castelhana. Essa derrota não os impediu, porém, de cahirem sobre os fortins do Norte, e delles se apoderarem com facilidade.

Esses factos denunciam a intrepidez dos nossos valorosos antepassados, que apesar de terem em sua frente um inimigo fortificado e numeroso, não perdiam occasião de desalojal-o á força. A profanação do solo patrio pela permanencia do inimigo audaz e conquistador trazia o espirito militar da capitania excitado e predisposto a continuos ataques. Entretanto essas tentativas de recuperação do Rio Grande foram duramente censuradas pela côrte de Portugal, que teve a fraqueza de mandar á Madrid e á Buenos-Aires enviados encarregados de darem satisfação por esse acto ás auctoridades hespanholas. A côrte portugueza não so desse modo abandonava completamente os seus subditos do Rio Grande, como ainda approvava e de algum modo legalisava a conquista da villa por D. Pedro Ceballos.

Ficaram portanto os hespanhoes senhores do Rio Grande. Nesse tempo a nossa

fronteira passava pelo centro do territorio que hoje constitue a Provincia. A linha convencional que dividia os dous povos começava em S. José do Norte, e, tomando a direcção septentrional, passava pelo Rio Pardo e pelos campos da Serra Geral. Todos os campos do sul da provincia e as Missões ao norte pertenciam aos hespanhoes. Nesta posição, apenas separadas no litoral pelo Rio Grande, e no interior divididas unicamente pelas guardas avançadas, as duas populações, a portugueza e a castelhana, a vencida e a vencedora, viviam num estado de continuas desconfianças e de ininterrompidas pequenas contendas diarias. Assemelhavam-se a dous individuos que se odeiam, e que são obrigados a viverem juntos. O menor gesto, a minima palavra, um olhar ás vezes, lança no espirito de ambos a desconfiança concentrada e profunda. Aos actos de um empresta sempre o outro as intenções menos justificadas. Começa então entre ambos uma obra de destruição surda, mas dilacerante, implacavel, exterminadora. Se por ventura se equacionam as forças, então a lucta se prolonga, persistente, devoradora, so terminavel com a morte.

Não de outro modo era a deploravel

situação em que as côrtes de Lisboa e de Madrid haviam deixado as suas colonias do Rio Grande e do Prata. Entre ellas existia o estado incommodo que se pode denominar de guerra pacifica. Os portuguezes queixavam-se constantemente de arbitrariedades commettidas pelos hespanhoes. A estes não escapava occasião de molestar os seus visinhos. Violavam sem cessar os tratados estabelecidos e ainda o armisticio ultimamente pactuado; acoutavam os escravos fugitivos, pejavam de armamentos e de munições bellicas os seus grandes depositos, augmentavam as guardas, contractavam praticos para a navegação interior; emfim, praticavam os hespanhoes toda a sorte de actos preventivos que mais pareciam tendentes á conquista e completa sujeição de todo o territorio do Rio Grande, do que dirigidos a uma defeza necessaria. Por esses alardes de espirito conquistador e intransigente ja haviam os hespanhoes dado origem ao ataque de 28 de maio, e haviam perdido os fortes do Norte, que foram restituídos por ordem regia. Entretanto essa situação falsa ia-se arrastando, os dois povos inimigos a supportavam, os vencidos pareciam ja resignados á perda irremediavel da villa do Rio Grande. Mas, quando no governo do

Rio da Prata succedeu D. João José de Vertiz y Salcedo, os planos de conquista ficaram completamente claros ; e, tantos foram os actos arbitrarios praticados por esse governador, que aos portuguezes não era mais licito duvidar das suas intenções guerreiras. Varias vezes por ordem desse governador diversas expedições internavam-se pela campanha e chegavam até o Rio Pardo com animo de seguir avante ; mas, felizmente, encontravam sempre resistencia não so da parte do valente capitão Francisco Pinto Bandeira como das companhias de aventureiros paulistas que por ali andavam. Ultimamente determinou Vertiz levantar grande numero de tropas, e com ellas penetrando pela campanha, atacar o Rio Pardo e apoderar-se de Viamão, devendo D. José Molina secundal-o da villa do Rio Grande. Este plano foi presentido pelo governador portuguez José Marcellino, que tratou desde logo de distribuir as suas tropas do modo mais favoravel á defeza. Depois do ataque de 28 de maio de 1767 não haviam os portuguezes aggreddido mais os hespanhoes ; limitavam-se á defeza e nella punham elles todos os seus esforços e vigilancia. Agora que tinham certeza de que iam ser atacados por forças numerosas, que agiam debaixo de um plano de conquista simulado,

trataram por toda a parte de levantar meios de defeza e da arregimentação dos soldados. No Rio Pardo estava o tenente coronel de dragões Francisco Barreto Pereira Pinto com quatrocentos homens. Em S. José do Norte ficava o sargento mór Valerio José de Macedo com quinhentos homens. Em novembro de 1773 sahio Vertiz do Prata com cinco mil homens; atravessou as campanhas do Uruguay, e, chegando no hoje municipio de Bagé, levantou uma fortaleza a que poz'o nome de S. Tecla. Ao mesmo tempo marchava D. José Molina da villa do Rio Grande com quinhentas praças a incorporar-se, pelo passo do Beca, com o grosso do exercito de Vertiz.

Julgavam talvez os hespanhoes que atacando por terra aos portuguezes os levariam facilmente de vencida, pois que os seus soldados gauchos eram sem duvida superiores aos portuguezes em combates de campanha. Mas, apezar de suas numerosas tropas, e de sua cavallaria volante, elles viram-se forçados a largar mão da empreza conquistadora. Encontraram nós portuguezes soldados ja affeitos ás guerrilhas rapidas e sorprendentes, nas quaes haviam aprendido a vencel-os em diversos recontros. Além disso, os soldados portuguezes, que ja eram verdadeiros riograndenses, comba-

tiam pela recuperação de suas terras, de suas estancias, dos seus gados e cavalhadas, de que haviam illicitamente sido esbulhados. Esta circumstancia duplicava-lhes o valor. Animava-os o sentimento viril do amor patrio, que naquellas occasiões foi o unico salvador do Rio Grande.

Quando o governador José Marcellino soube que o inimigo atravessava o rio Camaquã, que desagua na lagôa dos Patos, mandou observal-o pelo capitão Rafael Pinto Bandeira á frente de cem homens.

Passado o Camaquã, Vertiz chega a 5 de janeiro de 1774 ao arroio Pequery, affluente do Jacuhy. No Pequery existia uma guarda portugueza commandada pelo capitão das ordenanças Miguel Pedroso Leite, que mandou fazer fogo sobre o inimigo, apezar de não apresentar-se elle com esse character. Vertiz julgava ainda poder illudir os portuguezes, mas sendo recebido de um modo pouco amigavel pela guarda de Pequery, tratou de romper com as conveniencias e os disfarces de que até então se tinha revestido, e mandou carregar sobre a guarda, que sendo muito menor em numero foi obrigada a ceder.

Foi então que Vertiz officialmente declarou que se os portuguezes não abandonas-

sem aquelle posto, elle os obrigaria a deixarem-no pela força das armas. Os portuguezes não se intimidaram com semelhante ameaça; pelo contrario, mandaram reforçar com setenta praças a guarda do Tabatingay, que fica a cinco legoas pouco mais ou menos do Rio Pardo. Essa guarda era commandada pelo valente riograndense capitão Rafael Pinto Bandeira.

Não tardou que o exercito inimigo fosse avistado. Travada a acção, a guarda do Tabatingay, muitissimo inferior em numero, bateu-se encarniçadamente como quem avista na victoria a felicidade da patria. Mas, não obstante o supremo valor dispendido por todos os soldados, a inexcedivel coragem dos capitães Cypriano Cardozo e José Carneiro, que sollicitos recuperaram a cavallhada ja cahida em poder do inimigo, e apezar dos esforços magnanimos do commandante Rafael Pinto Bandeira, tiveram os riograndenses de abandonar o campo e recuar para Rio Pardo. Perseguiu-os o inimigo acampando a uma legoa dessa cidade. No Rio Pardo estava o governador do Rio Grande, José Marcellino, que determinou afugentar o inimigo por meio de um estratagema. Ordenou que a fortaleza fosse embandeirada e armada de

flammulas e galhardetes, que troasse a artilheria em continuas salvas, que os clarins e tambores ferissem o ar com sons marciaes, que os soldados se espalhassem, e que finalmente simulasse a fortaleza tanto esplendor e poder, que incutisse terror no inimigo. Foi o que succedeu. Vertiz julgava encontrar no Rio Pardo apenas um fortim desmantelado e sem guarnições; mas, deparando com a defeza imponente de Marcellino, não so julgou-a real e forte, como determinou retirar-se o mais depressa possivel para não ser victima della. De tal modo illudiu-se o governador hespanhol, que chegou a infringir duro castigo aos que o tinham informado do estado insustentavel em que se achava Rio Pardo. Desse modo evitou-se a effusão de sangue. Antes de retirar-se, officiou Vertiz ao governador Marcellino participando *estar completa a diligencia de visitar o territorio pertencente a El-Rei seu amo.*

Assim terminou a expedição que Vertiz qualificou de — *visita* —, mas que, no fundo, era um verdadeiro plano de conquista. E, se não fossem o patriotismo e o valor dos riograndenses commandados pelo capitão Rafael Pinto Bandeira, teria sem duvida nessa occasião cahido todo o Rio Grande em poder dos hespanhoes.

Essa expedição mais ruínosa para o inimigo do que para os nossos, veio demonstrar a falta de tactica dos nossos vice-reis, que continuavam a deixar o Rio Grande completamente indefezó, quando nelle deviam sempre ter concentrada a maioria do exercito. Foi então que de toda a parte levantaram-se tropas com destino ao Rio Grande, chegando o vice-rei do Brazil a mandar para o sul até o esquadrão da sua guarda de honra. Esses reforços chegaram sob o commando do coronel graduado Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Camara.

Os hespanhoes vendo burlados os seus planos fizeram com que a côrte de Madrid os autorisasse á conquista franca. Dahi nasceu a real ordem de 5 de Agosto de 1774, ordenando que o governador de Buenos-Aires atacasse, recuperasse e mantivesse todos os territorios que os portuguezes haviam conquistado em 1767.

Foram em vão todos os protestos da côrte de Lisboa. Nem mesmo a Inglaterra, sua alliada, attendeu ás suas justas reclamações. Vendo-se isolado na manutenção dos seus direitos possessorios, tratou o governo portuguez de mandar para o Rio Grande mais tropas além das que para la

haviam ja partido do Rio e de outros pontos do Brazil.

O commando desse novo reforço foi confiado ao tenente general João Henrique de Böhn, que desembarcou em S. Catharina em fins de Dezembro de 1774, e que em principios do anno seguinte transportou-se para a capitania do Rio Grande. As tropas que então se reuniram no Sul procediam de diversas partes e tomavam o nome dos logares originarios. Assim, em Porto Alegre havia o regimento de infantaria de Santos; no Rio Pardo a legião de voluntarios de S. Paulo, composta de seis companhias de infantaria e quatro de cavallaria, sob o commando do tenente coronel Henrique José de Figueiredo; havia o regimento de Extremoz commandado pelo brigadeiro José Raymundo Chichorro da Gama Lobo; um regimento do Porto, e etc.

Os riograndenses formavam uma divisão de dois mil homens e combatiam na campanha ás ordens de Roncali, e sob a inspiração do intrepido Rafael Pinto Bandeira.

As forças de mar estavam sob o commando do almirante irlandez Mac-Douall, e compunham-se de umas treze velas.

Os hespanhoes não se descuidavam. Vendo os seus visinhos receberem continuamente reforços consideraveis, elles começaram a levantar fortins, chegando a formar um cordão de seis, competentemente guarnecidos. Fizeram entrar a barra uma flotilha, que teve a infelicidade de perder algumas embarcações no banco. As suas forças eram ainda inferiores ás portuguezas, e por isso elles continham-se na expectativa.

Durante o anno de 1775 os dois inimigos passaram a afiar as armas, com as quaes, em breve, decidiriam da posse da capitania. Os portuguezes na margem do norte e os hespanhoes na margem do sul do Rio Grande, esperavam o momento favoravel a uma lucta decisiva; emquanto que no interior, os filhos do Rio Grande, no alto das cochilhas e no tapête das campinas, com o coração cheio de apprehensões pelo destino do solo natal, e com o animo impaciente, haviam ja começado a gloriosa campanha que para sempre afastou do Rio Grande o dominio hespanhol. Rafael Pinto Bandeira, Patricio José Corrêa da Camara, Carlos José da Costa, Francisco Alves, á frente de quatrocentos ou quinhentos soldados, sitiavam o forte de S. Tecla, que,

depois de um bloqueio de vinte e sete dias, capitulou a 26 de março de 1776. Cabe aos proprios riograndenses a gloria de iniciar com exito a campanha reconquistadora do territorio patrio. Rendido o forte de S. Tecla, foi elle arrazado e entregue ás chammas.

Sete dias depois de cahida a campanha em poder dos riograndenses, emprehendia a flotilha portugueza a reconquista do littoral. Era ali que se iam ferir os combates decisivos. Por isso não faltaram tambem ali filhos da provincia para se baterem com os mais valentes. Entre elles destacase o tenente Manoel Marques de Souza, que era ao mesmo tempo um pratico daquellas localidades, habil, denodado e sinceramente entusiasmado pela expulsão dos hespanhoes.

As tres horas da madrugada do dia 11 de abril de 1776, depois de festas solemnes pelo anniversario da rainha portugueza, á sahida de um baile de gala, onde os sorrisos e os olhares amorosos das damas estimulam os sentimentos e afogueiam a imaginação, puzeram-se os portuguezes em marcha silenciosa e surrateira contra os fortes castelhanos da villa do Rio Grande. O general Böhn havia planejado levar de vencida o

inimigo, nessa madrugada. O inimigo, julgando-o entregue ao descanso das fadigas da vespera, deixou-se surprehender facilmente.

Os portuguezes commandados por José Raymundo Chichôrro, Sebastião Xavier da Veiga, Manoel Soares Coimbra, José Manoel Carneiro de Figueiredo e Manoel Marques de Souza investiram com denodo os fortes, e os foram tomando successivamente. Os hespanhoes depois de convencidos da derrota incendiaram os fortes, lançaram fogo aos paioes da polvora, cortaram as pontes e finalmente no dia seguinte 2 de abril abandonaram a povoação. Nesse mesmo dia o general portuguez tomou posse da villa do Rio Grande, passou para ella o grosso do exercito e mandou collocar guardas nos logares mais arriscados.

Pelo interior continuava o intrepido Rafael Pinto Bandeira a bater-se com brio. Tendo sido elle o iniciador da gloriosa campanha, queria tambem ser quem a fechasse com valor. Seis mezes depois de tomada a villa do Rio Grande, a 31 de outubro, escalava elle com cento e cincoenta homens a trincheira de S. Martinho, estendida em cima da Serra, internava-se pelas estancias de S. Pedro e S. José, e revinha

carregado de victorias e de um sem numero de rêzes, cavallos, bois mansos etc. Completava-se desse modo a expulsão do inimigo, que, á força, queria possuir um paiz que vizivelmente não lhe pertencia de direito.

A usurpação hespanhola durou treze annos, durante os quaes o Rio Grande converteu-se em um vasto acampamento de exercitos inimigos.

A perda do Rio Grande cauzou na côrte de Madrid uma sensação profundamente dolorosa, e sublevou no animo do governo hespanhol todo o antigo rancor e espirito de conquista que o levou sempre a molestar Portugal. Não consultando mais do que o seu espirito de vingança, a côrte hespanhola, que nessa occasião era realmente governada pelo primeiro ministro marquez de Grimaldi, armou uma esquadra de mais de cem velas, e entregou o seu commando a D. Pedro de Ceballos, que a 20 de fevereiro de 1777 chegava á ilha de S. Catharina, e sem encontrar resistencia apoderava-se della.

Da ilha de S. Catharina Ceballos, que vinha nomeado primeiro vice-rei das provincias do Prata, concertou com o governador de Buenos-Aires, Vertiz e Salcedo, um plano de ataque ao Rio Grande. Vertiz atacal-o-hia por terra e Ceballos por mar.

Effectivamente poz-se Vertiz a campo com quatro mil homens; e Ceballos, sabendo do estado precario em que estava a Colonia do Sacramento, para ella mandou aprôar. No dia 4 de junho obrigava a capitular a sua guarnição, que, como de costume, foi dispersadas pelas provincias mais remotas da America hespanhola. A fortaleza da Colonia foi completamente arrazada. Dahi expediu Ceballos diversas forças a se reunirem com o exercito de Vertiz, que ja se achava na fronteira portugueza, em frente ao exercito do general Böhn. Iam os dous comandantes dar ordens de batalha, quando chegaram correios noticiando uma suspensão de armas. Retiraram-se os exercitos, e começou então o periodo da paz, pelo tratado de 1.º de outubro de 1777.

A permanencia dos hespanhoes durante treze annos, e as ultimas luctas da expulsão delles não foram para o Rio Grande de completa devastação, como seria de prever. Apesar de não haver tranquillidade nos animos e confiança no dia de amanhã, não obstante as continuas tropelias e os abusos que praticavam os nossos visinhos nas nossas propriedades, todavia é forçoso convir que a guerra trouxe-nos proveito. Ella augmentou a população e ao mesmo tempo

disseminou-a pelo centro. Com o augmento da população, que era sem duvida composta de militares, desenvolveu-se o commercio. Terminada a guerra, pediam baixa os soldados, e estabeleciam os seus domicilios nas terras que lhes mandava dar o rei, em recompensa aos serviços prestados. Assim originaram-se as nossas estancias e tomou incremento a população do interior. Nem de outro modo explicam-se os progressos rapidos que sempre fez o Rio Grande depois de uma guerra com os seus visinhos.

VIII

NOVA CONSTITUIÇÃO GEOGRAPHICA ABORTADA

Emquanto o vice-rei do Prata, D. Pedro Ceballos, preparava-se para retomar o Rio Grande, e já começava a pôr em pratica os seus famosos planos de vinganças e de desaffrontas nacionaes, na Europa davam-se acontecimentos que vinham suster na America os progressos da guerra e trazer a paz a estas regiões que tanto precisavam della. Fallecia em Portugal D. José I, e ao seu tumulo desciam tambem o valimento e o poder do seu primeiro ministro marquez de Pombal, que era o autor eminente da politica energica que Portugal seguia para com a Hespanha. Subia ao throno portuguez D. Maria I, que ao tomar as redeas do governo empenhou-se logo em destruir a obra de Pombal. Em Hespanha havia

tambem descido do poder o marquez de Grimaldi, que era a encarnação viva das pretensões hespanholas sobre o Rio Grande.

Um dos primeiros cuidados politicos de D. Maria foi estabelecer a paz com a Hespanha. Foi firmada a paz em S. Ildefonso pelo tratado de 1 de outubro de 1777, que determinou os limites que deviam separar os dous poderes na America, ordenou a restituição de prisioneiros e dos bens apreçados durante a ultima guerra. Portugal cedia á Hespanha a ilha de Anno Bom na costa da Africa e a ilha de Fernando Pó no golpho de Guiné, cedia tambem definitivamente a Colonia do Sacramento com os territorios adjacentes, e as Missões Orientaes do Uruguay.

A respeito desse tratado diz o visconde de Porto Seguro: « Os artigos do tratado foram ditados pela Hespanha, quasi com as armas na mão, e os pactos não podiam deixar de parecer-se aos do leão com a ovelha timorata. Em logar de nos serem concedidas, como em 1750, todas as vertentes da lagôa Mirim, fez-se recuar a nossa fronteira ao Piratinim. O proprio governo hespanhol não hesitava, alguns annos depois, a fazer alarde das grandes aquisições que havia feito com o tratado de 1777. »

Os limites prescritos no tratado de S. Ildefonso eram os seguintes, que encontramos na obra de Southey. « A linha hespanhola principiaria á foz do Chuy, sobre a costa, onde se erguia o forte de S. Miguel, que ficaria de dentro. Seguindo daqui para a margem da Lagôa Mirim, ia demandar as nascentes do Rio Negro, que, com os outros rios que corriam para o Prata, ou para o Uruguay abaixo do Pepiry-Guassú, se assignava á Hespanha. O Rio Grande com a Lagôa dos Patos seria de Portugal, seguindo os limites do Brazil por este lado da extremidade sul daquella lagôa ao arroio Tahim, e pela margem da Lagôa Mirim em linha recta até ao mar. Pela terra dentro costearia a linha a margem da Lagôa Mirim, até á primeira corrente do lado do sul, que mais perto ficasse do forte portuguez de S. Gonçalo, e subindo então o riacho, seguiria as cabeceiras das aguas que correm para o Rio Grande e o Jacuhy, até passar as vertentes da Ararica e Coyacuhy, do lado dos portuguezes, e do Piratiny e Ibi-mini do dos hespanhoes. D'aqui se tiraria uma linha que por um lado cobrisse os estabelecimentos portuguezes até a bocca do Pepiry-Guassú e pelo outro os hespanhoes,

e as Missões do Uruguay, que ficariam como então se achavam.»

Antes de começar a demarcação de limites tratou-se das restituições dos prisioneiros, munições de guerra, cabedaes do Estado e dos particulares, que a ultima guerra havia confundido. Para esse fim foi nomeado o coronel Vicente José de Velasco e Molina, que devia assistir ás restituições em Buenos-Aires; e D. Vicente Ximenes que devia receber no Rio Grande o que fosse do governo hespanhol.

Os portuguezes entregaram ao commissario hespanhol tudo que lhe pertencia, e que se achava nos depositos publicos. Essa entrega durou apenas tres annos.

Quanto aos hespanhoes, esses trataram de prolongar a negociação com subterfugios e rodeios dignos de quem nada queria entregar. Afinal, depois de longos annos de constantes requerimentos, o nosso commissario foi chamado ao Rio Grande sem ter conseguido obter do vice-rei de Buenos-Aires a total restituição a que nos dava direito o tratado de 1777.

Para a demarcação de limites foram nomeados commissarios por parte da Hespanha e de Portugal. A commissão demarcadora começou os seus trabalhos a 5 de

fevereiro de 1784. Não nos é possível seguir-a em todas as suas discussões longas e casuísticas. Dezesete annos levaram os commissarios a determinar posições; e, no fim desse longo tempo, ainda os limites não estavam fixos. « As duas nações, diz o visconde de Porto Seguro, não conseguiram os fins a que se haviam proposto, e o tratado não passou nunca de preliminar; levando-se de seus artigos á execução unicamente aquelles que diziam respeito á entrega da artilheria e prisioneiros. O negociador lesado poz-se á mira da primeira aberta, e logo que ella lhe appareceu, ao cabo de tão poucos annos, e tão razoavel, deu tudo por nullo. E os factos, depois proclamados, de novas nacionalidades, vieram sancionar essa nullidade, reduzindo as questões aos *uti-possidetis*, por occasião das proclamações dos seus pactos ou constituições. »

Assim, depois de quasi um seculo de contínuas pretensões pacificas e armadas a respeito do Rio Grande, ainda viam as côrtes frustrados os planos de uma demarcação definitiva. Os hespanhoes pareciam dispostos a não largar o Rio Grande. Este tratado tão desfavoravel aos dominios portuguezes, encontrou entretanto da parte dos

hespanhoes do Prata a proverbial má fé com que elles sempre sobre esses assumptos entravam em negociações com os portuguezes. Parecia que, para elles, o que não fosse o Rio Grande todo, de nada lhes servia. A não execução desse tratado foi pois uma felicidade para o Rio Grande, que com elle tinha muito a perder. Felizmente, antes da commissão demarcadora dar por concluidos os seus trabalhos, rebentou a guerra de 1800 entre Portugal e a Hespanha, e o tratado ficou conseguintemente sem effeito.

Mas, se o tratado não trouxe os beneficios politicos que eram de esperar, trouxe entretanto outros que se não podem desprezar.

Com os tratados de limites dá-se o mesmo que acontece com as guerras no Rio Grande. Depois de uma guerra, os cofres nacionaes podiam ter soffrido muito, mas a capitania augmentava de população e o seu commercio se desenvolvia. Depois de uma demarcação de limites, nada têm adiantado os Estados na fixação dos seus dominios, mas o Rio Grande retira beneficios della, principalmente em relação á sua geographia. A esse respeito escreve ainda o visconde de Porto Seguro: « Com as viagens, as observações e as discussões dos commissa-

rios engenheiros e astrônomos, tanto se adiantou no conhecimento dos terrenos fronteiriços, que ainda hoje são talvez elles do Brazil o que ha de mais conhecido e exactamente delineado nas cartas, depois das costas e bahias. Por este lado as duas tentativas de demarcação (bem que as demarcações não se levassem avante) produziram beneficio real; pois, quanto ao mais, no fim do século passado, pela linha fronteira, havia nada menos que dez paragens disputadas. Além de muitas plantas originaes, principalmente dos rios, merecedoras de todo conceito, que existem nos nossos archivos, possuímos todas as correspondencias; as quaes quando sejam publicas, comparadas com as declamações dos vizinhos, deixarão claramente ver que não tinham razão de queixar-se.»

IX

ELABORAÇÃO SOCIAL

De 1777 a 1801 vão vinte e quatro annos de uma paz proficua e fecunda. Esses annos excepcionaes na vida guerreira dos riograndenses foram preenchidos pelo desdobrar progressivo da população, do commercio, da industria e pela segunda demarcação de limites de que ja tratámos no capitulo anterior. O periodo da elaboração social abrange os tres ultimos annos (1777-1780) da administração de José Marcellino de Figueiredo, e os vinte e um annos (1770-1801) do governo de Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Camara. Procuraremos neste capitulo mostrar o estado da capitania durante esse longo periodo.

Reinava nessa epoca em todos os negocios do Rio Grande um verdadeiro caos, um amalgama de interesses que se entrecrocavam, de necessidades que se debatiam

sem se caracterisarem, de aspirações vagas que fluctuavam em busca de uma orientação definitiva. Tudo era vacillante, incerto e medroso. A população tacteava ainda na escolha de uma occupação permanente e lucrativa; a industria despertava apenas, e procurava firmar-se na fabricação do xarque; o commercio vacillava nas suas operações ainda embrionarias; as estancias alargavam-se desordenadamente; as relações juridicas entre os individuos aspiravam a uma regularisação; e as relações entre os individuos e o governo principiavam ja a entrar naquella pé de antagonismo e de conflicto, que sempre existiu entre o povo riograndense e o despotismo do poder. Esse cahos não era porêm uma confusão e baralhamento de todos os elementos de civilisação. Nelle notavam-se ja incerta e fugitivamente, as fórmias ainda indecisas em que mais tarde fundiu-se a população. Naquella apparente desordem pairava o inconsciente das cousas que tudo ordena, harmonisa e regula de conformidade com as leis da natureza.

A capitania foi levada a esse estado por differentes causas, que nós examinaremos á medida que formos estudando esta elaboraçãõ inicial que vai dar aos interesses riograndenses uma direcção definitiva.

O meio physico, que ja analysámos, indica-nos a capitania apta para toda a sorte de culturas; mas principalmente amoldada á criação de gados. E, com effeito, a disposição e a natureza das pastagens prestavam-se á propagação e ao desenvolvimento da raça bovina. Existia mesmo em toda a capitania tão grande quantidade de bois e de vaccas que a carne era dada a quem a queria sem retribuição alguma. Estas circumstancias estavam apontando aos primeiros colonos e ao governo o genero de trabalho e de explorações a que se devia ter entregado a população. Entretanto, não foi essa a direcção tomada pelos colonos, nem a regulada pelo governo. A capitania foi agricultora primeiro, e criadora depois. Povo e govêrno deixaram-se dominar pela fatalidade das circumstancias, que desviaram a actividade colonial da criação de gados para a cultura das terras. Esse desvio entretanto não tem sido permanente. A provincia tem sempre fluctuado entre a agricultura e a criação, entregando-se primeiro com mais labor a uma, para depois esmorecer e lançar-se com fervor a outra. Essa duplicidade de labor popular tem sustentado e engrandecido a provincia de modo a não deixal-a soffrer crises economicas geraes e permanentes.

Mas, voltando aos tempos antigos, nós vemos a população entregar-se á agricultura. Os açorianos que vieram povoar a capitania receberam mingoados lotes de terras, e principiaram a cultival-as plantando cereaes proprios á alimentação. Os campos do interior jaziam incultos despovoados, e nelles errava o gado abandonado. Ninguem procurava fundar estancias com o fim de tratar da criação. O gado vivia alçado e sem dono pelos campos, e era constantemente diminuido pelo desperdicio que nelle faziam os soldados encarregados de o arrebanharem para a alimentação da tropa. A agricultura não dava cousa alguma, e apenas chegava para o consumo dos centros mais populosos da capitania. Nenhum futuro podiam entrever, no amanhar das terras, aquelles trabalhadores açorianos que la se estabeleceram. As continuas guerras com os castelhanos e a arbitrariedade dos governadores obrigavam seguidamente os colonos a abandonarem a enxada pela espada, e a choupana pela barraca. O prejuizo que dahi provinha á lavoura era incalculavel, porque não ha inimigo mais funesto á agricultura do que a guerra. Não so os lavradores viam-se na dura necessidade de transformarem-se em soldados permanentes, como ainda muitas

vezes perdiam todas as suas plantações e todos os cabedaes e trabalho. Desse facto ha exemplo na invasão hespanhola que desprou a população do Rio Grande e devastou a colonisação toda. A essas circumstancias anormaes da capitania reunia-se, como sempre, a arbitrariedade do governo, que obrigava os filhos dos lavradores a permanecerem no exercito mesmo depois de concluidas as guerras. A abundancia do gado era tambem desfavoravel ao progresso das lavouras, porque os habitantes, tendo sem trabalho a alimentação animal, entregavam-se a ella quasi exclusivamente. Por outro lado, os camponezes, tendo a subsistencia garantida pelo gado sem dono que existia no interior, perdiam o estimulo para a cultura das terras e as abandonavam pouco a pouco.

Essas circumstancias foram opprimindo e desgostando os lavradores. Foi então apparecendo a febre pela criação, o delirio pelas estancias. As guerras com os hespanhoes, as demarcações de limites e a guerra com os indios missioneiros foram tornando conhecidos e appetecidos os territorios da campanha; foram fixando nella habitantes esparsos que se occupavam em amansar e arrebanhar o gado. Finalmente o dominio hespanhol no Rio Grande, obrigando o exer-

cito a estar sempre armado na fronteira, foi concentrando ahi a população e fazendo sentir a necessidade da criação. Depois de recuperado o Rio Grande e estabelecida a paz com os hespanhoes, a população da campanha tomou grande incremento com os soldados que pediam baixa do serviço e fixavam-se em sesmarias concedidas pelo governo. Chegou então ao auge a febre pela posse de estancias no interior. As sesmarias concedidas multiplicavam-se assombrosa e desordenadamente. Em breve todos os habitantes quizeram ser estancieiros. A capitania foi retalhada em propriedades extensas. A lei das sesmarias, que mandava conceder apenas tres legoas de campo, foi illudida, violada e desprezada pelos sesmeiros e pelos governadores, que faziam concessões largas e arbitrarías. A grande abundancia de gados, requerendo grande extensão de campo para criá-los, incitava a violação da lei das sesmarias e como que justificava as grandes concessões. Os individuos não escrúpulizavam mais. Requeriam sesmarias não so em seus nomes, como ainda no nome das mulheres, dos filhos e filhas, de crianças que ainda estavam no berço, e das que ainda estavam por nascer. Por esse meio muitos estancieiros chegaram a concentrar, em suas

mãos, innumerables sesmarias que representavam a extensão de vinte a trinta leguas de campo. A facilidade das concessões era também um incentivo poderoso para a formação das estancias. Os governadores, que eram naquella epoca os verdadeiros senhores de toda a capitania, que executavam a lei somente quando ella não contrariava os seus intentos, faziam aos parentes e aos amigos as maiores concessões e doavam os campos mais fertéis. A generosidade das grandes concessões era muitas vezes um onus pesado para os sesmeiros, porque, como a concessão era feita pelo arbitrio do governador, acontecia que esse mesmo arbitrio retomava, quando queria, as terras concedidas, para dal-as a pessoas poderosas ou influentes. Seguia-se dahi a desigualdade, a injustiça, a desordem da distribuição das terras e a incerteza de limites entre as estancias. Mais tarde, quando estas começarem a se fraccionar, veremos os cartórios se pejarem de autos e de papeis relativos a questões de terras.

Diversos governadores tentaram levar a ordem a esse cahos medonho, procurando regularisar as concessões. José Marcellino quiz obrigar os estancieiros a povoarem e cultivarem seus campos; e Veiga Cabral

tornou obrigatoria a marcação do gado e a proporção entre o numero delle e a extensão das terras. Mas, essas ordens avulsas não melhoraram o estado da capitania, porque limitavam-se a regular assumptos esparsos, quando deviam fazer parte de um plano de reforma intelligente e geral. Apesar de terem sido as terras concedidas de um modo arbitrario, comtudo ellas não foram um empecilho para o desenvolvimento das estancias. E, ja no fim do seculo passado existiam, so na parte sul da capitania, quinhentos e trinta e nove estancieiros. Desamparada a agricultura, a população do littoral entregou-se á industria do xarque, que veiu dar nova vida a toda a população riograndense. A grande quantidade de escravos intruduzidos no Brazil veiu levantar o problema da alimentação abundante, nutritiva e barata. Essa alimentação, que fôra ao principio fornecida pelo gado do Ceará, tornava-se de dia em dia procurada em todos os paizes onde abundava a carne. No Rio Grande em que havia gado excessivo, nunca tinha sido elle uma fonte de receita, por causa das continuas agitações em que vivia a capitania, e da incapacidade dos primeiros colonos para os trabalhos da criação. Mas, escasseando o gado do Ceará,

e apparecendo a nova industria da conservaçaõ das carnes pela salgaçaõ, os riograndenses comprehenderam logo a importancia de semelhante invento, e lançaram-se com fervor na fabricaçãõ do xarque e na sua exportaçãõ. As primeiras xarqueadas foram fundadas em 1780, e promettiam os mais favoraveis resultados. Os criadores começaram então a dar mais valor aos seus gados. Já não os matavam pelo simples prazer de um divertimento campestre, nem os deixavam bravios e abandonados pelos rincões e canhadas desertas. As estancias munidas de todos os instrumentos e objectos proprios aos trabalhos, que requer a criaçãõ de gados, cobriram a capitania; e começou então para ella a epoca da sua prosperidade.

Emquanto a maioria da populaçãõ entregava-se ao labor dos campos, fundando as estancias e pastoreando o gado, o governo da metropole procurava attrahir a outra parte da populaçãõ para a agricultura. Com esse fim fundou no rio dos Sinos a real feitoria de canhamo em 1783. Mas, apezar de todos os esforços empregados, a feitoria nunca se elevou a um ponto satisfactorio de prosperidade; e pouco a pouco foi esmorecendo até ser de todo abandonada. Não era porém a qualidade das terras que a fazia

mingoar. As pessimas administrações que sempre teve, e sobretudo a provada impericia do Estado para administrar certos negocios como aquella cultura, foram indubitavelmente a causa do insuccesso do linho canhamo.

O estado de elaboração social em que vivia a população reflectia-se no governo da capitania que, mais do que nunca, era então exercido despotica e arbitrariamente. A vida facil e folgazã dos campos, os habitos aguerridos e livres que o povo tinha contrahido, os exercicios constantes de destreza physica e de independencia moral a que estavam sujeitos pelo genero de vida que adoptaram, haviam collocado a população em antagonismo completo com as leis semi-barbaras da metropole portugueza e as instrucções compressoras e estupidas dos seus governadores. O apparecimento das estancias foi o primeiro passo da democracia riograndense. No meio de campanhas dilatadas, cobertas de animaes cuja carne começava a ser a fonte de riqueza de toda a capitania, rodeados de companheiros de todas as nacionalidades e de todas as condições sociaes, trabalhando no rodeio ou divertindo-se nas carreiras, jogando o par de bolas nas patas do potro chucro que dispara nos banhados, atirando

o laço por sobre as guampas do touro valente que deita fogo pelas narinas, os estancieiros foram os primeiros a sentirem a necessidade de instituições livres, que se coadunassem com os seus habitos quotidianos, e não os perturbassem na elaboração dos seus costumes izentos de repressões despoticas. Esta tendencia demasiado solta e autonómica, em que iam laborando as populações da campanha, provocou uma reacção rigorosa por parte dos governadores portuguezes, que viam as suas ordens desprezadas e até ignoradas dos estancieiros livres. A reacção tomou fórmias perseguidoras no governo de José Marcellino de Figueiredo (1), que, como era um homem violento e arrebatado, não se deu limites nos actos de tyrannia que praticou. A victima mais saliente e notavel de Marcellino foi o intrepido coronel rio-grandense Rafael Pinto Bandeira, o heróe de S. Tecla, de S. Martinho e da expulsão dos hespanhoes. Rafael Pinto Bandeira era a personificação viva do espirito livre, que começava a surgir nas populações do interior, era o reflexo mais luminoso da direcção autonómica que iam tomando os estancieiros.

(1) O verdadeiro nome de José Marcellino era Manoel Jorge Gomes de Sepulveda. O marquez de Pombal mandara-o governar o Rio Grande com o nome trocado para poupar-lhe a vida, que elle devia perder, por ter assassinado, numa questão de honra, a um official inglez

Era o producto logico da vida das estancias, o gaúcho destemido que so pela sua valentia e pelo seu amor ao solo natal, tornára o seu nome conhecido e estimado no centro da côrte portugueza. Dotado de uma coragem civica e militar extraordinaria, começou Rafael a apparecer nas guerrilhas contra os hespanhoes, onde conquistou o posto de capitão por actos de bravura. Dahi em diante os seus triumphos foram rapidos e sempre crescentes. Em Camacuam no anno de 1774, commandando 120 homens, elle derrota 600 hespanhoes, que faziam parte do exercito de Vertiz. Em 1776, porêm, a sua gloria chega ao apogeu, pelo rigoroso sitio com que elle cingiu o forte de S. Tecla, obrigando-o a capitular, depois de vinte e sete dias de tenaz e corajoso cêrco, durante o qual, dizem que Rafael Bandeira alimentava-se apenas de hervas do campo, por falta de munições. Esses actos de heroismo militar, a dedicação de Rafael pela causa riograndense e o empenho que elle poz na expulsão dos hespanhoes, levantando de todas as cochilhas e de todas as estancias companheiros valentes, fizeram d'elle o typo mais perfeito do riograndense daquelles tempos. O cêrco de S. Tecla tornou o seu nome famoso entre todos os gaúchos, despertou da parte

delles o respeito e a estima. Ao mesmo tempo que no Rio Grande estrondeava por toda a parte a fama das victorias de Rafael, a côrte portugueza enthusiasmava-se pelas noticias que dellas tivera, e mandava levantar-lhe os postos e cobri-lo de honras. Em breve Rafael reuniu ao redor de si todas as sympathias, conquistou todos os corações, e, forte com o valimento da côrte, tornou-se influente e poderoso junto ao governo da capitania. As esperanças dos seus patricios da campanha fundaram-se todas nelle, e, quando os estancieiros pretendiam qualquer negocio do governo, era em Rafael que confiavam. Além da sua valentia e dos serviços militares prestados ao seu torrão natal, Rafael reunia outra qualidade importante que fazia delle um homem necessario nas guerras do sul. Essa qualidade era o conhecimento exacto e minucioso que elle tinha de toda a capitania. O marquez de Lavradio, querendo dar uma idéa do quanto conhecia Rafael as campanhas do sul, dizia que elle tinha na cabeça, tão presente, a carta de todas ellas, que não podia haver mappa mais perfeito.

Rafael Bandeira estava no auge do seu prestigio; era coronel de um regimento, e

respeitado em todo o paiz. Immediatamente a sua natureza insoffrida e livre revoltou-se contra os actos de tyrannia e de despotismo que José Marcellino commettia todos os dias contra os riograndenses. Marcellino, porêm, como senhor absoluto que julgava ser, mandou prender a Rafael contra todas as leis, instaurou-lhe processo, sequestrou-lhe os bens e mandou-o prisioneiro para a cidade do Rio. A côrte de Lisboa, assim que soube da arbitrariedade de Marcellino, mandou-o retirar do Rio Grande, e expediu ordens para que Rafael Pinto Bandeira fosse solto, reintegrado no seu posto, e publicada a sua innocencia. Effectivamente, Rafael volta ao Rio Grande completamente innocentado. Logo depois é nomeado commandante da fronteira, e mais tarde, tendo sido elevado ao posto de brigadeiro, exerce interinamente o cargo de governador da capitania, sendo elle o primeiro riograndense que exerceu aquelle elevado cargo.

Não foi somente em perseguições individuaes, como a de Rafael, que manifestou-se o antagonismo entre a população e os governadores, foi tambem em violencias commettidas contra o proprio senado da camara de Porto Alegre, que teve a ousadia de

desgostar o altivo José Marcellino. Este governador mandou prender illegalmente o procurador da camara, e como esta reclamasse contra semelhante acto de aberração autoritaria, elle respondeu-lhe vocalmente: « que o procurador se achava preso pelos seus justos cabaes, por ser assim preciso ao serviço de S. M. e que tratassem de eger outro, porque aquelle o pretendia mandar para mais longe, e não quizesse o senado principiari a inquietal-o. » Este procedimento irritou o espirito do senado, e concorreu para desenvolver na população o desgosto que ella ia ja sentindo pela autoridade dos governadores.

Era esse o estado da capitania, no fim do seculo passado, estado ainda embrionario, mas onde as fontes da riqueza da capitania estavam ja criadas e começavam a prosperar. Ainda nesse tempo o commercio não se tinha desenvolvido, e a exportação do xarque era diminuta. A metropole ainda fazia despezas excessivas com o governo, porque as rendas da capitania elevavam-se apenas a 13:628\$646 e a despeza montava a 41:140\$987. Grande parte deste máo resultado economico era devido sobretudo á pessima administração governamental, á cen-

tralisação da metropole, e aos excessivos gastos que se faziam no sustento do exercito. A população compunha-se em 1801 de 60.000 almas.

X

AS MISSÕES JESUITICAS

As missões jesuiticas não foram mais do que uma escravidão disfarçada dos indios. Tanto os portuguezes como os hespanhoes desceram ás praias americanas, descarregando as cadêas de ferro que deviam mais tarde prender os selvagens submittidos. Aportados a um mundo completamente novo e inculto, perdidos no seio de florestas desconhecidas, os conquistadores, picados pela curiosidade e pelo desejo de aventuras, procuraram primeiro entreter relações amistosas com os aborigenes. Mas saciada a curiosidade e despertado o interesse de enriquecer de pressa, os conquistadores procurando fixar-se no solo attrahiram os odios selvagens e collocaram-se em conflicto permanente com os primitivos habitantes da America. Nessas guerras terriveis, em que pela primeira vez ouviram os indios

as explosões mortíferas da artilheria, os vencidos tornavam-se escravos submissos dos vencedores. Os índios prisioneiros eram entregues á mercê do soldado que os apanhava, e que fazia delles umas bestas de carga e de trabalho.

Foi desse modo que procederam hespanhoes e portuguezes que povoaram a America. Mas, nós so acompanharemos os primeiros, que foram os fundadores das missões que outr'ora floresceram no territorio do Rio Grande.

Diversas foram as especies de escravidão que os hespanhoes inventaram para trazerem contidos ou *civilizados* os índios das florestas. As primeiras escravidões tomaram o nome de *encomiendas yanaconas*, as segundas de *encomiendas mitayas* e as ultimas, de *missiones*. Os hespanhoes que chegaram ao Paraguây e que nelle se estabeleceram sob o commando de Irala, sentiram logo a necessidade de se aproveitarem dos braços dos índios para o cultivo de terras tão extensas, que os europeus por si somente não podiam lavrar. Nasceu dahi o alvitre de se ir aos mattos á caça de índios para o serviço dos brancos, do mesmo modo que se foi mais tarde á caça dos potros para o serviço dos campos. As

expedições aos mattos tornaram-se communs; e os indios, batidos do deserto, manietados, accorrentados e sangrados, encheram os armazens hespanhoes. Distribuiu-os Irala em lotes pequenos a que chamou *encomiendas yanaconas*; e cada encomienda foi dada a um hespanhol, que servia-se della como quem serve-se de um escravo. Os indios trabalhavam ao principio com repugnancia e azedume; mas a vida garantida que tinham, e os severos castigos para os que fugiam, foram pouco a pouco predispondo-os áquelle viver escravizado. Os chefes das encomiendas podiam occupar os indios nos serviços que lhes fossem mais uteis. Não podiam, porém, vendel-os, maltratal-os, nem abandonal-os quando adocessessem. Deviam além disso os chefes alimentar-os e ensinar-lhes a religião christã. Era esse indubitavelmente o regimen da escravidão com a unica restrictiva de não poder o senhor vender o escravo, que tambem não lhe tinha custado cousa alguma. Este systema de encomiendas tornou-se logo a ambição de todo o hespanhol que aportava ao Paraguay. Possuir uma encomienda yanacona era o sonho doirado de qualquer valdevinos que chegava á America hespanhola com o desejo de voltar enriquecido.

Compreende-se facilmente o motivo de semelhante aspiração. As encomiendas não custavam cousa alguma e davam um rendimento fabuloso, não ao governo, mas aos chefes, que por esse modo iam assenhoreando-se de grandes extensões territoriaes. Nas encomiendas yanaconas os indios serviam desde a mais tenra idade até á idade prescripta pelo senhor. Não havia paradeiro algum. Por esse systema de encomiendas fundaram os hespanhoes muitas pequenas povoações de guaraní, payaguas, mbayas, guaycurús, etc.

Havia, porê, certas encomiendas que recebiam favores especiaes do governo, verdadeiros privilegios concedidos pela generosidade do vencedor. Essas prerogativas eram inherentes unicamente ás encomiendas compostas de indios que não haviam sido presos em combates, mas que se submettiam voluntariamente ou que capitulavam na guerra com os vencedores. Tomavam então o nome de *encomiendas mitayas*. Os indios destas encomiendas gozavam da faculdade de se estabelecer onde quizessem, com tanto que formassem aldêas governadas pelos hespanhoes. Em geral esses indios escolhiam os sitios onde ja habitavam e ahi esperavam as autoridades dos vencedores.

Essas encomiendas, assim fixadas em terras proprias, eram dadas aos hespanhoes que se distinguiam em serviços publicos. Estes, porém, so podiam utilizar-se dellas em determinados limites. Tinham, por exemplo, direito unicamente a dous mezes de trabalho por anno por parte de cada indio. Os indios so eram obrigados a prestar serviços depois da idade de dezoito annos até á de cincoenta. As crianças, as mulheres, os caciques, os filhos primogenitos destes, e os indios que exerciam cargos publicos nas encomiendas mitayas estavam izentos de qualquer serviço obrigatorio.

O systema de encomiendas multiplicou-se rapidamente, e em pouco tempo não só o Paraguay como tambem o Paraná estava coberto em suas margens de aldêas selvagens. Junto á ilha do Salto Grande, na margem esquerda deste ultimo rio, existia a provincia de Guayrá composta de muitos grupos indios sujeitos aos hespanhoes. Não obstante, porém, esse augmento de população fixa, a côrte hespanhola e os proprios governadores do Paraguay achavam-se profundamente desgostosos do systema de encomiendas. Os abusos inqualificaveis commettidos pelos *encomenderos*, os desgostos crescentes dos indios e as queixas que de

toda a parte levantavam-se contra esse systema de catechização, forçaram a côrte hespanhola a annullal-o substituindo-o por outro. Esse outro estava á mão, era o jesuita que se offerencia espontaneamente a vir salvar as infelizes almas americanas das chammas crepitantes do inferno.

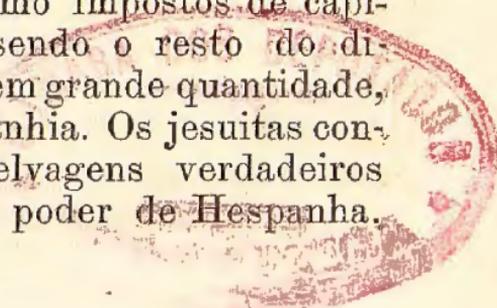
Ignacio de Loyola havia fundado em 1534 a sua Companhia de Jesus com o fim de levantar do abysmo a autoridade do papa. Pretendia elle, por meio de uma aggregação unida e forte, pela obediencia cega e absoluta, propagar a fé catholica por onde ella não existisse, esclarecel-a e robustecel-a nos corações em que ella fosse vacillante. Para isso dispuzeram-se os seus a penetrar em toda a parte onde fosse precisa a assistencia da doutrina christã. Por meio do professorado ganhavam a mocidade e renovavam a educação assentando-a sobre a baze vacillante e condemnada do catholicismo; pelo confissionario enredavam as consciencias e fechavam-nas todas em suas mãos compressoras. O campo, porêm, mais vasto da sua actividade, aquelle em que o ideal dos seus cerebros enfraquecidos e desarranjados devia tomar uma fórmula de passageira realidade, estava no seio das terras de novo descobertas, onde o europeu pene-

trára escravizando os naturaes. Despopulizados os *encomenderos*, os jesuitas foram mandados a substituil-os pela côrte hespanhola. Apenas chegados ao Paraguay internaram-se pelo paiz a dentro e tomaram conta das encomiendas que lhes foram destinadas e que passaram a ser denominadas *missiones jesuiticas*. Estas missões começaram em 1610 pelo Paraguay e alto Paraná, e foram iniciadas pelos padres Simon Mazeta e José Cataldino, que fundaram Loreto na provincia de Guayará; e pelos padres Lorenzano e Francisco de San Martin fundadores de S. Ignacio Guazú. Em outras partes espalharam-se os jesuitas conseguindo sempre conquistar a sympathia dos indios. Mas, se estes em geral lhes eram favoraveis, o mesmo não lhes acontecia nas suas relações com as auctoridades civis, e sobretudo com os *encomenderos*. Os jesuitas mais habéis e talvez mais conhecedores da natureza humana, procuraram primeiro ganhar os corações e as affeições dos indios, para mais tarde levantar sobre elles a baze do seu poder e do seu communismo theocratico. Tratavam dos indios como quem trata dos seus proprios filhos. Por isso eram condescendentes para com as suas faltas, pacientes, humildes e protectores das

suas fraquezas. Dahi nasceu-lhes o rancor dos encomenderos, que estavam acostumados a tratar os indios de cacête em punho, como escravos, como assassinos. Dahi veiu-lhes tambem a facilidade com que elles fundaram tantas missões e reuniram tantos milhares de indios ao redor de si. Não se pense, porêm, que a blandicia jesuitica era sincera ou pelo menos que fôra duradoura. É possivel que os primeiros fossem convictos e tratassem dos selvagens com o vivo desejo de salvar-lhes as almas e os corpos do fogo eterno. O que é, porêm, certo é que os que lhes succederam nas missões occuparam-se unicamente de engrandecer a Ordem á custa dos soffrimentos dos indios, que foram depois tão maltratados como o eram no tempo em que estavam debaixo do poder dos encomenderos.

Logo que os jesuitas fundaram as missões exigiram que os seus indios não estivessem sujeitos a encomenda alguma, e que fossem governados pelo systema que a Companhia determinasse. Foi-lhes isso concedido pelo rei de Hespanha; e elles começaram a viver então de modo tal que mais pareciam formar uma nação á parte, do que um povo da nação hespanhola. As aldêas das missões eram ordinariamente

construidas em fórma de grande quadrilatero. Em um dos lados ficava a igreja, que era sempre sumptuosa, cheia de doirados e de columnas pelo interior. Junto á igreja, o collegio; e ao lado o cemiterio. As casas semelhavam enormes galpões, dispostos parallelamente, formando ruas regulares. Ao redor de cada aldêa cavavam os jesuitas largos e profundos fossos que deviam servir de defeza ás missões em tempo de guerra. Cada missão vivia sob a autoridade de um cura, que representava ao mesmo tempo o poder civil e o ecclesiastico. Cada indio pagava um pezo forte como imposto de capitação, e todos eram obrigados a trabalhar para a communitade. O commercio mais geral consistia no preparo do matte; mas os indios occupavam-se tambem em plantações de assucar, milho, feijão, etc, que vendidos nas praças de Buenos Aires e em Assumpção produziam grossas sommas. O dinheiro apurado pelos productos missioneiros era empregado em pagamento á corte hespanhola como impostos de capitação e de dizimos, sendo o resto do dinheiro, que era sempre em grande quantidade, remettido para a Companhia. Os jesuitas conseguiram fazer dos selvagens verdadeiros povos subtrahidos ao poder de Hespanha.



Prohibiram a entrada nas missões a todas as pessoas que não fossem da Companhia e chegaram até a negar entrada ao proprio bispo do Paraguay, que tinha autoridade ecclesiastica sobre elles. Não queriam, diziam elles, que as pessoas extranhas e profanas fossem macular com o seu contacto a castidade e a pureza dos seus neophitos. Mas ao bispo do Paraguay negaram entrada certamente por motivos muito diversos. E estes não foram outros senão o receio e o temor de que o bispo conhecesse de perto a miseria e a brutalidade com que eram tratados os missioneiros. Não foi somente á autoridade ecclesiastica que elles se oppuzeram, foi tambem á autoridade civil dos governadores hespanhoes, quando procuravam vizitar as missões.

Pelo systema de segregação em que elles tinham os indios, pelos grandes lucros que apuravam para a Companhia, pela arrogancia com que trataram os governadores e o bispo, os jesuitas levantaram contra si uma torrente de odios e de queixas que foram produzir effeito funesto para elles na côrte de Madrid. O rei hespanhol procurou dissuadil-os do governo das missões, fazendo-lhes ver que depois de seculo e meio de catechização os indios estavam já aptos

para a vida livre. Elles, porém, responderam com evasivas e rodeios procurando mostrar a acção religiosa ainda necessaria á educação selvatica.

Finalmente os governos europeus, cansados com as intrigas desses religiosos e levados pelo movimento antijesuitico que se produziu na sociedade, expulsaram os jesuitas dos seus Estados. Das missões da America foram lançados em 1768 depois da opposição que os indios do Uruguay Oriental fizeram ao tratado de 1750.

As missões que elles conseguiram fundar no Rio Grande do Sul ficavam todas ao noroeste da provincia, e compunham-se dos povos de S. Borja, S. Nicolau, S. Miguel, S. Luiz Gonzaga, S. Lourenço, S. João Baptista e S. Angelo. O mais antigo destes povos, S. Nicolau, foi fundado em 1627, e o mais moderno, S. Angelo, em 1707. Estes povos estiveram sempre sob o dominio hespanhol e soffreram a crua e terrivel guerra de 1756, que os dizimou em grande parte e destruiu muitas das suas moradas. Na epoca em que esses povos vão entrar para a communhão riograndense pela conquista de dois soldados valentes, a sua população consta de 14.010 indios, assim distribuidos :

S. Miguel.....	1.900
S. João.....	1.600
S. Lourenço.....	960
S. Angelo.....	1.960
S. Luiz.....	2.350
S. Nicolau.....	3.940
S. Borja.....	1.300
	<hr/>
	14.010

Estes povos, segundo escrevem os seus historiadores, possuíam sessenta leguas de terra em comprimento e quarenta em largura; é porê m fácil de ver que as suas possessões eram muito mais extensas por que elles possuíam propriedades até ao Matto Castelhanao ao norte e até S. Tecla ao sul, o que indubitavelmente dá uma superficie de cerca de trez mil leguas quadradas.

Foram essas as primeiras povoações fundadas no Rio Grande do Sul. Ellas em nada influiram na elaboração do character e dos costumes riograndenses. Segregadas continuamente do resto da população, foram destruidas e mutiladas na primeira vez que se puzeram em contacto com os portuguezes. Veremos no capitulo seguinte como ellas se incorporaram aos destinos politicos dos riograndenses.

XI

INCORPORAÇÃO DAS MISSÕES

A guerra de 1801 era, como todas as guerras da America portugueza e hespanhola, motivada por uma outra, que rompêra na Europa entre Hespanha e Portugal no anno de 1800.

Por esse tempo governava a capitania do Rio Grande Sebastião Xavier da Veiga Cabral. Logo que este governador soube da guerra que se preparava entre os dous governos europeus, tratou de se prevenir contra ataques repentinos, fazendo convergir para as fronteiras as tropas disponiveis. Apenas teve participação official da declaração de guerra, não esperou mais tempo, e mandou incontamente invadir o territorio oriental. O inimigo perseguido foi largando campo, e fugindo para o interior. Abandonou as guardas de S. José, S. Antonio da Lagôa, S. Rosa, e foi concentrar suas

forças em Serro Largo. Aqui pretendia o inimigo architectar um centro donde partissem incessantemente columnas esparsas a hostilisar os riograndenses. Mas, estes não lhe deram tempo de concluir os meios de defeza.

Os riograndenses achavam-se acampados em Jaguarão sob as ordens do coronel da legião de cavallaria ligeira Manoel Marques de Souza. Antes de atacar Serro Largo, o coronel Marques mandou uma divisão de duzentas praças observar o inimigo, que se achava no rio Jaguarão em numero de cento e sessenta homens. Avistaram-se as duas partidas a meia legua do Passo das Perdizes do referido rio. O inimigo poz pé em terra, e formou uma fila singela guarnecida nos flancos por dois esquadrões. Travou-se uma luta renhida, sangrenta, desesperada. Os nossos patricios desembainhando as espadas avançaram debaixo do fogo vivo, sob um chuva de balas, que lhes cahiam na frente, nos flancos, na retaguarda, por toda a parte. Em breve o retinir ferino e rispido das espadas de laminas largas e de copos pesados succedeu ao sibilar frenetico das balas dos atiradores castelhanos. A acção passou-se a 17 de outubro de 1801 no alto de

uma cochilha em cujo dorso verdejante cincoenta e dois inimigos exhalaram o ultimo suspiro. Os hespanhoes foram completamente derrotados, apesar da bravura com que combateram. Esta derrota foi-lhes fatal, porque amorteceu nos sobreviventes o valor que restava.

Apoz esta victoria do Passo das Perdizes o coronel Manoel Marques transpoz o Jaguarão e foi sitiar Serro Largo, que se entregou no dia 30 de outubro, depois de meia hora de tiroteio.

Os hespanhoes aterrorizados abandonavam todos os seus postos, e deixavam-nos, sem combates, senhores de amplos territorios. Largaram panicamente o Rio Pardo, Batovi, Taquarembó e S. Tecla, que, pela segunda vez, foi pelos nossos demolido e arrazado no espaço de vinte e quatro dias afanosos.

No Jacuhy apresentou-se o coronel castelhano D. José Ignacio de la Quintana com forças consideraveis; mas, não tendo podido computar o numero dos nossos combatentes, retirou-se apressadamente.

A parte, porém, mais importante desta guerra é a que deu em resultado a conquista dos sete povos indios das Missões jesuiticas. E, por ser a mais importante, foi planejada e realisada por dois soldados

obscuros, filhos das cochilhas que presenciaram suas façanhas. Foram elles Manoel dos Santos Pedrozo e José Borges do Canto.

Os sete povos das missões jesuíticas do Uruguay achavam-se ainda sob o dominio hespanhol. Os indios, porém, estavam nessa epoca profundamente desgostosos dos seus senhores, que os molestavam em continuas exigencias de serviços pesados. A disposição dos animos da população era pois a mais favoravel para uma conquista. Os riograndenses comprehenderam-na e aproveitando-se da presente guerra trataram de realisal-a.

Manoel dos Santos Pedroso, tendo sob suas ordens vinte aventureiros, offereceu-se para levar a effeito semelhante empreza ao capitão de dragões Francisco Barreto Pereira Pinto, que nessa epoca commandava a guarda avançada portugueza posta entre o Ibicuy-mirim e o Toropy no lugar denominado Estancia de S. Pedro ⁽¹⁾. Animado pelo commandante de S. Pedro, Manoel Pedrozo iniciou a conquista missioneira derrotando valentemente a guarda castelhana de S. Martinho. A' noticia dessa

(1) Esta estancia, que foi outr'ora uma das maiores das missões jesuíticas, passou a ser propriedade do Estado, que em 1846 mandou levantar-lhe a planta.

derrota dos castelhanos o povo missioneiro de S. Lourenço sentiu fugir-lhe o valor; e, desejoso de subtrahir-se ao jugo hespanhol, obrigou as suas autoridades a escreverem ao commandante Pereira Pinto, offerecendo-se á autoridade portugueza, comtanto que esta o auxiliasse contra os hespanhoes.

Com a chegada da carta submissa do povo de S. Lourenço á guarda de S. Pedro coincidiu a chegada do desertor José Borges do Canto, que, desejando involucrar-se no plano da conquista missioneira, offereceu-se a Barreto para invadir os povos das Missões com os seus quinze fieis companheiros. O commandante Barreto teve a felicidade de confiar a elle a execução da conquista e, elevando a quarenta o numero dos seus subordinados, o despachou a soccorrer o povo de S. Lourenço. Canto partiu a 3 de agosto de 1801, derrotou em S. João Mirim uma força de 30 hespanhoes e 300 indios, que abandonaram os hespanhoes e reuniram-se ás forças riograndenses. No dia 10 chegava Canto com seus 40 companheiros e seus 300 indios na povoação de S. Miguel onde residia o governador geral das Missões D. Francisco Rodrigo. O collegio dos jesuitas servia de fortaleza

ao governador. Canto determinou tomar a povoação por meio do sitio. Effectivamente o assédio foi tão rigorosamente estabelecido que, a 13 de agosto, tres dias depois de começado, entregava-se o governador, e apoderava-se Canto de toda a povoação.

Submettido o povo de S. Miguel, dirigiu-se o ousado vencedor para os outros dois povos missioneiros S. João e S. Angelo, que entregaram-se facilmente.

Foi então que appareceu Manoel dos Santos Pedrozo com mais quarenta homens. A conquista das Missões podia apregoar-se ja terminada, tal era a importancia intrinseca dos feitos de Canto. Mas, restava ainda uma difficuldade a vencer, que seria o remate da obra. Pelo lado do Uruguay ficava completamente livre o campo ao inimigo, não so para salvar para a margem opposta os bens dos fugitivos, como para receber reforços bellicos. Manoel dos Santos vôu ao Uruguay, e com a mesma rapidez e felicidade com que iniciára a conquista missioneira, dava-lhe agora o respectivo desfêcho. Afugentou da estancia de S. Thiago um magote inimigo de cem homens, desarmou no passo de S. Izidoro uma quadrilha de dezoito soldados, e aprizionou seis carretas fugitivas, que, carregadas de alfaias,

ornamentos de igrejas, e mantimentos de armazem, dirigiam-se do povo de S. Nicolau para a margem direita do Uruguay. Pedrozo percorria incessantemente toda a linha do Uruguay. Ao seu olhar de gaúcho acostumado a cahir sobre horizontes longinquos, não escapava o menor indício de invasão ou de fuga. Por essa epoca o governador das Missões, que se tinha rendido no povo de S. Miguel, conseguira reunir alguns hespanhoes e indios esparsos e poz-se em marcha para bandear o Uruguay. Manoel Pedrozo foi-lhes ao encontro; e, avistando-os ja no povo de S. Luiz, os obrigou a voltarem para o lugar donde haviam fugido. Em S. Miguel ficaram presos como refens o ex-governador hespanhol e todos os officiaes que o tinham seguido. Pedrozo, activo e vigilante, guardou todos os passos por onde o inimigo poderia mais facilmente atravessar o rio: passo de S. Maria, S. Izidoro, S. Lucas. Finalmente apoderou-se de S. Borja, onde a população se havia ja levantado contra as autoridades castelhanas.

Terminava desse modo a parte aggressiva da conquista missioneira. Estava pois, não completa, mas iniciada a verdadeira linha de limites, em que racionalmente devia encerrar-se a provincia do Rio Grande do

Sul. Caberá sempre aos dois denodados riograndenses José Borges do Canto e Manoel dos Santos Pedrozo a gloria de intercalar o Uruguay entre o Rio Grande e a Republica Argentina. A elles como a Rafael Pinto Bandeira, como a Manoel Marques de Souza nós os riograndenses devemos a extensão do territorio que occupâmos.

Conquistadas as Missões, cumpria ter animo para defendel-as e conserval-as. O espirito de conquista nem sempre irmana o espirito de conservação. Mas, nos valentes conquistadores das Missões os dois espiritos eram identicos, porque elles haviam sido despertados e eram alentados pelos proprios povos conquistados. A parte defensiva da conquista limitou-se a rechazar os hespanhoes, que frequentes vezes julgaram poder reaver o que para sempre haviam perdido. Os novos ataques dirigiram-se ao passo de S. Cruz, de S. Borja, á guarda de Butuhy, ao passo de S. Marcos e de S. Lucas. Em todos esses ataques os riograndenses combateram sempre com denodo, não sendo possivel distinguir os que com mais coragem entregavam-se aos mais arriscados lances. Por parte dos atacantes sobresahia sempre o valente official, appellidado *Rubio-Dulce*, que por diversas vezes mediu-se com os nossos soldados.

Os hespanhoes derrotados preparavam-se para voltar com grandes reforços, mas, felizmente, chegou por essa occasião a noticia da paz entre a Hespanha e Portugal, e tiveram elles de entregar-se á resignação das perdas soffridas.

Emquanto se ultimava pelo norte da capitania a conquista dos povos missioneiros, no sul fallecia e governador Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Camara. Sua morte veio sustar a marcha do exercito, que de Serro Largo pretendia atacar o forte de S. Thereza.

O inimigo, aproveitando o ensejo feliz que lhe proporcionava a morte do governador, conseguiu recuperar quasi todo o territorio perdido.

O successor de Veiga Cabral foi o brigadeiro Francisco João Roscio, que tomou conta do governo, depois de fortes discussões com a camara de Porto Alegre, a 12 de novembro de 1801.

A esse tempo já circulavam boatos de que os hespanhoes preparavam-se com forças superiores a cinco mil homens para invadir o Rio Grande. Eram de tal modo temidas essas noticias que, em virtude dellas, ja na cidade do Rio Grande os commerciantes tinham começado a encaixar suas

mercadorias, as familias a encher suas malas, e os estancieros circumvisinhos a repontar o gado e cavahada para o interior da capitania.

João Roscio partiu de Porto Alegre para as fronteiras ameaçadas, e chegando ao Rio Grande, serenou os animos e deu-lhes coragem. Os hespanhoes estavam effectivamente no Jaguarão promptos a passarem para o nosso territorio. João Roscio oppoz-lhes forças consideraveis. Mas, felizmente, antes de enpenhar-se qualquer acção, chegaram ao governador portuguez participações officiaes da paz firmada na Europa entre Portugal e a Hespanha.

João Roscio communicou-as ao vice-rei hespanhol, que immediatamente concordou na suspensão de armas. Suspendendo as armas pretendia o vice-rei hespanhol tirar partido dessa circumstancia para extender o dominio hespanhol além do Jaguarão, e recuperar todo o territorio que nessa guerra tinham conquistado os riograndenses. Nesse sentido officiou o marquez de Sobremonite ao brigadeiro Roscio, que achando exorbitantes, extraordinarias e fóra da sua competencia as pretensões do dito marquez, declinou para o vice-rei do Brazil a solução do officio.

XII

ADMINISTRAÇÃO DE PAULO GAMA (1)

A guerra de 1801 acabava de terminar com brilhante gloria para os riograndenses e com accrescimo notavel de territorio para a provincia. Em menos de um anno todo o vasto e fertil territorio das Missões ficára definitivamente incorporado ao Rio Grande.

Entretanto essa guerra de tão pouca duração lançára a capitania e sua tropa no mais deploravel estado. O governador Sebastião Cabral, que havia succumbido e que governára por tão largos annos, nunca pudéra dedicar-se exclusivamente ao engrandecimento do Rio Grande. Quasi que todo o tempo do seu governo fôra absorvido pela demarcação de limites de que elle era com-

(1) Nomeado barão de Bagé por despacho de 23 de março de 1821. D. João VI fez-lhe mercê da propriedade do rincão de S. Tecla no municipio de Bagé.

missario. O seu successor interino o brigadeiro Francisco João Roscio apenas governára quatorze mezes e meio. A sua missão foi terminar a guerra do seu antecessor. Ao brigadeiro Roscio foi nomeado para succeder no governo o chefe de esquadra Paulo José da Silva Gama, que tomou posse governamental em Porto Alegre no dia 30 de janeiro de 1803.

Paulo Gama veio encontrar a capitania num estado deplorabilissimo de decadencia, de desordem economica e de abatimento financeiro. Logo que elle chegou ao Rio, procurando informar-se do estado em que estava a capitania que ia reger, soube que nella a despeza era muito superior á receita e que esse estado milindroso era devido quasi exclusivamente á dependencia rigorosa em que aquelle governo se achava do vice-reinado do Rio. Em paragens tão remotas, de difficeis communições e em contacto contínuo com inimigos indomaveis, aquella capitania soffria em supremo gráo as consequencias funestas da centralisação, em que naquella epoca jaziam as capitancias coloniaes. O Rio Grande mais do que todas, era victima desse monstro que ainda hoje é a maior pêa que embaraça o desenvolvimento de suas riquezas e a cultura espi-

ritual de sua população. Visinho de povos estrangeiros que se desenvolviam rapidamente, que lhe eram rivaes em tudo: na posse do territorio, no commercio de carnes, nas industrias das xarqueadas, na agricultura dos campos, no valor marcial e até no amor do solo natal, o Rio Grande necessitava muitas vezes de medidas promptas, de leis momentosas, que viessem prevenir os actos dos seus rivaes. Entretanto essas medidas não podiam ser realisadas porque os governadores para executal-as deviam primeiro receber autorisação do Rio ou de Lisbôa. Todavia muitos governadores, impellidos pela eminencia do perigo, decretavam medidas despoticas, porêm salvadoras da situação. Esqueciam-se da sua dependencia politica e exorbitavam da legalidade real para a felicidade popular. E' dahi talvez que derivam as queixas do vice-rei Vasconcellos quando accusa os governadores do Rio Grande de insubordinados, independentes e despoticos. O Rio Grande, pela sua posição de fronteira, pela natureza do seu solo e clima, pelos costumes da sua população e indole livre dos seus filhos, pelo seu commercio e agricultura, precisava, como precisou sempre, de uma administração e politica especiaes, particulares,

que o collocassem em pé de igualdade e competencia para com os seus vizinhos.

Todos esses inconvenientes de administração acanhada impressionaram logo o governador Gama, que representou ás côrtes, propondo reformas e medidas reconstrutoras. Logo que tomou as redeas do governo as suas vistas dirigiram-se para o exercito, que encontrou no ultimo gráo de miseria. Apesar de ser o Rio Grande uma capitania de fronteira, de ter ao seu lado um vizinho com as fauces escancaradas para o tragar no primeiro momento de descuido, os vice-reis haviam deixado minguar o seu exercito, de modo que era ja difficil encontrar pessoas que se apresentassem voluntarias. Quando Gama chegou ao Rio Grande o governo devia ás tropas os soldos de 10 annos, além do fardamento, armamento, etc. Os soldados andavam descalços, em mangas de camisa e com o indispensavel poncho forrado de baeta encarnada servindo de farda. Nem clavinas, nem espadas mais restavam. Todas extraviaram-se e inutilisaram-se na ultima guerra. Para substituir as ultimas mandou o governador Gama cortar lenha no matto e fazer da guajuvira ou do ipé espadas sem lamina e lanças sem ponta. E era com esse armamento que os soldados

teriam de defender a integridade da patria, se infelizmente naquella circumstancia tivesse sido atacada! So cinco annos mais tarde, depois das reclamações de Gama, foi melhorado o estado da tropa. Em 1808 chegaram diversos destacamentos que se aquartelaram na villa do Rio Grande; e em 1809 entraram a barra cinco embarcações conduzindo o corpo de artilharia volante da legião de S. Paulo sob o commando do marechal de campo Joaquim Xavier Curado.

Outro assumpto importante, que se achava completamente entregue ao abandono e que mereceu de Gama medidas energicas, foi o commercio. Nessa epoca soffria o commercio do Rio Grande da concorrência escandalosa do contrabando. Era um inimigo terrivel e invencivel. Havia contrabando maritimo e terrestre, pelo lado da campanha e pela barra. Apesar das reclamações hespanholas e portuguezas simultaneas, apesar dos regulamentos mais rigorosos, dos vigias mais tenazes, o contrabando continuava sempre a damnificar o commercio. Os contrabandistas inventavam mil modos de enganar a autoridade quando não podiam compral-a ou interessal-a no negocio. Os negreiros embarcavam negros em qualquer porto das colonias portuguezas da Africa ou mesmo

do Brazil, tiravam guia para as capitancias do sul e sem tocar nellas seguião viagem para Montevidéu ou Buenos-Aires, onde desembarcavam a carga humana, sahida dos porões immundos, cheia do enjôo das longas batidas das ondas do sul (1). A carga humana era trocada por xarque, trigo, sebo, etc., que os negreiros traziam para vender no Brazil como se fossem embarcados no Rio Grande. De passagem tocavam em qualquer ponto insignificante de S. Catharina ou do Paraná, onde obtinham da ingenuidade de qualquer commandante militar um despacho para os portos do norte. E desse modo o commercio do Rio Grande soffria, porque os generos do Prata eram vendidos baratissimo, por terem sido trocados igualmente por um preço minimo.

O governador Gama reclamou da côrte medidas contra semelhantes abusos; e deu providencias energicas para diminuir o contrabando interno. Ordenou que nenhuma embarcação entrasse a barra sem receber a bordo uma guarda militar, que acompanharia e vigiaria a embarcação até o porto do desembarque.

(1) Até 1808 haviam os negreiros passado para Montevidéu mais de 60.000 escravos de contrabando (*Almanak da villa de Porto Alegre*, de Manoel A. de Magalhães).

Foi nessa epoca que executaram-se no Rio Grande os erros economicos do systema proteccionista. Acreditava-se então que esse systema era o mais proprio para desenvolver o commercio e a riqueza dos povos. Erro deploravel, que quasi todas as nações partilharam, e que a Economia Politica desfez. Em virtude dessa mal entendida protecção economica foi prohibida a entrada na capitania, de manufacturas que não fossem feitas em Portugal ou nas suas colonias da Asia. Paulo Gama fez executar severamente essa lei no Rio Grande após ordens terminantes que a esse respeito recebeu do Rio. Assim, se por um lado Gama prestava beneficios á capitania fiscalizando as suas rendas, augmentando as fontes de receita, regularizando as despezas e reclamando da metropole medidas necessarias ao progresso geral do povo, por outro lado retardava esse mesmo progresso tornando-se vigilante executor de leis eminentemente retrógradas. Todavia não se póde tornal-o responsavel pela coerção economica que tão severamente fez executar na importação dos generos manufacturados; pois que no seu tempo essa coerção praticada por todas as nações era geralmente mantida como favoravel ao progresso da industria nacional.

Jazia tambem atirada para um canto ou desprezada como um mal incuravel a cultura do canhamo, que sob tão felizes auspicios havia sido ensaiada na capitania. A pessima administração que a dirigia, a escolha impropria do terreno, a falta absoluta de ordem, de economia e de sciencia na direcção dos trabalhos iam pouco a pouco dizimando aquella plantação, que poderia augmentar a receita publica. A sua exportação regulava em duzentas arrobas de linho e sessenta de estopa para a cordoaria de Lisbôa. O plantio do linho nunca mereceu a sympathia do povo riograndense. Mesmo na epoca da sua florescencia apenas havia em todo o Rio Grande um unico estancieiro entregue a semelhante cultura, que exportava onze arrobas de linho. Paulo Gama, para reanimar a real feitoria do canhamo, propoz a mudança do local do seu estabelecimento, que effectivamente passou de Cangussú para as margens do rio dos Sinos. Comtudo essa medida não susteve o declinio em que progrediu a cultura do linho. A metropole era como sempre a principal causa do seu atrazo. Não so ella caloteava os operarios empregados na real feitoria, como vedava o estabelecimento de cordoarias no paiz.

O linho havia de ir em bruto á Lisbôa para ser manufacturado lá.

Ao passo que definhava a plantação do linho, o trigo não so abastecia o Rio Grande todo, como ja era exportado para as capitancias do norte e até para a propria metropole. O trigo tornara-se em pouco tempo uma occupação popular. Por toda a parte a lavoura do trigo de hastes longas e doiradas era um appenso indispensavel a todas as estancias de criação. Não era somente o Estado que se occupava della, erão todos os agricultores da capitania que avidamente procuravam grãos para semeal-os nos seus campos. Em 1806 a exportação do trigo em grão dava o importante resultado de trezentos e oitenta e oito mil alqueires portuguezes, e em farinha o de quatro mil arrobas. Era incontestavelmente este o grande alimento da exportação, o unico que podia equiparar-se ao xarque. Foi talvez em vista de semelhante prosperidade, que a metropole portugueza, ávida de oiro, julgou necessario privilegiar na capitania a riqueza que produzia o trigo, monopolisando a sua moagem nas mãos protegidas de algum fidalgo arruinado. Felizmente, porém, Paulo, Gama partidario esclarecido da liberdade do commercio, susteve,

com sua opinião competente, o alvitre do privilegio que a metropole pretendia conceder.

Apezar das pessimas administrações que sempre tivera a capitania, da mesquinhez sordida com que a metropole a contemplava na distribuição dos seus orçamentos, apezar das guerras contínuas que a convulsionavam, ella continha em si uma força latente que desenvolvia-se contra todos os embaraços offerecidos pela centralisação do governo real. Essa força provinha da criação do gado, que foi sempre a força impulsora que sem direcção scientifica, sem educação conveniente, completamente entregue á observação espontanea e ao cuidado empirico dos gaúchos, augmentou as rendas do erario publico, enriqueceu o commercio, cobriu de navios os portos da capitania e exportou para os reis portuguezes, como uma dadiva generosa, o superfluo das suas receitas. Devido unicamente á actividade industrial dos filhos da capitania, e não á direcção dos seus governadores, os cofres publicos tiveram desde 1803 a entrada annual de 100:564\$060, ficando desse modo apta a capitania para dispensar qualquer auxilio da metropole. Em 1803 estava perfeitamente estabelecido o equilibrio entre a receita e a despesa.

Mas, era precisamente nessa época, quando as rendas da capitania collocavam-se em pé de independência financeira da metropole, que os seus filhos passavam ainda pela dolorosa decepção de verem os fructos de sua actividade desviados para fins completamente extranhos ás necessidades da capitania. Emquanto o erario publico recolhia e remettia para Lisbôa centenares de contos de réis, a justiça, a instrucção, a fiscalisação das rendas, a fixação de limites, a distribuição de terras, emfim, todas as verdadeiras e urgentes necessidades da população constituíam ainda o bello ideal, a sonhada aspiração daquelles povos incessantemente explorados. A população de toda a capitania computava-se então em trinta e seis mil e setecentos e vinte um habitantes, exceptuada a tropa de linha ⁽¹⁾. Essa população disseminada por uma superficie de quatro mil e quinhentas leguas quadradas, pouco mais ou menos, recorria, para decidir os seus pleitos ou obter justiça sobre criminosos, a um unico tribunal, localisado em Porto Alegre. Em toda a capitania existia uma só camara, com um unico juiz ordinario. Nessas circumstancias não é

(1) Segundo refere Southey, já em 1801 a capitania do Rio Grande tinha 60.000 habitantes.

temerario affirmar que a justiça era somente administrada na capital. Dos habitantes da campanha somente os ricos ousavam abalar-se das estancias para tentarem na camara de Porto Alegre o pleito dos seus direitos. Era evidente que em semelhante aggregação de homens, a noção do direito confundia-se com a noção da força. A arbitrariedade dos poderosos, os instinctos soltos das gentes perdidas, as ligeirezas dos gaúchos, eram a moral dominante, a lei vencedora que campeava na solidão pacifica das estancias ou na concurrencia animada dos povoados. Todas as relações juridicas soffriam uma depressão enorme no seu vigor legal, e affrouxavam-se numa lassidão persistente de forças inactivas. Os contractos legaes faziam menos fé do que a palavra de um bandido. Os cartorios pejavam-se de autos reclamatorios de contractos solemnemente convencionados.

Se da applicação da justiça, que era nenhuma, passarmos á instrucção popular, o mesmo quadro de fundo tenebroso nos apresenta a capitania lutando num *mare magnum* de ignorancia. O a, b, c, era totalmente desconhecido não ja nos campos, nas estancias, nos pequenos povoados, mas até nas proprias villas onde a população era mais compacta. O governo real não tinha

verba disponível para a instrução. Paulo Gama dizia que os habitantes tinham tantos conhecimentos e instrução, como as tribus selvagens que os rodeiavam.

O maior beneficio que esse governador illustre prestou á capitania foi sem duvida o de alcançar-lhe a criação de diversas cadeiras escolares. Propoz a criação de aulas de ler, escrever e contar em Porto Alegre, Rio Grande e Rio Pardo. E' interessante o desembaraço com que esse governador exprimia-se a respeito da grammatica latina, que naquelle tempo era considerada um alimento tão essencial ao espirito como a carne ao corpo. « Em vez da grammatica latina que paralyza e opprime as faculdades do raciocinio pela aridez e difficuldade da materia deve a mocidade aprender, dizia elle, a grammatica portugueza e franceza. » Propoz tambem uma cadeira de arithmetica, geometria e trigonometria, que, segundo a sua propria expressão, « acostuma o espirito á demonstração, e a discorrer successivamente e com ordem por meio de combinações, cuja base é a verdade, cujo resultado é a evidencia, com tanta exacção como precisão. » Em tal estado de ignorancia, a ponto de nem possuir aulas primarias, a população riograndense desenvolvia-se com noções adquiridas apenas

da observação e experiencia proprias ou do contacto mais esclarecido dos seus visinhos. Nesta existencia de doce passividade mental, de desconhecimento absoluto das creações mais rudimentares da intelligencia humana, de inactividade completa das forças do espirito, a tendencia natural do homem para o gôzo da maxima liberdade recuperava toda a sua pujança primitiva e desenvolvia-se no Rio Grande. Ignorantes da moral estreita, ensinada nos livros daquella epoca, e das leis que subordinam a liberdade individual á obediencia da autoridade politica, o povo riograndense seguia, na sua conducta social, as normas suggeridas pela natureza espontanea, modificadas pelo meio, transformadas pelos habitos e temperadas pelos impulsos livres do coração. Era immersa nos escon-drijos da mais profunda ignorancia, que a população riograndense fazia sobressahir a constante aspiração da sua indole a um estado de liberdade plena, de insubordinação á tyrannia compressora dos seus governadores, ao maximo desenvolvimento de suas forças retidas pelo poder absoluto dos vice-reis. Não faltaram na administração de Paulo Gama demonstrações assás claras da impaciencia com que o povo riograndense ia soffrendo a politica caduca dos reis de Por-

tugal. Parece que Paulo Gama, futuro barão de Bagé, apesar das suas vistas esclarecidas sobre administração e da sua bem intencionada vontade de fazer a felicidade dos seus governados, não era entretanto differente dos demais governadores: meros agentes encarregados de apurar o ouro do Brazil para os gastos da metropole. A sua boa intenção em breve tornou-se, como a dos outros, em orgulho exotico e em arbitrio de redea sôlta. Foi sem duvida esse espirito de mal entendido sentimento autoritario, esse pretendido poder de governar os homens pelo dogma insoffrivel da vontade, que o levou a perseguir injustamente um pobre carpinteiro da ribeira do Cahy, chamado Guilherme Pereira de Carvalho, que foi esbulhado das suas propriedades, privado dos seus titulos possessorios, e lançado finalmente no carcere iniquo e arbitrario.

Entretanto o crime desse obscuro e digno plebeu era ter citado para um libello crime ao official executor da ordem governamental injusta e illegal, e ter defendido com palavras energicas e ousadas o seu direito possessorio ao terreno do Cahy. Não era somente atacando a inviolabilidade dos direitos individuaes que Paulo Gama continuou na sua administração a feroz arbitrariedade

dos seus antecessores. Foi tambem procurando collocar-se em pé de guerra com a camara de Porto Alegre, digna continuadora e representante do espirito riograndense, que nella reflectia-se com assás intensidade e vigor. A camara de Porto Alegre, querendo significar ao governador quanto ja lhe era insoffrivel o despotismo do seu commando, elegeu, sem consultal-o nem dar-lhe satisfações, para capitão mór das ordenanças da capitania a um official da sua confiança e de seu conhecimento. Esse acto independente da camara mereceu de Paulo Gama as mais severas recriminações perante o vice-rei do Brazil. E' de notar aqui a differença de procedimento em iguaes circumstancias entre José Marcellino e Paulo Gama.

O primeiro, mais despota, mais arbitrario, mais cheio de petulancia enfiada e de audacias criminosas, repellira a autoridade da camara como quem despede um criado atrevido e ignorante dos seus deveres; o segundo, porê m, menos arrebatado e talvez crente sincero da necessidade da centralisação forçada de toda a autoridade nas suas mãos exclusivas, contentara-se sómente em representar contra a camara ao vice-rei do Brazil. Mas, a causa dessa diversidade de procedimento não está tanto no character

pessoal dos governadores como na distancia do tempo que os separa. Em todo o caso, é a energia do espirito popular representado na camara que se deve registrar aqui em antagonismo á auctoridade arbitraria dos governadores, que dia a dia iam perdendo o prestigio e a força moral. No tempo de Paulo Gama o espirito publico chegou a tal estado de desgosto e de aborrecimento, que de todos os angulos da capitania concorreram assignaturas para um abaixo-assignado, que contra as violencias do governador foi redigido e posto na presença do vice-rei do Brazil. Nesse abaixo-assignado não se firmavam somente individuos estranhos á administração, mas la appareciam até os nomes de auctoridades subordinadas ao proprio governador. O descontentamento era geral.

A este estado de dissabor em que vivia immersa a capitania, por causa das pessimas administrações dos seus governadores, ajuntava-se uma outra circumstancia externa, que trazia aterrorisado o commercio do Rio Grande. Essa circumstancia nascia da concorrência cada vez mais crescente que fazia a praça de Montevidéu á do Rio Grande, no commercio de carne sêcca. A concorrência ameaçava ferir de morte o commercio do Rio Grande, porque o xarque

oriental era vendido quasi pela metade do preço do xarque riograndense. Uma arroba de carne sêcca custava então na capitania quatrocentos reis, e era vendida no Rio a setecentos e vinte. A mesma arroba de xarque oriental vendia-se no Rio a quatrocentos reis. Esta concorrência assombrosa já tinha começado a enfraquecer a sahida do xarque riograndense, produzindo aos xarqueadores da capitania grandes prejuizos e baixando consideravelmente o valor das tropas na tablada. Os riograndenses requereram então ao governo a prohibição da venda do xarque oriental nas praças brasileiras, unica medida restrictiva que pediu o Rio Grande em seu favor. Mas o governo da metropole, que sabia prohibir a entrada de manufacturas estrangeiras nos portos do Brazil, para mais á larga poder vender os generos manufacturados de Portugal, continuou a consentir o commercio oriental contra a espectativa de toda a capitania. O verdadeiro motivo deste procedimento da côrte portugueza está nos muitos milhares de cruzados que entravam para os cofres reaes, provenientes dos direitos de importação que pagava no Rio a carne sêcca de Montevideu. A metropole era ávida de dinheiro, esfaimada, voraz. Emquanto o Rio

Grande começava a sentir uma depressão sensível na saída do seu principal genero de exportação, a metropole o sobrecarregava de direitos peçados, em vez de aliviar-o para o habilitar a concorrer com o estrangeiro. Foi precisamente nessa epoca que o governo portuguez lançou o imposto de trezentos e vinte reis por cabeça de cada rez que se matasse na capitania. Imposto exorbitante e de impossivel arrecadação no estado em que se achava disseminada a população.

Não era somente por meio de impostos onerosissimos que a côrte portugueza sugava o ouro dos seus subditos. Ella costumava tambem pedir donativos sob pretexto de acudir a urgentes precisões do Estado. E' assim que em 1805 Paulo Gama fez circular, com grande insistencia, por todos os moradores da cidade e todos os estancieiros da campanha, diversos officios pedindo offertas e donativos para as rigorosas necessidades do Estado. O povo não eximiu-se a esse sacrificio, não obstante possuir a intuição de que semelhantes donativos não eram mais do que novas fórmulas mais brandas e aperfeiçoadas de exploração. Em pouco tempo poudo Paulo Gama remetter para Lisbôa cinco contos de reis em letras sacadas a favor do real erario, além de uma porção

importante de letras pertencentes á divida passiva da real fazenda, e além do dinheiro apurado nas vendas de animaes e de generos offertados pelos estancieiros.

Apezar de todos esses desacertos administrativos e erros economicos, o Rio Grande continuava a progredir e a desenvolver-se. As suas rendas haviam conseguido equilibrar-se, e o espirito publico começava a despertar e attrahir sobre si a attenção da metropole. Foi impellida pelo progresso crescente da capitania que a metropole resolveu-se a conceder-lhe alguns melhoramentos na administração. Já em 1802 tinha sido creada no Rio Grande uma Junta de Fazenda, que começára no anno seguinte as suas sessões.

Porém o facto de maior importancia para o Rio Grande, foi a sua elevação a capitania geral, sob a denominação de—*Capitania de S. Pedro*—por decreto de 25 de fevereiro de 1807, sendo nomeado para seu primeiro capitão general D. Diogo de Souza, que veio substituir Paulo Gama, e que tomou posse do governo em Porto Alegre a 9 de outubro de 1809. Foi no governo deste capitão general que tiveram logar as guerras de 1811 e 1816 que passamos a narrar.

XIII

A CISPLATINA

Em 1808 havia chegado ao Brazil, corrida da Europa, a familia real; que, amedrontada pelos exercitos de Napoleão, assentou sua côrte no Rio de Janeiro, como num asylo seguro e respeitavel. Fugindo de Portugal, e deixando a nação entregue a um governo estrangeiro, D. João VI quizprehender na America uma politica que não soube sustentar na Europa. Logo depois de estabelecida no Brazil a séde do governo portuguez, deram-se acontecimentos nas provincias hespanholas do rio da Prata, que attrahiram a attenção do principe-regente e despertaram nelle o desejo de incorporar nos seus estados o vice-reinado de Buenos-Aires. Antes, porém, de mostrar o seu procedimento em relação a esses acontecimentos, vejamos de que natureza eram elles, e que direcção politica iam to-

mando. Desde muito tempo existia no vice-reinado platino, e principalmente em Buenos-Aires, um notavel antagonismo entre os naturaes do logar e os filhos da metropole hespanhola. Esse antagonismo, existente ha muito tempo no seio das familias e nas relações particulares, foi pouco a pouco tomando corpo; e, ja no principio do seculo era assás pronunciado, quando a Inglaterra, em guerra com a Hespanha, invadiu as suas possessões americanas apoderando-se de Buenos-Aires. O vice-rei hespanhol, que então era o marquez de Sobremonte, abandonou a cidade aos inglezes e fugiu para o interior vergonhozamente. O povo de Buenos-Aires auxiliado pelo de Montevideu expulsou, porêm, os inglezes; e, pela primeira vez, negou obediencia ao seu vice-rei. Este facto complicou ainda mais o antagonismo latente que separava os americanos dos europeus, e foi como que o preliminar da independencia dos primeiros. Todavia, os espiritos ainda não ouzavam entrar franca-mente na unica solução natural do problema politico, provocado pela invazão ingleza. Protestaram ainda adhesão á monarchia hespanhola e esperaram della a confirmação do seu procedimento relativo ao marquez de Sobremonte. A côrte de Madrid apoiou

o movimento de Buenos-Aires e approvou a nomeação de Santiago Liniers para substituir o marquez, nomeação que havia sido feita pelo povo de Buenos-Aires em recompensa aos serviços de Liniers na expulsão dos inglezes. Ao mesmo tempo nomeou D. Francisco Xavier Elio para governar Montevideo.

Era esse o estado do Prata na epoca em que chegou ao Brazil a familia real portugueza. Ainda não estava extincta a autoridade hespanhola, mas estava ja em decomposição. Foi nesse momento historico que D. João VI, sem motivo algum politico que o determinasse, sem justificação possível, procurou influir nessa decomposição, offerecendo-se a governar as provincias do Prata e ameaçando-as de uma invazão prompta, se por ventura não accitassem o seu offerecimento. Foi nesse sentido que D. Rodrigo de Souza Coutinho, ministro de D. João VI, dirigíra uma nota confidencial ao cabildo de Buenos-Aires, que repelliu-a com dignidade e patriotismo. Começou D. João VI, desde essa epoca, a sua politica ambiciosa. Não podendo realisar as suas ameaças immediatamente, poz-se á espreita da primeira occasião favoravel; e principiou a preparar-se para invadir

os estados visinhos. Accumulou para isso numerosas tropas no Rio Grande, e instruiu D. Diogo de Souza nos seus planos conquistadores. Quasi ao mesmo tempo era a Hespanha invadida pelos francezes, deposta a sua autoridade legitima e abdicada a corôa em favor de José Bonaparte. Manifestaram-se então no Rio da Prata as primeiras idéas de independencia, começando entre hespanhoes e portenhos a lucta intestina, cujo resultado foi a separação politica de ambos. Estes factos tinham logar em 1809.

O exercito que se achava no Rio Grande ás ordens de D. Diogo de Souza preparava-se para a lucta. Entretanto, não comprehendia a campanha, porque D. João VI, vendo a Hespanha invadida pelo mesmo inimigo que o expellira de Portugal, fizera constar que renunciava de suas pretensões ao Prata. Essa renuncia era, porém, apenas simulada e passageira. D. João VI tinha em D. Diogo de Souza, governador do Rio Grande, um auxiliar dedicado e activo. Este governador convencerá-se de que as luctas da independencia do Prata estavam devastando o Rio Grande, concentrou todo o exercito portuguez na fronteira e requereu ao vice-rei do Brazil a

remessa de tropas para o sul. Durante toda a primeira metade do anno 1811 andou D. Diogo pela campanha examinando as posições e passando revista nos corpos destacadas. Neste serviço passou elle pelo Rio Pardo, S. Barbara, S. Rafael, S. Diogo, Bagé e S. Borja, fixando o seu acampamento em Bagé. Dividiu o exercito em tres columnas, ficando a primeira proxima aos serros de Bagé, commandada pelo marechal Manoel Marques de Souza; a segunda em S. Diogo na margem do Ibirapuitã, commandada pelo marechal Joaquim Xavier Curado; e a terceira em Missões, ao mando do coronel João de Deus Menna Barreto. Emquanto desse modo preparava-se o governador do Rio Grande, Buenos-Aires havia-se revolucionado contra o seu vice-rei e proclamado a sua independencia. O povo de Montevideu, porêm, conservava-se fiel ás autoridades hespanholas e principalmente ao seu antigo governador Elio, que tinha sido nomeado vice-rei do Prata pelas côrtes hespanholas. A junta governativa de Buenos-Aires declarou guerra ao vice-rei hespanhol e mandou sitiar Montevideu pelas forças de Rondeau. Elio, apertado por todos os lados, implora o auxilio dos portuguezes e consegue que D. João VI

faça seguir para Montevideu o exercito do Rio Grande. A lucta que se estava travando no Prata era de povos livres contra um governo absoluto. D. João VI, como digno representante deste ultimo, não podia deixar de declarar-se por ella contra os patriotas de Buenos-Aires. D. Diogo de Souza, logo que recebeu ordens do Rio, apprehendeu a invazão no Estado Oriental, sahindo de Bagé em junho de 1811. O exercito levava o enganoso titulo de pacificador, e apparentava desejar unicamente fortalecer em Montevideu a autoridade hespanhola, applicando as dissensões. Em fundo, porêm, o pensamento de D. João VI era apoderar-se de todo o Estado Oriental e incorporal-o ao Brazil. D. Diogo de Souza em todos os seus officios ao vice-rei do Rio sempre preocupava-se dessa conquista, referindo-se constantemente aos limites naturaes do Prata. O receio que tinha esse governador de que as provincias do Prata se tornassem independentes, o desprezo com que elle falla de Elio a quem ia soccorrer, e depois o pezar que manifestou por não ter podido entrar em Montevideu, mostram claramente que o seu intento era occupar o Estado Oriental no character de conquistador. D. João VI occultamente auctorizava-lhe os

planos. O pretendido exercito pacificador de D. Diogo de Souza penetrou no Estado Oriental levando tudo de vencida; o que não era de admirar, visto o estado de abandono em que se achava aquella fronteira. Apoderou-se da fortaleza de S. Theresza, do Serro Largo e da cidade de Maldonado, onde entrou a 11 de outubro de 1811. A presença do exercito pacificador no Estado Oriental levantou por toda a parte uma indignação geral. Todos desconfiavam de que o principe regente estava executando os seus planos de conquistas. O proprio vice-rei hespanhol D. Francisco Elio atemorizou-se com a chegada do exercito portuguez, que elle mesmo havia solicitado. A junta governativa de Buenos Aires preferiu estabelecer uma amnistia com Elio a ter de bater-se com as tropas portuguezas; e expediu então ordens a Rondeau para abandonar o cêrco de Montevideu. Em vista do levantamento deste cêrco, Elio requereu a D. Diogo que se retirasse com o seu exercito, porque elle não era mais necessario em Montevideu. D. Diogo, que via desse modo desfeitos os planos do seu principe, negou-se a sahir da Banda Oriental sem conseguir alguma vantagem para o seu soberano. Finalmente, vendo que

nada alcançava, sahiu de Maldonado a 16 de março de 1812 parando em Paysandú. Entretanto, o oriental Artigas e seus subalternos, que obedeciam á junta de Buenos-Aires, continuaram pelo interior do paiz as suas guerrilhas contra hespanhoes e portuguezes. Diversas vezes os soldados de D. Diogo tiveram de medir-se com elles. No Rio Negro, no Uruguay, no arroio Laureles, nas Missões, em Serro Largo e no Japejú as forças portuguezas conseguiram derrotar as de Artigas. Estava o governador-general D. Diogo na margem occidental do Quarahy, gozando das victorias dos seus officiaes e das suas proprias, quando chegou o general D. Manoel Sarratea, escoltado com quarenta soldados, trazendo uma carta do tenente-coronel João Rademaker, na qual este official communicava-lhe ter ajustado um armisticio com a junta de Buenos-Aires por ordem de D. João VI. D. Diogo, ainda sonhando com a conquista da Banda Oriental, cheio de si pelas victorias que alcançára, pretendeu desconhecer e desobedecer o armisticio Rademaker; mas, o conselho de generaes reunido, deliberou que o exercito devia retirar-se para o Rio Grande. D. Diogo curvou-se á deliberação do conselho e effectivamente a

13 de julho de 1812 retirou-se com o exercito, dividindo-o em duas columnas, uma que foi postar-se em Bagé e a outra que ficou na guarda da Conceição. O governador general passou a Porto Alegre, onde esteve governando a capitania até novembro de 1814 ⁽¹⁾.

O armisticio Rademaker, que findou a guerra de 1811, não foi ao principio ratificado por D. João VI porque, segundo allegou a côrte portugueza, « o enviado Rademaker exorbitára das ordens que recebera. » O armisticio era uma imposição de lord Strangford, diplomata britannico residente no Rio, que obrigou a côrte portugueza a abandonar o seu extravagante projecto de conquistas na America. Rademaker, todo devotado á Inglaterra, assignou a 26 de maio de 1812 uma tregoa illimitada com o governo de Buenos-Aires, quando o pensamento de D. João VI era que a suspensão de armas durasse unicamente até que a côrte portugueza tivesse conseguido os negocios que pretendia no Prata. Apezar do principe regente desgostar-se muito com o tal armisticio, comtudo teve de ratifica-lo mais tarde obrigado pelo diplomata da In-

(1) Governou a capitania até novembro daquelle anno. Foi nomeado vice-rei da India, e teve o titulo de conde do Rio Pardo.

glaterra, que procurava a todo o custo proteger o governo que se iniciava em Buenos-Aires, a fim de poder mais facilmente arranjar no Prata consumidores dos generos inglezes.

A esperteza de Rademaker estonteára a cabeça de D. João VI. Os seus planos completamente frustrados lançaram-no em uma raiva surda e concentrada, que elle procurou disfarçar, mas que não conseguiu extinguir. Os seus desejos de conquista tornaram-se cada vez mais intensos e levaram-no a se collocar de novo á espreita de outra occasião favoravel. O papel de D. João VI em toda esta guerra foi o mais triste e o mais deploravel que é possivel conceber. Mas, apezar de tudo, a experiencia, os desgostos passados, e as despezas feitas não lhe serviram de lição. Em um momento rapido de recordação e de despeito, a sua memoria e a sua vaidade deviam avocar-lhe ao espirito um quadro ridiculo e sinistro. Esse quadro deveria mostrar-lhe as suas pretensões ao Prata repellidas, as suas ameaças desprezadas, as suas mediações regeitadas, os movimentos do seu exercito inutilizados e, finalmente, a sua assignatura real dando força ao armisticio illimitado que vinha pôr a baixo todo o seu ambicioso castello.

Era isso que devia D. João VI ter presente ao espirito rememorando o papel lorpa que o inglez o obrigou a desempenhar no magestoso scenario do Prata. Mas, se deixarmos os paços reaes, e do espirito enfatuado do principe regente passarmos ás classes do povo, havemos de assistir a um espectáculo todo diverso e um pouco mais desconsolador. No Rio Grande principalmente a ambição do principe actuára de modo mais pernicioso. Durante o periodo da guerra a capitania viu-se privada do seu governador, que andou sempre no theatro das operações; viu o dinheiro das suas rendas publicas empregado no sustento de uma grande parte do exercito desnecessario, viu finalmente centenaes dos seus filhos marcharem constrangidos para uma guerra que lhes era odiosa.

Nada, porém, abalou a D. João VI. Os projectos renasceram mais vehementes e sobretudo mais accentuados e mais francos. A occasião que elle espreitava appareceu finalmente. A guerra da independencia do Rio da Prata estava a terminar. Tinha, porém, começado outra mais desesperadora e onerosa entre o governo de Buenos-Aires e o caudilho José Artigas da Banda Oriental. No estado de decomposição em que tinha

cahido o systema colonial do Rio da Prata procurava Buenos-Aires reunir ao redor de si os elementos de uma nação independente e republicana. Encontrou, porém, no povo de Montevideu uma opposição radical formulada por Artigas, que tambem pretendia fazer do Estado Oriental uma nação independente e autónoma. Resultou dahi uma divergencia notavel entre os dous povos, divergencia aggravada pela posição hostil em que se collocára Artigas. Buenos-Aires declarou-lhe guerra sem demora, e começaram então os dous povos a dilacerar-se mutuamente. D. João VI regozijou-se á largas com estas lutas intestinas dos dous povos nascentes, de que procurou tirar partido empolgando a liberdade do que lhe ficava mais visinho. Para isso não recuou ante o crime de violar o armisticio de 26 de maio de 1812. Mandou immediatamente organizar em Portugal um exercito que, sob o commando do tenente-general Carlos Frederico Lecór, desembarcou no Rio a 30 de março de 1816. Igualmente passou ordens ao governador do Rio Grande, que então era o marquez do Alegrete ⁽¹⁾, no sentido de hostilizar sempre que pudesse as forças de

(1) O marquez do Alegrete tomou posse do governo no dia 13 de novembro de 1814.

Artigas. Os soldados de Lecór, que eram denominados *voluntarios d'el-rei*, alcançavam o numero de 4830, que sommados com os dous mil homens da divisão de Curado, que estava no Rio Grande, formavam um corpo de 6830 homens destinados a pôrem a baixo a liberdade oriental. A invazão devia operar-se simultaneamente no Quarahy, pelas forças do tenente-coronel Joaquim Xavier Curado, e na lagôa Mirim, na direcção de Montevideu, pelo general Lecór.

Antes, porém, do exercito começar as suas operações ja Artigas estava sciente de todos os seus planos. Este audacioso caudilho, sem tropas, sem mantimentos, sem cavallhada, sem armas e sem dinheiro, não desamparou sua patria no momento do perigo. Com sangue frio e coragem preparou-se para defendel-a, arrostando todas as difficuldades, reuniu todos os seus companheiros, e antes que o inimigo transpuzesse o solo do seu paiz, elle vôu ao seu encontro e offereceu-lhe batalha. Os primeiros recontros tiveram logar nas Missões do Uruguay, onde Andrésito Artigas sustentava um rigoroso cêrco ao povo de S. Borja. Xavier Curado, que tinha as suas forças postadas no Ibirapuitã-Chico, ordenou ao valente riograndense coronel José de Abreu que

com 600 homens fosse obrigar Andrésito a levantar o cêrco. Em S. Borja defendia-se valentemente desde setembro o general Chagas Santos, que estava ameaçado de novo assalto das forças de Andrésito. Nessa ocasião chegou Abreu, protegido por um nevoeiro, e a 3 de outubro atacou os sitiados, que se tinham collocado entre dous pomares, derrotando-os completamente. As perdas do inimigo foram consideraveis. Toda a artilheria, as bagagens, a secretaria militar e dous mil cavallos cahiram em poder de Abreu. Esta victoria dos riograndenses, que custou a vida a mais de quatrocentos orientaes, foi uma das mais notaveis dessa campanha, por ter embrulhado completamente os planos de José Artigas. Este caudilho pretendia oppôr invazão á invazão. O seu pensamento era penetrar no Rio Grande por tres pontos differentes (S. Borja, S. Anna e S. Maria), enquanto o exercito portuguez se encaminhasse na direcção de Montevideu. Mas, tendo-se o exercito invazor dividido, ficando naquelles pontos a fracção Curado, e tendo sido tão desastradamente infeliz a sua invazão por Missões, o caudilho ficou perplexo e começou a soffrer derrotas ininterrompidamente. Não deixou-se, porém, vencer pelo desanimo.

A sua audacia e a sua coragem infundiam valor a todos os seus infelizes companheiros. A victoria de S. Borja incitou Curado a mandar atacar as forças de Artigas. No arroio Ibiracoahy estava postada a divisão inimiga de Berdum, que foi atacada e derrotada pelo brigadeiro João de Deus Menna Barreto a 19 de outubro; e em Corumbé estacionava o proprio José Artigas, que foi completamente destroçado pelo brigadeiro Joaquim de Oliveira Alvares, que o obrigou a fugir deixando no campo muito armamento e mais de 250 mortos. Excitado por estes revezes José Artigas deliberou pôr em combate forças mais numerosas, e conseguindo reunir tres mil companheiros foi collocar-se no Quarahy junto á foz do arroio Catalan. A 4 de janeiro de 1817 travou-se a batalha. O exercito portuguez era commandado pelo governador da capitania marquez de Alegrete, que se achava naquella occasião vizitando o theatro da guerra. A acção foi renhidissima, mas afinal, o inimigo, depois de ter perdido mais de mil homens, tocou á retirada e deixou o campo em poder dos portuguezes. A batalha de Catalan foi funestissima a Artigas, que viu-se constrangido a abandonar completamente as fronteiras. Em Catalan terminou

o exercito brasileiro as suas operações de repulsão e começou as de invazão, fazendo o general Chagas penetrar em Entrerios, onde se achava Andrésito Artigas levantando tropas. Andrésito foi derrotado, e Chagas voltou triumphante a se incorporar ao exercito de Curado, depois de ter saqueado e destruido para sempre as povoações de Japejú, S. Thomé, Cruz, S. Maria, S. Xavier, Conceição e Martyres, donde trouxe até os sinos e as pratas das igrejas.

Emquanto os soldados brasileiros expelliam o inimigo da capitania pelo norte e preparavam-se para invadir seriamente o territorio oriental, o exercito portuguez de Lecór havia ja invadido o paiz inimigo apoderando-se sem resistencia do forte de S. Thereza. Somente em India Muerta encontrou Lecór alguma resistencia por parte do bravo Fructuoso Rivera, que finalmente foi vencido a 16 de novembro de 1816. Por toda a parte o exercito conquistador via os seus esforços coroados pela victoria. Triumphante foi a marcha de Lecór até á cidade de Maldonado, onde chegou em principio de janeiro de 1817. Em Maldonado recebeu Lecór do cabildo montevideano as chaves da cidade; e a 20 de janeiro de 1817 fazia a sua entrada solemne e

apparatoza, depondo todas as autoridades civis, politicas, militares e administrativas. Concentrou em si todos os poderes, proclamou ao povo portenho e montevideano, tranquillizando-os sobre as suas intenções e assegurando-lhes que o unico fim do exercito de D. João VI era pacificar a Banda Oriental e libertal-a das garras de Artigas.

Montevidéu havia capitulado victima de uma illusão. O estado de franca anarchia que a dominava, ferindo todos os interesses e tornando instaveis todas as pretenções, apresentou-lhe a invazão portugueza como a unica solução possivel ao problema da sua organização nacional. Todas as provincias do littoral foram igualmente victimas do mesmo engano. Somente Artigas continuava a sua resistencia energica, desesperada, devastadora. Conseguindo refazer-se das suas derrotas, elle voltou de novo á carga cerrada contra o exercito de Curado; e durante os annos de 1817, 18 e 19 não descansou um dia so na empreza desesperada de repellir do seu paiz a invazão estrangeira. Os bravos soldados do Rio Grande eram perseguidos, varejados, cerrados por todos os lados, mas felizmente sahiam sempre victoriosos dos ataques de Artigas. Emfim

a 22 de janeiro do 1820 Artigas dá o seu ultimo combate sobre as margens do Taquarembó. Nesta batalha o exercito rio-grandense é commandado pelo conde da Figueira, que fizera junção com o general José Abreu. Artigas foi batido, deixando mais de oitocentos mortos e quatrocentos e noventa prisioneiros. Taquarembó poz termo á campanha oriental. Artigas, vencido e perseguido pelos seus proprios patricios, refugia-se no Paraguay, onde recebe os maus tratamentos do dictador Francia, morrendo em setembro de 1850, na idade de noventa annos. Artigas preferiu o exilio á submissão. Quando tudo ao redor de si desabava, quando o seu paiz inteiro depunha as armas, entregava as chaves das cidades, deixava-se acorrentar e ia implorar a protecção do estrangeiro, elle, so, conservava-se armado, vigilante, audacioso, velando pela honra do seu paiz, que desorientado o repellia e o guerreava. Elle enfrentou todos os revezes e provou todas as desillusões. Viu os seus amigos derrotados e infamados. Viu Berdun prisioneiro, Bauzá, Lapido e Oribe desertados, Fructuoso Rivera submettido, e finalmente viu levantar-se contra si o seu amigo Ramirez. Nunca o valor bandeou-se do seu espirito, jamais assomou á sua

mente a idéa de uma transigencia com o inimigo. Finalmente, depois de Taquarembó, sem soldados e sem amigos, tendo o seu paiz contra si, elle, so, desamparado e unico, subtrahiu-se da sua nação e exilou-se para sempre nos desertos do Paraguay.

D. João VI estava vencedor. A Banda Oriental, por meio dos seus representantes, eleitos mais ou menos livremente, declarou incorporar-se ao reino portuguez, fazendo parte d'elle como um estado distincto dos outros sob o nome de Estado Cisplatino. A incorporação teve lugar a 31 de julho de 1821.

XIV

A JUNTA GOVERNATIVA

Acabam de terminar as guerras de 1811 e 1816, que subjugaram um povo, assolando e pilhando uma republica nascente. Os caprichos do principe regente ficaram satisfeitos com isso, e então poudes a Provincia gozar de tranquillidade até 1825, anno em que de novo a vontade de um outro ambicioso coroadado tornou a chamar ás armas os filhos do Rio Grande. Antes, porê, de analysarmos a nova catastrophe de 25, estudemos os factos que mais de perto precederam a queda do antigo regimen e o advento da junta governativa constitucional.

O movimento revolucionario, que começára em França no anno de 1789, e que tivera contra si todas as corôas da Europa, começava a agitar os povos da península iberica. Abafado na Hespanha em 1812,

elle renascia em 1820, e no mesmo anno penetrava em Portugal pela revolução do Porto, que proclamou a queda do absolutismo portuguez, depoz a regencia, creou um governo provisorio, proclamou a constituição hespanhola de Cadiz e convocou um congresso para estabelecer a constituição do reino. Apenas estas noticias chegaram á America, decidiu-se a opinião publica brazileira a favor dellas, e por toda a parte a aspiração geral era que o paiz fosse regido pela constituição que as assembléas portuguezas estavam elaborando. Na impossibilidade de possuir ja a constituição, a opinião publica cansada da autoridade desregrada dos seus capitães-móres e capitães-generaes, foi apeando-os do poder e substituindo-os por juntas governativas compostas de cidadãos eleitos pelo povo e pelo exercito. Pará, onde a noticia da revolução portugueza chegou mais depressa, foi a primeira provincia brazileira regida por uma junta governativa. A junta do Pará foi eleita a 1 de janeiro de 1821.

No Rio Grande a junta governativa foi instituida um anno mais tarde, a 22 de fevereiro de 1822. Muitos factos, porêm, occorreram antes de estabelecer-se a junta, e foram como que uma tentativa revolu-

cionaria em favor de ideas constitucionaes. Esses factos, bem estudados, não são mais do que manifestações daquelle mesmo espirito livre que se ia desenvolvendo na população riograndense; e que agora, influenciado por causas especiaes e excitado pelas idéas independentes que percorriam o mundo, procurava adherir ao movimento portuense. Analysando os antecedentes dos insubordinados de 1821, encontramos nelles, não uns simples facciosos, como os qualificára Saldanha, mas sim uns adeptos sinceros das ideas revolucionarias da epoca.

Os riograndenses acabavam de fazer a campanha de 1816, que durou cinco annos. Voltavam cobertos de gloria e de prestigio. As victorias alcançadas contra Artigas tornaram-os conhecidos em toda a provincia e em todo o paiz. Muitos delles alcançaram postos elevados no exercito e conquistaram a confiança dos seus camaradas. Manoel Marques de Souza, José de Abreu, Bento Gonçalves, eram conhecidos e apontados como typos do valor e do patriotismo. A classe militar era, pois, a mais respeitada, a mais conceituada mesmo. Fortes com a estima da provincia e orgulhosos dos seus feitos de armas e de sua fama, começaram os militares mais prestigiosos a communicar

entre si idéas exaltadas, e foram formando nucleos dirigidos no sentido de um novo regimen politico. Pouco a pouco as opiniões foram-se manifestando mais francas e lavrando mais desinvoltas pela classe popular. Por essa occasião chega á Provincia a noticia da revolução do Porto. Em breve ella percorre todas as classes; e na confusão que naturalmente envolveu a todos, os militares põem-se á frente do povo dirigindo o movimento. O governo era então exercido interinamente por um triumvirato. Indeciso e perplexo elle procura illudir as justas aspirações populares, adiando para o dia 30 de abril o juramento da futura constituição portugueza. Mas, a tropa e o povo amotnam-se e exigem em altos brados o juramento immediato da constituição no memoravel dia 26 de abril de 1821. Pelas duas horas da madrugada estavam na praça, em frente á residencia do governo, o batalhão de infantaria e artilheria armado e municiado de polvora e balas, conduzindo duas bocas de fogo. Ao som de rebate reuniram-se-lhe immediatamente todos os outros corpos existentes em Porto-Alegre e fizeram comparecer á sua presença o ouvidor da comarca, o juiz de fóra, o conego vigario geral e o desembargador Luiz Cor-

rêa Teixeira de Bragança. E depois, obrigando-os a irem trazer o governo interino, a camara e o clero, fizeram jurar a constituição no meio da praça, ao raiar da aurora, que foi salvada com vinte e um tiros. Inaugurava-se assim, por um acto de energia popular, o desmoronamento do antigo regimen.

Mas, o militarismo, como força destruidora que é, mostrou-se incapaz de crear uma nova ordem de cousas e deixou-se illudir pelas promessas arrancadas á queima roupa, no despertar de um somno, ao governo, á camara e ao clero. Em vez de depol-os a todos e eleger uma junta governativa como a do Pará, elle contentou-se com um juramento vago e sem garantias. Se deu uma prova de independencia e coragem, foi entretanto victima da sua incapacidade. O governo, assim que viu serenados os animos, procurou livrar-se dos militares revolucionarios, e facilmente nullificou-lhes a força, dividindo-os em destacamentos pelo Rio Grande e pelas fronteiras.

Este acto do triumvirato não satisfez entretanto á opinião publica. O problema da governação livre continuava ainda ameaçador e preocupava todos os espiritos. Uma nova circumstancia veio complical-o e apressar ao mesmo tempo a sua solução.

Acabava de chegar a Porto Alegre, nomeado capitão general do Rio Grande, D. João Carlos de Saldanha, que tomou posse do governo a 20 de agosto de 1821. Saldanha era um portuguez dedicado a D. João VI. As idéas modernas de systema representativo tinham sido aceitas por elle unicamente porque D. João VI a ellas se submettêra. Aulico do rei, elle procurava servil-o ainda mesmo contra os interesses do povo que governava. Chegando á Porto Alegre exactamente na occasião da crise provocada pela sêde de liberdades politicas, pretendeu vencel-a, subjuga-la. Immediatamente conquistou a antipathia do militarismo, que de novo poz-se alerta. Desta vez, porém, o militarismo nem conseguiu reunir o povo. O coronel de milicias Antero José Ferreira de Brito, ajudante de ordens do tenente general Manoel Marques de Souza, convidou diversos cidadãos, muitos camaradas e commerciantes para uma grande reunião, onde se discutiria a fórma de um novo governo pondo a baixo o existente. Apparece então o desejo de uma junta governativa. Mas quando a revolta estava prestes a re-bentar, foi ella denunciada ao capitão general Saldanha, que se achava nas Missões, e que voltando a toda a pressa conseguiu

desviar os intentos revolucionarios prendendo e remettendo para a côrte o coronel Antero e o tenente general Manoel Marques, que era accusado de proteger o seu ajudante de ordens. O movimento continuou na cidade do Rio Grande, mas foi facilmente dominado. A agitação do espirito publico, porém, era cada vez mais crescente. Não era mais possivel destruir conspirações que se formavam com o fim de mudar o governo. O proprio Saldanha não se achava tranquillo, Escrevendo para o Rio, elle dizia num dos seus officios que não se compromettia a tomar sobre si a responsabilidade de qualquer desagradavel successo futuro, se acaso não fosse mudada a fórma de governo. Finalmente a 22 de fevereiro de 1822 é acclamada pelo povo e tropa a junta governativa composta de um presidente, um vice-presidente, dois secretarios dos negocios da guerra e da politica, e mais cinco membros, ficando ao presidente as attribuições de general das armas e a presidencia da junta da fazenda publica e da junta da justiça. O presidente ficou sendo o brigadairo João Carlos de Saldanha, e o vice-presidente o marechal de campo João de Deus Menna Barreto.

Estavam satisfeitas as aspirações po-

pulares. Um novo conflicto, porém, surgiu, e desta vez no seio da propria junta governativa. Enquanto o principe D. Pedro obedecia á côrte portugueza, o brigadeiro Saldanha foi-lhe sempre fiel e obediente. Mas D. Pedro havia mudado. Entre o povo brasileiro e o portuguez elle optára pelo primeiro, desobedecendo ao Congresso portuguez, que o chamava para a Europa. Levantou-se então em todo o Brazil a lucta entre portuguezes e brasileiros. O brigadeiro Saldanha, vendo que perigava o partido do seu amo e rei D. João VI, declarou não adherir á causa do Brazil, requereu aos seus collegas da junta a demissão de todos os cargos que exercia na Provincia e pediu passaportes para Montevideu. Mas, a junta receiando que o brigadeiro Saldanha procurasse dispor os animos á favor da causa portugueza, negou-lhe por tres vezes os passaportes pedidos, até que finalmente chegaram ordens de D. Pedro chamando ao Rio o brigadeiro Saldanha (1). Este brigadeiro partiu para aquella cidade no dia 29 de setembro de 1822, escoltado pelo coronel

(1) D. João Carlos Saldanha de Oliveira Daun foi o ultimo capitão general do Rio Grande. Deixando o Brazil, partiu para Portugal onde mais tarde foi marechal e duque de Saldanha. Falleceu a 21 de novembro de 1876 em Londres, onde era embaixador de Portugal.

graduado e ajudante de ordens da junta, Manoel Carneiro da Silva Fontoura.

Com a partida de Saldanha terminaram os receios de desordens; e, proclamada a independencia do Brazil a 7 de setembro, a Provincia adheriu a ella sem a menor resistencia por parte das autoridades, porque estas, exceptuado o brigadeiro Saldanha, foram sempre partidarias da nova nacionalidade brasileira.

A junta governou tranquillamente até 8 de março de 1824, dia em que foi substituida no governo pelo primeiro presidente da Provincia, o desembargador José Feliciano Fernandes Pinheiro (1).

(1) Fernandes Pinheiro tinha ja desempenhado diversos cargos publicos no Rio Grande. Fôra auditor dos regimentos, procurador da corôa e fiscal da real junta da fazenda. Mais tarde foi escolhido senador do Imperio e nomeado visconde de S. Leopoldo.

A COLONIZAÇÃO ALIENA

O estudo da colonização aliéna tem sido objeto de grande interesse para os biólogos, especialmente para os que se ocupam de ecologia e de evolução. A colonização aliéna é o processo pelo qual organismos de uma espécie se estabelecem em um novo território, geralmente fora de sua área de distribuição natural. Este processo pode ocorrer de diversas maneiras, como por exemplo, através de dispersão natural, introdução acidental ou intencional por parte do homem. A colonização aliéna pode ter consequências importantes para a biodiversidade e para a estrutura das comunidades locais.

Um dos aspectos mais interessantes da colonização aliéna é a sua capacidade de promover mudanças na composição e na estrutura das comunidades locais. Quando uma espécie aliéna é introduzida em um novo território, ela pode competir com as espécies nativas por recursos limitados, como alimento e espaço. Isso pode levar à exclusão das espécies nativas e à redução da biodiversidade. Além disso, a colonização aliéna pode alterar a estrutura das comunidades locais, afetando a dinâmica das populações e a interação entre as espécies.

No entanto, a colonização aliéna também pode trazer benefícios para as comunidades locais. Algumas espécies aliéneas introduzidas podem desempenhar papéis importantes na manutenção da biodiversidade e na regulação das populações de espécies nativas. Por exemplo, a introdução de predadores aliéneos pode ajudar a controlar as populações de espécies nativas que estão sob ameaça de extinção. Além disso, a colonização aliéna pode promover a diversidade genética e a adaptação das espécies nativas a novas condições ambientais.

Portanto, o estudo da colonização aliéna é fundamental para entendermos a dinâmica das comunidades locais e a conservação da biodiversidade. É importante que os biólogos continuem a investigar os mecanismos e as consequências da colonização aliéna, a fim de desenvolver estratégias eficazes para a gestão e a conservação dos ecossistemas.

XV

A COLONISAÇÃO ALLEMÃ

E' sem duvida um facto de grande importancia na historia riograndense a entrada de colonos europeus da raça germânica na Provincia. Não so esses colonos vieram trazer um accrescimo notavel á população, como tambem vieram garantir a divisão do trabalho, dedicando-se exclusivamente á agricultura. Na epoca em que os allemães chegaram, os esforços dos productores riograndenses eram absorvidos quasi totalmente pela criação de gados. A forte colonização açoriana, transformada ja em população riograndense, tinha perdido os habitos agricultores, entregando-se á criação, da qual provinham lucros mais rendosos. Os estancieiros plantavam unicamente o ne-

cessario ao consummo diario. Por toda a parte o trabalho ia unificando-se na criação dos gados, tornando impossivel o emprego de forças em outra direcção qualquer. A exportação do trigo, que era o genero principal produzido pela lavoura riograndense, baixava annualmente de um modo consideravel e tendia a desapparecer completamente. Em 1824 a colheita do trigo era ja considerada miseravel, sendo desprezada desde então por quasi todos. Nessa epoca os generos que alimentavam a exportação eram em sua maior parte productos das xarqueadas.

Foi nessas circumstancias que a colonização allemã veiu encontrar a provincia. Composta em sua totalidade de agricultores morigerados e laboriosos, ella entregou-se immediatamente á cultura das terras, equilibrando por esse modo a producção, que desde essa epoca tornou-se consideravelmente variada. Mas, antes de produzir todos os resultados beneficos de que hoje goza a provincia, a colonia allemã atravessou diversas phazes no seu desenvolvimento, das quaes estudaremos aqui unicamente a primeira, que de 1824 vai até 1835.

Desde o reinado de D. João VI existia ja nas alturas governamentaes o desejo

de ir-se pouco a pouco transformando o trabalho escravo em livre, por meio da colonização europea. Havia mesmo o governo contractado trabalhadores allemães e suissos, que chegaram a fundar as colonias de Santo Agostinho (1812), no Espirito Santo; a de Santa Leopoldina (1818), na Bahia; e a de Nova Friburgo (1819), na provincia do Rio. Essas colonias eram, porém, meros ensaios. A verdadeira epoca inicial da corrente immigratoria allemã para o Brazil é precisamente aquella em que chegaram os primeiros colonos destinados ao Rio Grande; porque, como diz Adalberto Jahn, foram elles os que deram resultados extraordinarios, que fazem honra ao nome allemão. Se as primeiras tentativas (1812) fossem feitas no Rio Grande, é provavel que a immigração tomasse, desde o principio, o impulso notavel que so mais tarde apresentou. Mas, nessa epoca o governo, auxiliado pelos filhos da Provincia, sustentava a guerra do Estado Oriental, e não podia, portanto, occupar-se em colonizal-a. So doze annos mais tarde foi que lembrou-se o Estado de que o clima do Rio Grande era o mais proprio para colonos europeus. Então, juntamente com soldados para o exercito, mandou D. Pedro contractar colonos para povoarem o sul do

paiz. Chegaram elles a Porto Alegre no dia 18 de julho de 1824, sendo presidente da provincia e desembargador José Feliciano Fernandes Pinheiro.

Esses colonos vinham engajados de baixo das seguintes condições: viagem livre do logar do embarque até á colonia; concessão do direito de cidadão brasileiro depois da chegada ao Brazil; tolerancia na pratica da sua religião; doação de um lote de terras medidas e demarcadas, contendo de área 400 braças quadradas; fornecimento gratuito de cavallos, gado, etc.; concessão de subsidios por espaço de dous annos; dispensa do serviço militar durante os primeiros dez annos e finalmente izempção de impostos pelo mesmo tempo. Os colonos eram obrigados unicamente a não vender durante os primeiros dez annos os seus prazos coloniaes, a cultival-os e habital-os. Essas vantagens eram as mais favoraveis possiveis ao immigrante, que confiado unicamente nellas decidiu-se a engajar-se para o Brazil. A essas circumstancias beneficis á colonização ajuntou-se tambem a qualidade excellente das terras concedidas. Situadas á quatorze leguas de Porto Alegre, são perfeitamente irrigadas pelas aguas do Rio dos Sinos, navegavel em toda a sua extensão.

A sua fertilidade era ja tradicional. Era nellas que estava estabelecida a real feitoria do linho canhamo, que chegou a produzir abundantemente, mas que não vingou por causa das más administrações que teve. Dos prazos coloniaes á Porto Alegre a viação era feita pelas aguas do Rio dos Sinos. Esta facilidade de communicação directa com a principal praça consumidora dos generos coloniaes, era tambem de enorme vantagem para os colonos. O local foi portanto o mais apropriado de que o Estado podia lançar mão. Tudo era favoravel ao desenvolvimento e á aclimação do povo germanico no Rio Grande. Os colonos foram recebidos com regozijos pela população portoalegrense e pelo presidente da provincia, que mandou fornecer-lhes todas as commodidades e mantimentos que requeriam os primeiros dias. A real feitoria foi abandonada, os escravos que lá existiam foram remettidos para a côrte, e as ferramentas de que estes se serviam passaram para as mãos dos allemães (1). O mesmo antigo inspector da real feitoria José Thomaz de Lima foi nomeado administrador da recente colonia. Realisava-se desse modo, completa e exactamente, nas

(1) Officio de J. F. Fernandes Pinheiro de 23 de julho de 1824 (*Revista do Inst. Hist.* t. XLII parte I.

margens do Rio dos Sinos a aspiração nacional tantas vezes expressa por esta phrase illusoria: substituição do braço escravo pelo livre. Todavia, não queremos dizer com isso que o braço escravo fôra irrevocavelmente banido das colonias. Elle voltou mais tarde sob a fórma de patrimonio, não do Estado, mas dos proprios colonos. Esse facto vem, mais uma vez, pôr em evidencia que os estrangeiros, longe do Brazil, são muito bons abolicionistas e energicos defensores dos direitos do homem, mas que, chegados aqui, esquecem-se dos seus enthusiasmos humanitarios e tornam-se possuidores de escravos tão facilmente como qualquer filho do paiz.

Estabelecidos os colonos sobre as duas margens do Rio dos Sinos, na antiga real feitoria, deram logo começo aos seus trabalhos, preparando as terras e levantando suas habitações. Este primeiro nucleo colonial recebeu o nome de Colonia S. Leopoldo, e continuou sempre a prosperar, vindo a ser mais tarde cabeça de um dos mais ricos municipios do Imperio. Até a epoca da Revolução não foi grande a entrada de colonos, regulando o seu numero a pouco mais de 4.000, como consta do seguinte quadro:

1824.....	126
1825.....	209
1826.....	828
1827.....	1.088
1828.....	99
1829.....	1.589
1830.....	117
	<hr/>
	4.056

Apezar de ter sido iniciada a colonização sob tão felizes auspícios, contudo os seus primeiros estabelecimentos traziam já em si um vício, que mais tarde foi causa de muitos desgostos e de muitas vexações sofridas pelos colonos. As quatrocentas braças que o governo mandou-lhes conceder não tinham sido medidas convenientemente. Os limites da área colonial invadiam propriedades particulares, perfeitamente fundadas em títulos legítimos. Os próprios lotes destinados ás famílias agricolas não tinham sido bem descriminados. Apenas foram medidas as braças da frente, ficando as de traz e dos lados completamente incertas e confundidas. A muitos colonos tinha mesmo o governo somente indicado as terras, sem mandar antecedentemente demarcal-as, como era obrigado pelas leis coloniaes. De todos esses erros do primitivo estabelecimento

resultou muita confusão, dando lugar a reclamações dos particulares, a pleitos continuados, a queixas constantes, que por muito tempo inimizaram os colonos com os proprietarios das terras visinhas. Este estado de desordem, de anarchia territorial e administrativa, affligindo os possuidores de lotes coloniaes, produziu em toda a colonia uma desillusão amarga a respeito do Brazil, desillusão que infelizmente transpirou na Allemanha e que por algum tempo susteve e quebrou a corrente ja estabelecida de emigração para o Rio Grande. Logo depois, apparecendo a guerra civil de 35, cessou completamente a importação de colonos allemães, para so reaparecer depois de terminada a guerra.

XVI

A GUERRA DE 1825

Havia apenas cinco annos que a provincia do Rio Grande gozava de alguma tranquillidade. Tendo atravessado pacificamente a crise politica da independencia brazileira, adherindo espontaneamente ao movimento nacional, ella começava a engrandecer-se pelo trabalho proficuo de seus filhos. A colonização allemã recentemente encetada promettia-lhe um futuro próspero. Todas as esperanças de riqueza particular e publica começavam a firmar-se. A campanha cobria-se rapidamente de povoações florescentes, as estancias laboravam numa vida abundante e descuidada, as xarqueadas multiplicavam-se, o commercio alargava-se conquistando sempre novos mercados consumidores dos generos da provincia, as rendas publicas tomavam um incremento notavel. Em fim, a Provincia começava a

tornar-se respeitada entre as suas irmãs pelo seu adiantamento, quando de novo foram os riograndenses solicitados pelo Imperio para uma guerra antipathica, antipolitica e vergonhosa. Procuraremos dar uma noticia succinta dos feitos mais importantes dessa guerra, que trouxe grandes revezes para as armas imperiaes, e que de certo foi um castigo duro, exemplar e justo infligido pela soberania oriental á unica monarchia da America.

A usurpação da Banda Oriental militarmente apprehendida, para satisfazer as ambições vaidosas do leviano principe regente D. João VI, continuou a ser sustentada por seu filho D. Pedro I, que, proclamando a independencia do Brazil, declarou tambem manter a incorporação do Estado Oriental. Este paiz, porém, estava ja desiludido dos seus dominadores. As causas que o levaram a procurar a protecção portugueza estavam exaustas. Por toda a parte reinavam a paz e a ordem, e com ellas despertava-se o desejo de dispensar os auxilios do Imperio. Em 1825 quasi toda a população oriental era a favor da independencia. O governo do imperador, porém, não percebia a depressão que ia soffrendo o seu prestigio; e, em vez de facilitar o movi-

mento revolucionario e nacional que despontava no coração do povo uruguayo, elle impoliticamente collocou-se em estado adverso, procurando dominar e sujeitar a situação que se creava. Nasceu dahi exactamente o contrario do que esperava a politica do primeiro imperador. Os patriotas orientaes, vendo a persistencia com que o gabinete de D. Pedro I mantinha o territorio uruguayo, determinaram libertal-o a todo o risco. Por essa epoca existiam em Buenos-Aires muitos orientaes animados ardentemente do desejo de ver a Banda Oriental purgada dos conquistadores. O governo da Republica Argentina e o povo argentino favoreceram e animaram a esses ardentes patriotas, fornecendo-lhes armas, dinheiro, munições, meios de transportes, etc.

Emfim, a 19 de abril de 1825 trinta e tres orientaes desembarcaram de madrugada no arroio dos Ruizes, no districto da Agraciada, e iniciaram o movimento revolucionario, proclamando a independencia do Estado Oriental e a sua incorporação ás Provincias Unidas do Rio da Prata. Immediatamente toda a população da campanha mostrou-se favoravel á independencia. O coronel D. Antonio Lavalleja, commandante em chefe dos independentes, começou as

suas operações aprisionando grupos de soldados brasileiros, e captivando a amizade e adhesão de Fructoso Rivera, que até ali se tinha conservado fiel ao Imperio. Manifestado tão accentuadamente o impulso revolucionario, cumpria ao governo imperial fazer retirar suas tropas do Uruguay, satisfazendo desse modo as aspirações do paiz. Mas, uma vez cahido nos primeiros erros, elle deixou-se arrastar pelos outros, e foi levado a fazer a guerra aos orientaes. O general Lecór, que ainda governava em Montevideu, vendo-se ameaçado de serios perigos, requereu auxilios ao commandante das armas do Rio Grande, que então era o brigadeiro José de Abreu. Este general riograndense, ja celebre pelas suas victorias alcançadas nas guerras de 1811 e 1816, reuniu os soldados que poude e marchou para o Estado Oriental na direcção de Mercedes. Depois de pequenas victorias alcançadas pelos soldados riograndenses, a fortuna das armas começou a inclinar-se para os independentes, tornando essa guerra uma verdadeira enfiada de derrotas e decepções para o exercito imperial. Logo no começo da campanha, duas victorias importantes pelas suas consequencias alcançaram os republicanos. A primeira foi a do Rincão

do Haêdo ou Rincão das Gallinas, onde, a 24 de setembro, foram completamente derrotados os coroneis Jeronymo Gomes Jardim e José Luiz Menna Barreto, ficando este morto no campo do combate. A segunda foi a do Sarandy, alcançada pelos orientaes contra Bento Manoel no dia 12 de outubro. Lavalleya achava-se acampado em Santa Luzia, quando soube que Bento Manoel atravessava a campanha com direcção ao norte, para se reunir com as forças de Bento Gonçalves, que vinham do Rio Grande. Lavalleya, sem perda de tempo, reúne as suas tropas, parte com os soldados dos irmãos Oribe, e, encontrando-se com Fructuoso Rivera na cochilha do Sarandy, estende sobre ella a linha dos seus soldados esperando o inimigo. Era o dia 12 de outubro. Bento Manoel ainda estava a uma legoa de distancia. Quando chegou, trazia os cavallos cansados e os soldados fatigados. Sabendo que o inimigo era muito superior em numero, não teve a prudencia de evitar a victoria, e pretendeu ganhar-a apenas com 1.500 homens, quando Lavalleya tinha sob as suas ordens 2.400 soldados. Bento Manoel commetteu ainda a leviandade de entrar em combate sem o auxilio da divisão de Bento Gonçalves, julgando que por si so podia dar

cabo da Revolução Oriental. Lavalleja com os seus soldados perfeitamente descansados, com as posições escolhidas, esperou tranquillo o inimigo. Foi-lhe facil a victoria. Bento Manoel, tendo feito carregar sobre os contrarios, foi por sua vez carregado, perseguido e completamente derrotado.

As derrotas do Rincão e de Sarandy puzeram a campanha em poder do inimigo, e produziram em Buenos-Airés um entusiasmo estrondoso. Por toda a parte os republicanos eram acclamados e victoriados. Foi então que o governo da Republica Argentina decidiu-se a intervir francamente na lucta, protegendo publicamente a causa oriental. Nesse sentido participou ao governo brasileiro que reconhecia a Banda Oriental incorporada de facto ás Provincias Unidas do Rio da Prata. O governo do imperador respondeu-lhe com uma declaração de guerra a 10 de dezembro de 1825.

Depois da acção de Sarandy, os combates tornaram-se rarissimos. O inimigo retirou-se para o Uruguay e occupou-se unicamente em recrutar soldados e reorganizar o exercito. Os nossos conservavam-se inactivos em Montevideu e na fronteira do Rio Grande. Durante todo o anno de 26 os dois inimigos permaneceram tranquillos

nós seus quartéis, tendo havido unicamente algumas pequenas escaramuças no Serro Largo em S. Thereza. Ao iniciar-se a campanha contra a Republica Argentina o governo imperial commettêra a injustiça de demittir o general José Abreu do commando das armas da provincia, attribuindo a esse valente e illustre riograndense a responsabilidade do combate de Sarandy, no qual elle não tomou parte. O general Lecór foi tambem demittido do governo de Montevideu. Entretanto, apezar dessas demissões, a guerra não continuava. O imperador, inquieto com semelhante procedimento dos seus generaes, decidiu-se vizitar a Provincia e examinar pessoalmente o estado do exercito e o theatro das operações. Pouco tempo, porém, demorou-se no sul, por ter fallecido na côrte a Imperatriz. D. Pedro antes de partir para o Rio nomeára general em chefe do exercito a Felisberto Caldeira Brant Pontes, marquez de Barbacena ; e deixára como presidente da Provincia o brigadeiro Salvador José Maciel.

O general em chefe tratou logo de seguir para S. Anna, onde tomou posse do commando militar a 10 de janeiro de 1827. Por esse tempo vivia em Porto Alegre esquecido e maltratado pelo governo aquelle

que outr'ora tanto contribuíra nas guerras de 1811 e 16 para as numerosas victorias do exercito brasileiro. Era José de Abreu, que o governo demittira, e que não se lembrára mais de occupar no exercito. Entretanto aquelle honrado militar não poude tranquillo ver invadida a sua provincia. Offereceu-se para reunir voluntarios, que sob o seu commando foram incorporar-se ao exercito.

A estada de D. Pedro no Rio Grande havia cauzado enorme abalo nas Provincias Unidas, porque tinha sido espalhado o boato de que o imperador trouxera comsigo um grande exercito disciplinado e forte. Este boato fez com que D. Carlos Alvear, chefe das tropas inimigas, se decidisse a invadir immediatamente o Brazil, para não ser surprehendido pelo supposto exercito do imperador. A fronteira riograndense offercia a maior facilidade para uma invazão, porque a incapacidade de Barbacena havia-o feito concentrar todo o exercito em Santa Anna, tendo deixado apenas em Jaguarão alguns soldados allemães commandados pelo marechal de campo Gustavo Henrique Brown. D. Carlos Alvear, conhecendo as posições inimigas, começou a fazer marchas forçadas, na intenção de penetrar em Bagé e evitar a

juncção das forças de Barbacena com as de Brown. E de tal modo foi rapida a sua marcha, que ja no dia 23 de janeiro entravam em Bagé as guardas avançadas de Lavalleja, destruindo tudo quanto encontravam, quebrando as portas das casas, arrombando-as, saqueando a povoação, destruindo-a e inutilizando tudo. Em Bagé demorou-se o grosso do exercito até o dia 31. Emquanto o inimigo realisava incolume e rapidamente a sua marcha invazora, o marechal Brown conseguia incorporar-se ás forças de Barbacena, que ja tinham deixado Santa Anna e achavam-se no arroio das Palmas, esperando o inimigo. A posição que o marquez escolhêra era eminentemente estrategica, protegida por um terreno escabrozo e de difficil accesso á cavallaria. D. Carlos Alvear, não querendo arriscar-se em atacar o exercito imperial numa posição tão defensavel, dirigiu-se para S. Gabriel occultando os seus movimentos. Pelo caminho foi fazendo grandes e importantes prezas, chegando a apoderar-se em S. Gabriel de muitas munições, petrechos de guerra e mais de 6.000 cavallos, que foram excellentes substitutos para os ja cansados e estropiados que montavam os seus soldados. Completamente refeitos de armamentos, de vestuario e de

cavallhada, os orientaes-argentinos deixaram S. Gabriel e dirigiram-se para o norte na direcção de Cacequy. O marquez de Barbacena, vendo o inimigo proseguir em marchas continuas, teve a ingenuidade de acreditar que elle fugia! E dessa crença vã e pueril procedeu talvez a derrota de Ituzaingô.

Convencido da supposta fuga de Alvear, o marquez abandona a excellente posição do arroio das Palmas, fórça as marchas, faz trotar o exercito, galopa, e, afinal, chega a S. Gabriel, quando ja o inimigo havia descansadamente partido! D. Carlos Alvear, sentindo-se perseguido e adivinhando a ingenuidade do marquez, procura illudil-o e embaraçal-o ainda mais, abandonando de proposito pela estrada diversos documentos em que o numero dos seus soldados e a direcção do exercito estavam falsificados, e intencionalmente combinados. Desde então o marquez de Barbacena começou a caminhar rectamente para a sua perda. Sahiu de S. Gabriel com toda a brevidade, e tendo noticia que o inimigo passava o S. Maria, tomou a direcção desse rio, sempre suppondo que o tempo escasseava para apanhar os fugitivos. Quando Alvear chegou ao Cacequy, o exercito brasileiro estava-lhe a duas

legoas de distancia somente. O general inimigo, que durante a marcha ja tinha escolhido o logar para o combate, retrocedeu velozmente do Cacequy pela margem direita do S. Maria, foi occupar as posições anteriormente escolhidas, e para animar ainda mais a perseguição do marquez, fez uma parte do seu exercito rodear o S. Maria. O marquez, sendo avisado por soldados propositalmente enviados por Alvear, de que as tropas orientaes operavam a passagem do rio, julgou poder surprehendel-as nessa operação.

A' noite, quando a lua principiou a assumir no horizonte, o marquez deu ordem de marchar. Ao mesmo tempo D. Carlos Alvear deixava o S. Maria e procurava encontrar-se com o marquez. Na madrugada de 20 de fevereiro os dois exercitos achavam-se em Ituzaingô na presença um do outro. Alvear, que havia chegado primeiro, tomára as posições convenientes. O seu exercito composto de 10.500 homens estava descansado, perfeitamente apparelhado para entrar em combate. O do marquez estava tambem perfeitamente apparelhado para... ficar fóra de combate. A grande tactica militar do marquez, a sua fina e espartissima estrategica haviam conseguido este re-

sultado assombroso : collocar de chofre cinco mil brasileiros, mortos de cansaço, varados de fome, com vinte e quatro horas de marchas acceleradas e quarenta e oito de penosissimo jejum forçado, na frente de 10.500 orientaes, promptos, não so a combaterem, mas a morrerem pela liberdade de sua patria! O valente riograndense José de Abreu, que ia na vanguarda, foi o primeiro a encetar a peleja, batendo-se com as guardas avançadas do inimigo. Infelizmente, porém, confundindo-se a sua cavallaria com a do inimigo, recebeu uma forte descarga da infantaria brasileira, que apanhou o general Abreu e o deixou morto no campo da batalha. Onze horas durou a peleja. O exercito imperial, assoberbado pela superioridade numerica do argentino, foi obrigado a retirar-se, deixando 330 pessoas inutilizadas incluindo mortos, feridos e prisioneiros. Apesar de derrotado, o marquez conseguiu fazer uma retirada até o passo de S. Lourenço no rio Jacuhy. O inimigo perseguiu-o unicamente até S. Gabriel; pelo que, não se póde dizer que a victoria de Ituzaingô faça muita honra ao exercito de Alvear.

A batalha de Ituzaingô deixou exhaustos dois belligerantes. O argentino não ousou continuar a guerra por falta de in-

fantaria e de cavallos. O brasileiro conservou-se inactivo quasi por identicas circumstancias. O imperador demittiu o marquez de Barbacena, e nomeou o general Lecór commandante em chefe do exercito. Contudo a guerra, depois da batalha de Ituzaingô, limitou-se a pequenos encontros sem consequencias importantes. A Republica Argentina, apezar de julgar-se vencedora, foi entretanto obrigada a solicitar a paz, porque o seu estado de guerra civil, em que ja se achavam envolvidas algumas provincias, impossibilitava-a de levantar tropas sufficientes a manter as operações contra o Brazil.

Foi então que o seu presidente Rivadavia mandou ao Rio de Janeiro o enviado extraordinario Manoel José Garcia com o fim de estabelecer uma paz honroza para a Republica. O governo do imperador, porém, persistiu em conservar incorporado ao Brazil o territorio do Estado Oriental. Garcia commetteu a imprudencia de satisfazer a vontade do imperador, e firmou nesse sentido a convenção preliminar de 24 de maio de 1827, que despertou contra si todas as coleras dos povos do Prata, e que foi solememente regeitada pelo governo de Buenos-Aires. A guerra ia renovar-se outra vez, e ja a marinha nacional a tinha

começado nas aguas do Prata, quando o ministro inglez offereceu-se para mediador entre os dois belligerantes, e conseguiu que fossem feitas as pazes pelos tratados de 27 de agosto de 1828. O Estado Oriental foi reconhecido nação independente, podendo escolher o governo que lhe approuvesse.

Assim terminaram as lutas com os nossos visinhos do Prata, que tão grandes provas deram do seu amor á liberdade e ao solo natal. D. João VI e D. Pedro I são os unicos responsaveis perante a Historia dessas lutas barbaras, que interromperam por muitos annos a marcha da civilização de dois povos nascentes e deixaram exaurida, devastada, semi-morta a provincia do Rio Grande, que viu as suas cidades pilhadas, varejadas, incendiadas, familias perseguidas, acutiladas, os cofres provinciaes sugados, as estancias dezertas e atapéradas; finalmente que viu os seus filhos, que eram a flor do exercito brasileiro, desprestigiados, derrotados, sob o commando de chefes ineptos e ao serviço de causas retrógradas, anticivilizadoras e deshonoras para as nações. Foram esses os resultados das ambições do rei absoluto e do imperador constitucional.

Autoridades superiores do Rio Grande

DESDE 1737 ATÉ 1835

COMMANDANTES MILITARES	EPOCA
José da Silva Paes, brigadeiro.....	1737-1739
André Ribeiro Coutinho, mestre de campo	1739-1740
Diogo Ozorio Cardozo, coronel.....	1741-1752
José da Silva Paes, brigadeiro * (maio a julho).....	1752
Paschoal de Azevedo, tenente-coronel.....	1752-1760
GOVERNADORES	
Ignacio Eloy de Madureira, coronel.....	1760-1763
Luiz Manoel da Silva Paes, tenente-coro- nel*.....	1763-1764
José Custodio de Sá e Faria, coronel.....	1764-1769
José Marcellino de Figueiredo, coronel....	1769-1771
Antonio da Veiga de Andrade, tenente- coronel*.....	1771-1773
José Marcellino de Figueiredo, brigadeiro	1773-1780
Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Ca- mara, brigadeiro e depois tenente ge- neral.....	1780-1801
Rafael Pinto Bandeira, brigadeiro*.....	1784
Joaquim José Ribeiro da Costa, coronel*..	
Francisco João Roscio, brigadeiro e enge- nheiro*.....	1801-1803
Paulo José da S. Gama, chefe de esquadra.	1803-1809
CAPITÃES-GENERAES	
D. Diogo de Souza, conselheiro e depois conde do Rio Pardo.....	1809-1814
Luiz Telles da Silva, marquez d'Alegrete.	1814-1818
D. José de Castello Branco Corrêa e Cunha Vasconcellos e Souza, conde da Figueira	1818-1820
Governo interino exercido por Manoel Marques de Souza, tenente general; Joaquim Bernardino de Sena Ribeiro da Costa, ouvidor; e Antonio José Ro- drigues Ferreira, vereador.....	1820-1821

NOTA.—O asteristico indica governo interino.

D. João Carlos Gregorio Domingos Vicente Francisco de Saldanha Oliveira e Souza Daun, depois duque de Saldanha	1821-1822
Junta governativa composta dos — Presidente, João Carlos de Saldanha, brigadeiro; vice-presidente, João de Deus Menna Barreto, marechal de campo; secretario dos negocios politicos, Manoel Maria Ricalde Marques; secretario dos negocios da guerra, José Ignacio da Silva, brigadeiro. Membros da junta: Felix José de Mattos, brigadeiro; Manoel Alves dos Reis Louzada; Fernando José de Mascarenhas Castello Branco, vigario do Rio Pardo; Francisco Xavier Ferreira; José Teixeira de Matta Baccellar, desembargador.....	1822-1824
PRESIDENTES	
José Feliciano Fernandes Pinheiro, desembargador e depois visconde de S. Leopoldo.....	1824-1826
José Egydio Gordilho de Barbuda, brigadeiro.....	1826
Salvador José Maciel, brigadeiro.....	1828-1829
Antonio Vieira da Soledade, vigario, vice-presidente.....	1829
Caetano Maria Lopes Gama, visconde de Maranguape.....	1829-1831
José Carlos Pereira de Almeida Torres, desembargador, visconde de Macahé.....	1831
Americo Cabral de Mello, doutor, vice-presidente.....	1831
Manoel Antonio Galvão, desembargador...	1831-1833
José Mariani, desembargador.....	1833-1834
Antonio Rodrigues Fernandes Braga, doutor	1834-1835

Esta lista das autoridades do Rio Grande foi coplada de uma outra organizada pelo illustrado e distincto riograndense o Sr. Antonio Alvares Pereira Coruja.

MAPPA DAS IGREJAS

FUNDADAS NA PROVINCIA ATÉ O ANNO DE 1835

LOCALIDADES	INVOCAÇÃO	ANNO DA FUN- DAÇÃO
S. Antonio.....	S. Antonio da Patrulha...	1725
Rio Grande.....	S. Pedro.....	1787
Conceição do Arroio.	N. Senhora da Conceição do Arroio.....	1742
Viamão.....	N. S. da Conceição.....	1750
Rio Pardo.....	N. S. do Rozario.....	1750
Triumpho.....	S. ^{or} B. Jesus do Triumpho.	1754
Aldêa de Viamão.....	N. Senhora dos Anjos.....	1761
Cima da Serra.....	N. Senhora da Oliveira da Vaccaria.....	1761
S. Amaro.....	Santo Amaro.....	1763
Taquary.....	S. José de Taquary.....	1764
Estreito.....	N. Senhora da Conceição.	1765
Porto Alegre.....	N. S. Madre de Deus (cat.)	1772
Rio Pardo (suburbios)	S. Nicolau.....	1772
Cachoeira.....	N. S. da Cachoeira.....	1772
Bôa Vista.....	Santa Anna.....	1772
Mostardas.....	S. Luiz das Mostardas.....	1773
Rio Grande.....	N. S. do Carmo.....	1780
Encruzilhada.....	Santa Barbara.....	1780
Rio Grande.....	S. Francisco.....	1781
Povo Novo.....	N. S. das Necessidades....	1785
Tahim.....	N. S. da Conceição.....	1785
S. José do Norte.....	N. S. dos Navegantes.....	1785
Rio Pardo.....	S. Francisco.....	1785
Piratinny.....	N. S. da Conceição.....	1791
Cima da Serra.....	S. Francisco de Paula.....	1793
Porto Alegre.....	N. S. das Dores.....	1800
Caçapava.....	N. S. da Assumpção.....	1800
Herval.....	S. João Baptista.....	1800
Cangussú.....	N. S. da Conceição.....	1800
Jaguarão.....	Divino Espirito Santo.....	1801
Arroio Grande.....	N. S. da Graça.....	1803

Rio dos Sinos.....	Santa Anna.....	1806
Pelotas.....	S. Francisco de Paula.....	1812
Boca do Monte.....	Santa Maria.....	1812
Bagé.....	S. Sebastião.....	1812
Alegrete.....	N. S. da Conceição da Ap- parecida.....	1814
Rio Pardo.....	N. Senhor dos Passos.....	1815
S. Gabriel.....	S. Gabriel.....	1815
Porto Alegre.....	N. S. do Rozario.....	1817
Porto Alegre.....	N. Senhor dos Passos.....	1818
Camaquam.....	S. João Baptista.....	1820
Camaquam.....	N. S. das Dores.....	1821
Torres.....	S. Domingos.....	1821
Pelotas.....	N. S. da Luz.....	1821
Cruz-Alta.....	Divino Espirito Santo.....	1821
Costa do Camaquam..	S. José do Patrocinio.....	1821
Serrito de Cangussú..	N. S. do Rozario.....	1822
Santa Anna.....	S. ^{ta} Anna do Livramento.	1824
Boqueirão.....	N. S. da Conceição	1826
Serra da Boena.....	N. S. da Consolação.....	1827
S. Leopoldo.....	N. S. da Conceição.....	1828
Districto do Viamão.	N. S. de Belem.....	1832
Entrada da Serra.....	S. Martinho.....	1832

QUADRO DA POPULAÇÃO

Em 1814 a população da provincia constava de 70.656 habitantes repartidos do seguinte modo:

LOCALIDADES	POPULAÇÃO
Rio Pardo	10.445
Cachoeira	8.255
Missões	7.951
Porto Alegre	6.111
Cangussú	3.808
Piratiný	3.673
Serrito	3.609
Rio Grande	3.590
Triumpho	3.450
S. Antonio da Patrulha	3.103
Viamão	2.816
N. Senhora dos Anjos	2.653
Pelotas	2.419
S. Amaro	1.884
Estreito	1.758
Taquary	1.714
Conceição do Arroio	1.648
Mostardas	1.151
Vaccaria	1.101
	70.656

A população até 1822 apresentou o desenvolvimento seguinte:

1804.....	36.721
1814.....	70.656
1819.....	79.137
1822.....	106.196

BIBLIOGRAPHIA

- Visconde de S. Leopoldo**—Annaes do Rio Grande do Sul. 1.^a ed. 1819, e 2.^a 1839.
- Domingos de Araujo e Silva**—Diccionario hist. e geogr. do Rio Grande do Sul. 1865.
- Nicolau Dreys**—Noticia descriptiva do Rio Grande do Sul. 1839.
- Adalberto Jahn**—As colonias de S. Leopoldo. 1871.
- Dr. Accurcio Garcia Ramos**—Noticia do Archipelago dos Açores. 1869. — Revista Trimensal do Instituto Historico Brasileiro.
- V. de Porto Seguro**—Historia Geral do Brazil. 2.^a ed.
- R. Southey**—Historia do Brazil. 1862.
- Ayres do Casal**—Corographia Brazilica. 1817.
- Pereira da Silva**—Historia da Fundação do Imperio Brasileiro. 1877.
- A. Eleuterio de Camargo**—Quadro estatistico e geogr. do Rio Grande. 1865.
- A. D. De P.**—Apuntes para la Historia de la Republica O. 1864.
- Conego J. P. Gay**—Hist. da Republica Jesuitica do Paraguay. 1863.
- M. E. Azevedo Marques**—Apontamentos hist., geogr., etc. da prov. de S. Paulo.
- Alcide d'Orbigny**—L'homme américain.
- D. Félix de Azara**—Voyages dans l'Amérique Meridionale. 1809.
- Dr. F. A. Berra**—Bosquejo historico de la Rep. Oriental. 3.^a ed.
- Dr. J. A. Teixeira de Mello**—Ephemerides Nacionaes.
-

CLUB VINTE DE SETEMBRO

SOCIOS BENEMERITOS

Dr. JOÃO JACINTO DE MENDONÇA, junior.

Dr. EDUARDO FERNANDES LIMA.

Dr. JOAQUIM PEREIRA DA COSTA.

Dr. JULIO DE CASTILHOS.

ALCIDES LIMA.

ADOLPHO LUIZ OZORIO.

ASSIS BRASIL.

DIRECTORIA

Presidente, ADOLPHO LUIZ OZORIO.

Secretario, MANOEL PACHECO PRATES.

Thezoureiro, THEODOLINO FAGUNDES, filho.

Orador, ALVARO JOSÉ GONSALVES CHAVES.

SOCIOS

HENRIQUE MARTINS CHAVES.

HOMERO BAPTISTA.

VICTORINO RIBEIRO CARNEIRO MONTEIRO.

JOÃO FRANCISCO MACHADO DA SILVEIRA.

XISTO PINTO BARBOSA.
ALFREDO D'ALMEIDA GAMA LOBO D'EÇA.
ERNESTO ALVES DE OLIVEIRA.
ANTONIO MARIA HONORATO MERCADO.
ESTEVÃO DE OLIVEIRA, junior.
GUSTAVO GALVÃO.
LEÃO LUIZ RIBEIRO.
JOSÉ MARIA GONSALVES CHAGAS.
ARGEMIRO CICERO GALVÃO.
ANGELO GOMES PINHEIRO MACHADO.
ENEAS GALVÃO.
FRANCISCO LEONARDO FALCÃO, junior.
ANTONIO AUGUSTO BORGES DE MEDEIROS.
SEVERO PEIXOTO DE OLIVEIRA.
JOÃO DE BARROS CASSAL.
GERMANO HASSLOCHER.
JOÃO JACINTO DE MENDONÇA.
BARTHOLOMEU DE ASSIS BRASIL.
JOAQUIM ANTONIO RIBEIRO.
ANTONIO JOSÉ DE FREITAS.
JOAQUIM BIRNFELD.
JOAQUIM MARTINI.

INDICE DAS MATERIAS

Introducção.....	VII
I. — A Colonia do Sacramento.....	1
II. — A Occupação do Rio Grande.....	13
III. — O meio physico.....	27
IV. — Os selvagens.....	39
V. — Colonização.....	49
VI. — Tentativa de constituição geographica.....	57
VII. — Invasão hespanhola.....	71
VIII. — Nova constituição geographica abortada...	93
IX. — Elaboração social.....	101
X. — As Missões jesuíticas.....	117
XI. — Incorporação das Missões.....	129
XII. — Administração de Paulo Gama.....	139
XIII. — Cisplatina.....	159
XIV. — Junta governativa.....	179
XV. — A colonisação allemã.....	189
XVI. — A guerra de 1825.....	197







44-7

